

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE E REGIÃO

**A POLÍCIA GOIANA E O *DISTRITO ZERO*:
REPRESENTAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA**

Dissertação de Mestrado

Autor: Victor Hugo Gomes Lopes
Orientadora: Prof^a. Doutora Dalva Maria Borges Lima Dias de Souza

Goiânia, 2008

VICTOR HUGO GOMES LOPES

***A POLÍCIA GOIANA E O DISTRITO ZERO: REPRESENTAÇÕES SOBRE
VIOLÊNCIA***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

GOIÂNIA, 2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

L864p Lopes, Victor Hugo Gomes.
 A Polícia Goiana e o Distrito Zero : representações sobre
 a violência [manuscrito] / Victor Hugo Gomes Lopes. -
 2008.
 183 f.

 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dalva Maria Borges Lima Dias
 de Souza.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2008.

 1. Violência. 2. Imprensa 3. Polícia – representação
 social. 4. Segurança pública. I. Título.

CDU: 351.78

VICTOR HUGO GOMES LOPES

A POLÍCIA GOIANA E O *DISTRITO ZERO*: REPRESENTAÇÕES SOBRE
A VIOLÊNCIA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado pela banca examinadora em 26 de agosto de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza (FCHF/UFG)

Prof^a. Dr^a Maria Stela Grossi Porto (UnB)

Prof. Dr^o Francisco Chagas Evangelista Rabêlo (FCHF/UFG)

Ao meu saudoso avô paterno, Geraldo Pereira Lopes, que se foi enquanto esta dissertação era escrita. Sem estudo formal, legou aos seus descendentes o exemplo de superar as dificuldades com responsabilidade, honestidade e justiça.

AGRADECIMENTOS

Um bocado de palavras amigas foi essencial para atravessar estes dois anos de amadurecimento intelectual. Não consigo conceber esta dissertação de outra maneira que não seja como uma construção coletiva. À frente, como farol clareando as turbulências comuns a este tipo de pesquisa, agradeço com alegria todo o empenho, atenção, estímulo, carinho e amizade de minha orientadora, professora doutora Dalva Borges de Souza. Sem sua ajuda e sua paciência – diante de um novato no universo teórico da Sociologia –, este trabalho não teria sido viável.

Agradeço ao total apoio e à abertura da Secretaria Estadual de Segurança Pública de Goiás, na pessoa do secretário Ernesto Roller; do Comando da Polícia Civil de Goiás, na pessoa do diretor-geral Marcos Martins; e do Comando Geral da Polícia Militar, nas pessoas do comandante Edson Costa de Araújo, tenente-coronel Antônio Carlos Elias, Major Wellington Urzêda, tenente-coronel Sérgio Katayama e soldado Lene, que facilitou ao máximo a coleta de dados. Também registro a transparência da Secretária de Segurança Pública, que permitiu acesso aos dados e autorizou a pesquisa de campo.

Meus sinceros agradecimentos aos delegados, agentes, escrivães, comandantes e policiais militares que participaram de bom grado da pesquisa, mesmo submetidos a um longo e exaustivo roteiro de entrevista. Sem a colaboração dos senhores e das senhoras, não teria obtido a base qualitativa que substanciou esta dissertação.

Gostaria de agradecer o apoio da direção do jornal *Diário da Manhã* pela permissão de vasculhar os arquivos e pelas preciosas dicas sobre a produção do material jornalístico.

A colaboração dos professores do Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás – com destaque aos docentes Pedro Célio, Sebastião Rios e Francisco Rabelo –, foi fundamental para o bom andamento da pesquisa. Seus apontamentos e soluções foram de grande importância para a confecção do texto. Também registro com carinho as dicas do professor e amigo Joãoimar Carvalho, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG.

Aos colegas do mestrado, obrigado pela paciência e pelas valiosas dicas nestes dois anos de caminhada. Esta dissertação possui ecos de vocês.

Também gostaria de registrar a tolerância e compreensão dos meus colegas de profissão, com destaque para os jornalistas José Maria e Silva, Euler Belém, José Alaesse Lopes, Ferreira Júnior, Welliton Carlos e Caio Jacobson.

Aos amigos, em especial ao incentivo de Thais Toledo Rocha, Renata Nascimento Dias e ao sempre presente Guilherme de Castro, que compreenderam minha ausência e meu afastamento.

Aos meus avós paternos, Didi e Geraldo, e aos maternos, Ana e Modesto, que foi um grande incentivador desta pesquisa. Aos tios e tias, que compreenderam meu recolhimento.

Aos meus pais, Pedro e Sauris, por cada uma das palavras doces de incentivo e amizade, não importando o quão turbulentas fossem minhas preocupações. Vocês permitiram que a serenidade repousasse em meu coração. Ainda guardo aqui o carinho dos afilhados João Francisco e Ramon.

Por fim, nada disto teria sido possível sem sua paciência e dedicação, Danielle. A sua presença em minha vida é um sopro de vitalidade e amor. Minha eterna gratidão por cada uma das vezes que me amparou diante das dificuldades e da insegurança. Esta é também uma vitória sua.

RESUMO

A violência e a segurança pública são diariamente retratadas nos veículos de comunicação de massa. Ao se considerar a violência um poder simbólico, o campo dos jornalistas pode tanto se aproximar quando entrar em divergência com o campo dos operadores de segurança pública. Este estudo tem como objetivo identificar possíveis relações entre os campos da imprensa e o dos operadores de segurança pública quanto à representação da violência urbana. Também busca verificar se o controle da informação sobre o que é violento torna-se objeto de tensão entre os campos. Para tanto, foram cruzados dados qualitativos obtidos na análise dos textos jornalísticos da coluna *Distrito Zero*, publicada no jornal *Diário da Manhã*, e as representações obtidas a partir de entrevistas semi-estruturadas com policiais civis e militares de Goiás. A pesquisa identificou similaridades e diferenças na maneira de representar a violência e a segurança pública, comprovando que a tensão entre os campos decorre da necessidade de controle sobre o que deve ser considerado violento.

Palavras-chave: violência urbana, imprensa, polícia goiana, representação social, poder simbólico.

ABSTRACT

Violence and public security are daily approached by mass communication vehicles. Considering violence a symbolic power, the journalists' field can either meet or diverge from the public security operators' field. The objective of this study is to identify the possible relations between those two fields concerning urban violence. This work also tries to investigate whether the information control about what is violence becomes an object of tension between the fields. In order to verify it, qualitative data were gathered through the analysis of texts from the column *Distrito Zero*, published on *Diário da Manhã* newspaper. The mentioned analysis was crossed with semi-structured interviews with civil and military policemen of Goiás, Brazil. This research identified similarities and differences in the way to represent violence and public security, proving that tension between the fields is due to the necessity of control about what should be considered violent.

Key words: urban violence, the press, police of Goiás, social representation, symbolic power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
O INTERESSE PELO TEMA	17
I- ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
I.1- ASPECTOS GERAIS SOBRE O OBJETO	23
I.1.1 – Trinômio intrigante.....	23
I.1.2 – Violência.....	27
I.1.3 – Polícia goiana.....	29
I.1.4 – Imprensa.....	32
I.2- A PESQUISA E O SEU CONTEXTO	34
I.2.1 – O foco em Goiás.....	34
I.2.2 – A seleção dos entrevistados.....	36
I.2.3 – Impressões sobre a Polícia Militar.....	38
I.2.4 – Impressões sobre a Polícia Civil.....	41
I.2.5 – A seleção dos textos do <i>Distrito Zero</i>	43
I.2.6 – Impressões sobre o ambiente de redação do jornal <i>Diário da Manhã</i>	44
II- IMPRENSA E VIOLÊNCIA	46
II.1- INTRODUÇÃO	47
II.2- A violência e a segurança pública na sociedade contemporânea.....	50
II.2.1 – Violência e segurança pública em Ciências Sociais.....	50
II.2.2 – A representação da violência na sociedade contemporânea.....	55
II.2.3 – A representação social enquanto objeto de pesquisa.....	56
II.2.4 – Panorama sobre a violência e segurança pública em Goiás.....	60
II.2.5 – Indicadores criminais em Goiás.....	64
II.3- Imprensa e violência	67
II.3.1 – Representação da violência no jornalismo.....	67
II.3.2 – A violência como poder simbólico na imprensa.....	70

II.3.3 – A imprensa policial em Goiás.....	72
II.3.4 – O caso do <i>Distrito Zero</i>	77
II.3.5 – O público e o privado na representação da coluna.....	78
II.3.6 – A representação do policial no <i>Distrito Zero</i>	82
II.3.7 – As fontes de informação do <i>Distrito Zero</i>	86
II.4– Representações no <i>Distrito Zero</i>	89
II.4.1 – O chiste como expressão do humor.....	89
II.4.2 – O chiste inserido na notícia.....	94
II.4.3 – Variações do chiste sobre a notícia.....	96
II.4.4 – O fato e o boato.....	97
II.4.5 – A representação da violência na relação agressor-vítima.....	100
III– POLÍCIA GOIANA E A VIOLÊNCIA	103
III.1– Introdução.....	104
III.2– Aspectos históricos da criação da polícia contemporânea	106
III.2.1 – A polícia no mundo.....	106
III.2.2 – A polícia brasileira.....	108
III.2.3 – A polícia em Goiás.....	110
III.3– A polícia como instrumento do monopólio estatal da violência.....	113
III.3.1 – O campo dos operadores de segurança pública	113
III.3.2 – Polícia e <i>habitus</i>	116
III.3.3 – A violência como poder simbólico da polícia.....	118
III.4– Representações na Polícia goiana	123
III.4.1 – A segurança pública.....	123
III.4.2 – Políticas públicas e criminalidade.....	126
III.4.3 – A simbologia na polícia goiana: duas identidades.....	130
III.4.4 – A polícia em seus próprios termos.....	135
III.4.5 – A violência como recurso legítimo.....	139
III.4.6 – A naturalização do crime.....	145
III.5– A informação na atividade policial	148
III.5.1 – Fontes de informação básicas da polícia.....	148

III.5.2 – “Rádio munguba”	151
III.5.3 – O noticiário policial	153
III.5.4 – O caso do <i>Distrito Zero</i> : duas leituras	153
IV– CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
V– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
VI– APÊNDICES	169
VII– ANEXOS	174

INTRODUÇÃO

A relação entre polícia e violência tem sido objeto de preocupação nos cursos de pós-graduação em Sociologia há pelo menos duas décadas. A produção científica, como é característica do meio acadêmico, passa por frequentes revisões bibliográficas, realizadas por cientistas sociais brasileiros, que buscam novas interpretações e inter-relações em ambos eixos temáticos.

A representação da *práxis* policial e suas relações com diferentes aspectos da violência em sociedade têm sido documentadas em trabalhos importantes, como as obras de Zaluar (1993), Adorno (2002) e Caldeira (2003). Em terras goianas, o mais notável estudo sobre violência é o produzido por Souza (2006), que identifica a constituição da violência a partir dos processos sócio-históricos de formação do povo goiano.

As diferentes formas de interação social a partir das quais a violência se estrutura na vida em sociedade permite infinitas possibilidades de pesquisa acadêmica. Há uma tendência contemporânea em concentrar a reflexão intelectual sobre a violência a partir da ação policial. O tráfico de drogas, a violência doméstica, as gangues juvenis, o sistema carcerário, a reincidência criminal e a morosidade processual em âmbito jurídico têm servido como objeto de estudo na tentativa de identificar as implicações que a atividade da polícia exerce sobre os indicadores criminais e, sobretudo, na representação da violência.

Os estudos que enfocam a violência policial são particularmente abundantes. Os efeitos que o policiamento nas cidades tende a incitar na população são diversos; ora os policiais são vistos como justiceiros, ora como perpetradores da violência. Essa relação ambígua foi particularmente bem discutida no estudo de Ferreira (2002) sobre a representação social das classes populares sobre o binômio polícia e violência.

A imprensa, enquanto objeto de pesquisa, pode ser um caminho interessante para compreender como as relações do binômio polícia e violência são socialmente assimiladas. Os efeitos legitimadores do jornalismo sobre as representações sociais foram bem discutidos por Bourdieu (1997), Marcondes Filho (1989), Angrimani (1994) e Portão (1980). Os quatro autores acima enfocam como a atividade jornalística pode servir de suporte para a violência simbólica e a representação social ao simplificar conceitos e idéias ao extremo – inclusive perpetuando estereótipos e preconceitos.

Por outro lado, considerando que o jornalismo legitima as representações sociais, não se poderia pensar na perspectiva oposta? Seria possível refletir se as representações sociais de um determinado campo poderiam ser permeáveis na produção jornalística? Tal orientação poderia conduzir uma pesquisa de maneira a buscar relações entre o que polícia e jornalistas representam como violência?

A proposta deste estudo é identificar relações existentes na representação da violência entre dois pólos: a polícia e o jornalismo policial. Para um melhor recorte do objeto, o campo dos jornalistas será trabalhado a partir de um caso peculiar na imprensa goiana: a coluna jornalística *Distrito Zero*, publicada diariamente no caderno de Cidades do jornal *Diário da Manhã*.

Há ainda de se ressaltar que o *Distrito Zero* difere da cobertura policial tradicional por registrar as notícias sob a forma de anedotas e chistes e pelo fato da linguagem utilizada pela coluna se aproximar mais da oralidade que da objetividade documental proposta por Lage (1989).

Em relação aos policiais civis e militares, a representação contida no discurso será utilizada para a composição da base qualitativa de dados. A coleta de informação dar-se-á por meio de entrevistas semi-estruturadas em eixos temáticos previamente definidos, tomando por referência o modelo adotado por Ferreira (2002), do qual alguns questionamentos foram preservados integralmente. O cruzamento entre as representações do *Distrito Zero* e da polícia formará a base analítica do estudo proposto.

A abordagem teórica em relação ao *Distrito Zero* não vai se valer da *agenda setting*. A delimitação do objeto permitiria o uso do recurso teórico, mas demandaria um tempo superior ao disponível na elaboração do estudo. A opção pela coluna citada enfoca o universo dos periódicos impressos. A legitimação das informações divulgadas pelos jornais tende a ser internalizada pelas diferentes categorias sociais, conforme as disposições que predominam no *habitus* em que estão inseridas.

Em uma região onde há um grande índice de criminalidade as ações da polícia inevitavelmente vão repercutir nos meios de comunicação – não necessariamente nos veículos de comunicação de massa daquela área territorial. Não se deve imaginar que somente os indicadores criminais sejam determinantes para transformar o fato em notícia. A singularidade do ocorrido também se projeta como possibilidade jornalística, conforme

sugere Angrimani (1994), e com alta probabilidade de resultar em uma cobertura sensacionalista.

A violência enquanto fenômeno social depende de alguma forma de interação entre dois ou mais indivíduos, de acordo com Michaud (1989). A polícia se insere neste contexto como uma categoria social vinculada ao Estado. Bittner (2003) relaciona a idéia socialmente disseminada da polícia como a *thin blue line* (tênue linha azul), que separaria a civilização do caos. Dada a natureza fronteira da atividade policial – ainda muito íntima da noção de ferramenta legal de preservação do monopólio estatal da violência – os conflitos que resultam da ação coerciva dos policiais com a sociedade civil tendem a ser associados como manifestação de violência institucionalizada.

O estudo de Assis e Njaine (2005) sobre a imagem dos policiais na mídia escrita indica uma tendência da imprensa em criar estereótipos sobre a polícia e suas corporações. A representação que há na mídia escrita vincula os policiais “a uma idéia de irregularidade, brutalidade, truculência e corrupção”. (ASSIS; NJAINE, 2005, p. 63).

Ainda que as ações legais sejam noticiadas pela imprensa, são as ilegais que conferem representações negativas sobre a polícia, com impacto simbólico sobre o imaginário coletivo. Em relação à citada ilegalidade, se soma ainda os excessos resultantes da atividade policial, ainda que dentro do estrito cumprimento do dever legal. Dada as implicações da construção da imagem da polícia na mídia escrita – especialmente no jornalismo impresso – há de se pensar em algumas considerações.

A imagem da polícia poderia ser carregada de ambigüidade no tocante à sua atividade. Não se permite abdicar da função de assegurar ao Estado o monopólio da violência física; também se define como instituição que assegura à sociedade proteção contra indivíduos ou grupos que ferem o pacto social ao expressar uma conduta humana diversa da socialmente estabelecida – seja por via moral, simbólica ou legal.

Eis, então, o ponto que exige uma reflexão metodológica sobre a aplicabilidade do referencial teórico na pesquisa desta dissertação. A natureza institucionalizada da polícia permite sua localização dentro da estrutura social como um campo específico, que deriva do campo dos operadores de segurança pública. A diferença básica entre os dois campos citados pode ser identificada na atuação imediata aos fenômenos sociais associados à violência por parte da polícia, que pressupõe dentro de suas divisões – militar e civil –

características coercitivas e o contato direto com acontecimentos violentos. O conceito de campo proposto por Bourdieu (2004; 2005) parece ser adequado o bastante por ser permeável às representações simbólicas que derivam do *habitus*.

Tal abordagem teórica parece ser aplicável também quanto à localização do *Distrito Zero* dentro do campo dos jornalistas. Ainda que Bourdieu (1997) tenha discutido as implicações do campo dos jornalistas com mais propriedade em um conhecido estudo sobre a televisão, as ferramentas e os conceitos por ele utilizados poderiam ser transpostos à mídia escrita.

Ainda que a linguagem dos diversos suportes midiáticos – televisão, rádio, impresso e hipertexto – tenha natureza diversa, são produzidos por jornalistas que, geralmente, possuem formação e experiência prática em mais de um desses meios. A perspectiva descrita acima infere o sentido de um campo dos jornalistas que tenha elementos comuns do *habitus*, apesar da atuação em diferentes suportes técnicos.

A perspectiva de dois campos distintos – o da polícia e o dos jornalistas – permite também a localização de dois *habitus* intrínsecos, cada qual associado a um determinado campo. Bourdieu (2004, p.21) conceitua *habitus* como

“(...) esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”.

As representações sociais dentro de um campo – tendo em vista o conceito acima exposto – podem ser associadas às disposições internalizadas por seus agentes. Dentro de um campo, portanto, poderá haver uma determinada representação social que seja predominante e que traduziria parcela significativa das percepções simbólicas da maioria de seus agentes em relação a um determinado fato, conceito ou procedimento. Tal representação majoritária poderia ser obtida através do discurso para a composição de uma base qualitativa de dados.

A formação da base de dados sobre a representação da violência nos campos da polícia e dos jornalistas exige pesquisa empírica. A produção bibliográfica em Goiás dentro da proposta desta pesquisa caminha a passos breves. O *modus operandi* que resulta da

atividade policial poderia ser identificável na produção jornalística caso seja previamente identificado. A *práxis* da polícia poderia ser refletida, em sua expressão mais explícita, na mídia escrita pela preservação e reprodução de jargões e clichês que permeiam o campo da polícia. São elementos do *habitus* policial que podem tanto ser assimilados quanto recusados pela linguagem jornalística.

Os jornais costumam reservar um espaço fixo para notícias relacionadas à atividade policial e à divulgação de singularidades decorrentes da violência resultante das interações sociais. A polícia – se compreendida como instrumento que assegura ao Estado o monopólio da força física e simbólica – tende a ser associada às práticas de violência dentro da coletividade. Há na natureza institucional da polícia a legitimação por meio da violência; seja pela via coercitiva física ou simbólica.

A violência policial não deixaria de ser, portanto, uma expressão simbólica de poder – tanto da instituição, por meio da ação prática de seus agentes, quanto do Estado. Tal representação implica na construção da imagem da polícia na imprensa escrita, conforme discutido anteriormente em Assis e Njaine (2005), positiva ou negativamente. A imagem dos policiais também passa pelo filtro estabelecido pelo campo dos jornalistas ao determinar os critérios de seleção e edição dos fatos que se tornarão notícia.

A própria determinação do que deve ser considerado socialmente relevante – critério por excelência da produção da notícia, conforme orientação de Lage (1989) – implica na manifestação seletiva do poder simbólico da imprensa. A violência, neste contexto, perpassaria a atividade policial como fato gerador de notícia. Isso não se daria somente em relação aos indicadores criminais; a noticiabilidade da ação policial decorreria de toda conduta excessiva, opressiva ou agressiva que estejam entre os modelos previamente estruturados no *habitus* dos jornalistas.

Novamente, vem à baila a possibilidade da *agenda setting* como método. A *agenda setting* pressupõe o feedback do noticiário para pautar a atividade policial. A adoção deste recurso metodológico implica na identificação posterior das ações policiais, após a divulgação de determinado fato ou evento nos jornais. Para que os jornais pautem as ações da polícia é importante que ocorra ampla comoção social diante de um fato específico ou a implicação da manifestação da opinião pública diante de determinado caso concreto.

O *Distrito Zero*, circunscrito ao espaço editorial de uma coluna, não teria em tese capacidade para incitar mobilização social, já que tem no humor seu principal atrativo, o que acabaria por desconstruir a realidade sob a forma de chistes. A possibilidade teórica do uso da *agenda setting* existe, mas implica em um volume de dados ainda maior. Tal razão se justifica pelo exíguo prazo disponível para a realização da pesquisa em curso.

O estabelecimento de uma relação objetiva entre violência e atividade policial, na imprensa escrita, poderia significar uma manifestação subjetiva do campo dos jornalistas sobre o que deve ser considerado violento ou, ao menos, o que potencialmente poderia desencadear uma situação de violência. Haveria neste caso uma possível ação da imprensa em emplacar um conceito paralelo e não claramente definido sobre o que é violência. Faz-se, portanto, necessária corroboração da hipótese a partir de comprovação empírica.

Não se deve esquecer que, ainda que tenha o alcance limitado em relação à televisão, a imprensa escrita não deixa de legitimar as informações que publica e, assim, contribui para a representação do imaginário coletivo. Tal fato pode decorrer do jornalismo permear diferentes campos de atuação; o evento que desencadeia a produção noticiosa tende a ser multifacetado, assim como a construção da verdade.

A violência em Goiás parece ser indissociável dos processos históricos de formação da sociedade goiana. A violência praticada na sociedade rural em Goiás, durante o período colonial, passou por transformações dentro de um novo contexto urbano, provocado pela acentuada modernização dos últimos 50 anos, conforme Souza (2006). Ainda assim, conserva elementos dos primórdios do povoamento em Goiás. A análise acima pode permitir a identificação de nuances que a representação da violência preserva entre os campos da polícia e dos jornalistas.

O interesse pelo tema

O projeto que se tornou esta dissertação teve gestação longa. Toda a explicação em defesa do gosto do pesquisador pelo tema tem natureza subjetiva, logo pessoal. Não é de hoje que me interesse pelas diferentes relações que a violência possui com imprensa e polícia. O que emergiu em mim como curiosidade literária, em meio aos escritos de Edgar

Allan Poe, Arthur Conan Doyle e Henry James, evoluiu para um interesse mais profundo em compreender melhor os mecanismos sociais que engendram a violência.

O cotidiano somente me fornecia uma noção superficial, baseada na representação do brasileiro de classe média, sobre os aspectos explícitos do comportamento violento. Para mim, a idéia predominante era a de que a violência tinha suas sementes nos conflitos resultantes da desigualdade social. Ainda que intuitivamente considerasse a explicação simplista e redutora, não possuía argumentos sólidos que pudessem apontar para outras direções.

Durante cinco anos, entre 2000 e 2005, trabalhei na redação do jornal *Diário da Manhã*. Meus primeiros meses no ambiente coincidiram com uma mudança na linha editorial do periódico. As notícias e as reportagens, aos poucos, seriam produzidas conforme o que o conselho editorial compreendia como politicamente correto. Termos como *aidético* e *deficiente mental* passaram a ser considerados pejorativos; foram, portanto, substituídos por equivalentes amenos, como *portador do vírus HIV* ou *paciente com limitações neuropsíquicas*.

Ainda era um *foca* – termo adotado para o jornalista em início de carreira – na época. Tratava-se, ora, do meu primeiro emprego em carteira de trabalho. Havia entre as páginas do *Diário da Manhã* uma coluna que me chamava a atenção pelo tratamento ambíguo que dava à notícia. Era o *Distrito Zero*, espaço assinado diariamente pelo veterano Edson Costa. A coluna se prestava a noticiar ocorrências de violência urbana a partir de textos curtos, escritos em linguagem coloquial e marcados pelo chiste.

Pude acompanhar de perto, diariamente, a produção da coluna *Distrito Zero*. Ficava intrigado sobre como os textos produzidos por Edson Costa eram capazes de provocar o riso quando descreviam situações de violência. As notícias, em uma primeira impressão, tinham na representação exagerada da violência o componente do humor; a ridicularização dos atores sociais emergia a partir ou em decorrência do comportamento criminoso e/ou violento. Era um tipo de “diário pastelão” do chamado “mundo-cão”. Era uma relação que me incomodava – tanto pelo efeito cômico quanto pela crueza das situações descritas.

A rotina da redação me permitiu produzir algumas matérias de jornalismo policial. Não raro, naqueles anos, alguns policiais comentavam sobre o Edson Costa ou sobre alguma nota publica no *Distrito Zero*. A impressão que tive nestas conversas informais com

policiais civis e militares era a de que a coluna tinha boa aceitação entre eles. Alguns, inclusive, haviam sido citados nominalmente ao longo do tempo em virtude do atendimento de alguma ocorrência policial.

Recordo-me ainda de que recortes do *Distrito Zero* podiam ser encontrados no mural dos distritos policiais e das delegacias. Geralmente, o recorte registrava a participação de algum policial ou delegado vinculado ao local. A subjetividade das citações e referências às notícias produzidas por Edson Costa me levava a crer, na ocasião, que a coluna era lida diariamente.

O humor da coluna era descrito como um chamariz à leitura. O foco das piadas eram, inevitavelmente, os atores do conflito – vítima e agressor. Não havia como categorizar a maioria dos atores citados nas breves notícias; era perceptível, entretanto, que tratavam de pessoas da periferia ou com baixa instrução em sua maior parte. Os textos raramente se valiam do deboche ou da brincadeira em relação a algum membro das polícias civil ou militar. Pelo contrário: havia até uma certa deferência no tratamento oferecido ao policial, com citação de patente e lotação funcional.

A cautela no tratamento cedido aos policiais, por vezes, contrastava com o oferecido aos demais atores sociais envolvidos no fato. Jargões e expressões correntes da polícia pareciam aflorar no texto; a fala dos atores envolvidos no conflito, em casos específicos, denotava um intencional erro de escrita ao citar alguma fala entre aspas, evidenciando uma formação intelectual fragilizada ou mesmo inexistente – o que reforçava uma idéia disseminada de brutalidade e barbárie nas camadas menos favorecidas da sociedade.

Ainda há de se comentar o *Distrito Zero* como um caso isolado na imprensa goiana. Não há atualmente em Goiás nenhum espaço editorial em periódico impresso que trate da violência e da atividade policial com humor. A coluna, por ser escrita há duas décadas pelo mesmo jornalista, conserva um padrão estilístico e editorial constante ao longo dos anos – ainda que seja eventualmente atualizada com gírias contemporâneas ou sendo adequada à linha editorial do *Diário da Manhã*.

Trata-se, em suma, de uma situação única – salvo os programas policiais televisivos, como o *Chumbo Grosso*, veiculado diariamente na TV Record Goiânia, mas que possuem dinâmica e relação diferente da que existe com o material jornalístico impresso. Ainda que tenha acompanhado de perto a citada mudança editorial do *Diário da Manhã* em favor de

um tom politicamente mais correto, o *Distrito Zero* sofreu poucas mudanças na linguagem adotada – a mais notória foi a redução de espaço, que passou de meia página em formato *standard* para um quarto ou até um pouco menos. Hoje, o padrão de publicação equivale, em área, a duas colunas por 14 centímetros de altura. Para mera comparação, uma página do jornal possui seis colunas por 28 centímetros de espaço editorial.

A imersão profissional no ambiente de redação e as leituras constantes do *Distrito Zero* serviram como estímulo para conhecer com mais profundidade as intrincadas relações que podem ser estabelecidas entre polícia e imprensa. A violência me pareceu um eixo comum entre ambas as áreas. O tema evoluiu ao longo da revisão de literatura e dos primeiros resultados de campo.

A idéia original – de identificar a representação da violência da polícia a partir dos textos do *Distrito Zero* – esbarrava em problemas de natureza metodológica. A delimitação do objeto exigiu que um recorte mais apurado fosse feito na coleta de dados empíricos. Os estudos de representação social a partir de bases qualitativas de dados têm produzido resultados interessantes nos últimos anos nos mais diversos ramos da Sociologia. Inclusive, a pesquisa qualitativa tem sido bem aproveitada nos estudos sobre polícia e violência. Parecia ser o caminho natural para a dissertação.

Os policiais, em sua maioria, não se revelaram leitores contumazes do *Distrito Zero*. Ao menos foi esta a leitura dos primeiros dados obtidos em campo. A impressão que tinha nos meus dias de repórter poderia ser falsa e provocada por uma relação subjetiva/afetiva, já que trabalhava como jornalista do mesmo periódico que abrigava a coluna. Portanto, foi necessário despir de qualquer aproximação emotiva com o jornalista para compor um quadro analítico mais preciso.

Como a polícia goiana não consome o *Distrito Zero*, seria de se esperar uma explicação para a resistência em relação à coluna. O humor jocoso – basicamente chistes, na perspectiva freudiana – foi apontado como inconveniente pelos primeiros policiais entrevistados em campo, mesmo aqueles que se consideram bem humorados.

A justificativa mais comum era a de que o humor ridicularizava os personagens e, por tabela, a própria polícia. Portanto, uma análise a partir do modelo de *agenda setting* – conforme Traquina (2005) – demandaria um tempo maior de pesquisa em campo e alteraria sobremaneira o caminho originalmente pensado para a elaboração da dissertação.

A partir deste critério, optei por não considerar o *Distrito Zero* como pauteiro das ações policiais, ainda que a atividade da polícia ilustre as notícias do espaço cotidianamente. Há possibilidade teórica para a utilização da *agenda setting* como ferramenta metodológica na pesquisa; só que seria melhor aproveitada em uma oportunidade em que o tempo seja mais sereno sobre a análise dos resultados.

O humor das notícias do *Distrito Zero* tende a ser melhor associado ao chiste do que à comicidade. A discussão sobre ambos os conceitos será melhor detalhada no capítulo dedicado à análise do *Distrito Zero*. Ocorre que a primeira leitura do material coletado na coluna mostrou que há textos sem citação das fontes primárias e até mesmo piadas populares – e não ocorrências verídicas – sem a devida diferenciação dos demais escritos. Não se pode saber com precisão o que é fato e o que é ficção. Também se deve registrar que, ainda que se trate de relato real, sua reconstrução pode não ser precisa por derivar de terceiros, ainda que envolvidos diretamente com a ocorrência – nem sempre o colunista afirma presenciar os fatos descritos.

Não se pode negar que há, sim, uma explícita estereotipação dos atores envolvidos nos conflitos relatados pelo *Distrito Zero*. Também é notória a relação dos excessos na descrição dos personagens com a produção do teor humorístico das notícias.

A caricaturização dos atores sociais contidos nas notícias cria o chiste ao mesmo tempo em que modela uma representação bastante específica da violência e da segurança pública. Conforme Ciro Marcondes Filho, “o clichê constrói antecipadamente a notícia: *jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los (e reforçá-los)*” (MARCONDES FILHO, 2000, p.109).

A produção da notícia no *Distrito Zero* é, como citado anteriormente, fruto da atividade de um único autor: Edson Costa. Tal informação permite compreender, dentro da perspectiva de Marcondes Filho, que os estereótipos apresentados pelo jornalista em seus textos tendem a ser padronizados ao longo do tempo. Isso implica que a representação da violência contida na coluna teria coesão suficiente para determinar noções relativamente estáveis sobre o que o autor considera como violento e seu particular entendimento do papel da polícia e da segurança pública na sociedade contemporânea.

I – ASPECTOS METODOLÓGICOS

“A continuidade histórica do conhecimento implica novos incrementos do conhecimento prévio que não haviam sido antecipados; existe também certa dose de descontinuidade genuína na forma da quantidade de saltos que se efetuam na formulação das idéias, e na descoberta de uniformidades empíricas”.

(MERTON, 1968, p. 24).

I.1 – Aspectos gerais sobre o objeto

I.1.1 – Trinômio intrigante

O estudo proposto nesta dissertação não ambiciona mais do que uma modesta contribuição acadêmica à literatura especializada local sobre o trinômio polícia, imprensa e violência. A justificativa mais plausível sobre o pequeno volume de publicações sobre imprensa/jornalismo e violência em Goiás talvez seja a ainda recente abertura do primeiro mestrado em Comunicação em Goiás, viabilizado pela Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, inaugurado em 2007.

Por outro lado, as pesquisas acadêmicas relacionadas ao binômio polícia e violência já são mais comuns, particularmente em relação à produção do mestrado em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Neste aspecto, a dissertação de Agnaldo José da Silva (2002), que trata da construção da identidade em policiais civis, foi pioneira.

Em relação à violência em Goiás, há alguns estudos esparsos. O texto de Barbosa (1994) sobre comportamento violento em Catalão nas primeiras décadas do século XX é um dos pioneiros; sustenta-se sobre registros históricos de ocorrências policiais por meio de processos criminais. Por outro lado, a pesquisa – com viés sociológico – de maior fôlego sobre violência em território goiano está condensada na obra de Souza (2006). Há atualmente em andamento uma extensa e profunda pesquisa sobre violência em Goiás, coordenada pela orientadora desta dissertação, professora doutora Dalva Borges de Souza.

Durante o levantamento bibliográfico para esta pesquisa não foi identificado um estudo sequer que relacionasse, do ponto de vista sociológico, o trinômio polícia, imprensa e violência. Trata-se de um campo de pesquisa ainda nascedouro em Goiás. As contribuições acadêmicas sobre o tema tendem a aumentar ao longo dos anos, dadas as implicações da relação entre policiais e jornalistas. Eis, portanto, porque este estudo não se pretende mais do que uma humilde contribuição para um tema de natureza multidisciplinar.

A segurança pública talvez seja o principal elemento comum ao trinômio que serve de objeto para esta pesquisa. Perpassa toda a atuação policial por meio das políticas públicas oficiais; ganha notoriedade dentro da cobertura jornalística dos veículos de comunicação de massa; e implica diretamente na percepção da coletividade sobre a

sensação de insegurança nos espaços urbanos. Neste último aspecto, predomina como queixa freqüente por parte da população, já que se relaciona com uma percepção simbólica socialmente disseminada por meio da imprensa e das interações informais entre pessoas.

O papel da polícia nas sociedades urbanas contemporâneas tem mobilizado a opinião pública, por meio dos veículos de comunicação de massa, em um debate marcado mais por argumentos subjetivos do que por dados empíricos. Trata-se de senso comum clamar pela maior presença do Estado na segurança pública, mas nem sempre é considerado o papel dos indivíduos na manifestação de condutas violentas. A violência não é necessariamente restritiva à esfera pública – ainda que a questão seja geralmente reduzida à ação estatal como fator de regulação.

A vida cotidiana da esfera privada também manifesta a violência como maneira de resolução dos conflitos baseados nas interações sociais. Franco (1997) indica que, em sistemas sociais simples, os problemas práticos – baseados em objetivos básicos – se tornam elementos que resultam em relações conflituosas, em que a manutenção da vontade de um depende da eliminação do interesse do outro. Talvez parte dessa premissa apontada por Franco seja a base de uma representação da violência como mecanismo resolutivo de problemas.

Quanto à discussão acima, uma ressalva se faz necessária. O objetivo desta pesquisa não é focar a representação da população sobre a violência. Há outros trabalhos que tratam do assunto com maior propriedade. Estudos – como o de Ferreira (2002) – apontam que a ausência do Estado é um importante fator para a desordem e a violência. A literatura aponta que, em áreas onde a presença do Estado é menor, os indicadores de criminalidade – que não deve ser visto como método exclusivo/excludente para aferir práticas violentas dentro de dada população – tendem a ser mais negativos.

Almeida (2007) se refere à cultura patrimonialista brasileira para discutir as práticas políticas. O autor indica, por meio de dados quantitativos, que a rua é espaço público onde as regras são impessoais; a casa é o espaço da intimidade, daquilo que é pessoal, restrito. Quando ambas as esferas se misturam, ocorre o que chama de a “utilização privada do que é público” (ALMEIDA, 2007, p. 98).

O resultado desta indistinção entre público e privado tende a resultar em corrupção. Como a escolha dos cargos importantes na polícia depende de decisões eminentemente

políticas, em que se pese o fator técnico, pode faltar a autonomia necessária para combater práticas corruptas que, por ventura, estejam disseminadas nas instituições de segurança pública.

Para Zaluar (2007, p. 42):

“O resultado disso foi o desenvolvimento de um *etos* de cinismo e descrença de valores morais, muito claros entre aqueles que optam pelas práticas criminosas, de qualquer classe social. Essa marca os distingue frontalmente dos bandidos rurais que entram para os bandos de cangaceiros por razões morais, ligadas ao parentesco e ao funcionamento injusto das instituições brasileiras.”

O estudo de Almeida (2007) indica que a tolerância da população com punições ilegais de atos criminosos tende a ser maior entre pessoas com menor escolaridade. De maneira geral, a pesquisa sugere que, quanto maior o nível de instrução, menor o apoio às punições arbitrárias. De acordo com o autor (ALMEIDA, 2007, p. 140):

“A lógica é simples: pessoas mais assustadas, com um sentimento de insegurança mais forte, tenderiam a ser mais favoráveis ao ‘olho por olho, dente por dente’ do que as que se sentem mais seguras. Da mesma maneira, quem já foi vítima de violência, seja assalto ou roubo de domicílio ou qualquer outra modalidade, apoiaria mais a punição do estupro na cadeia e a morte para bandidos.”

A tolerância da população urbana com baixo nível de educação formal em relação aos excessos praticados por policiais não implica, necessariamente, em uma representação banalizada da violência. O pesquisador necessita de cautela ao tratar a questão. O comportamento violento tende a ser associado, de maneira redutora, à tipificação criminal. Neste contexto, a violência representada pela conduta humana tipificada ganha legitimidade ao ser legalmente reconhecida pelo Estado – ainda que não seja suficiente para abarcar a abrangência conceitual proposta por Michaud (1989).

Os indicadores criminais permitem um panorama sobre a violência tipificada, mas nem sempre consegue abarcar as práticas violentas dentro de um plano simbólico. Essa

limitação decorre do fato de que nem tudo o que é violento também seja criminoso. A percepção da violência, em esfera simbólica, depende também de um dado grau de subjetividade – vez que nem sempre atua sobre o corpo físico, mas sobre aspectos geralmente abstratos, associados à experiência individual.

A divulgação de fatos violentos na imprensa sempre foi vista com reservas, sob o argumento de que potencializava a ocorrência de novos delitos. Para ganhar contornos mais vistosos no noticiário, o fato exige ineditismo ou uma situação exagerada, que pode se tornar uma cobertura sensacionalista. Assim foi e ainda é segundo aquilo que Angrimani (1994) classifica de imprensa marrom, ou seja, aquela que não tem credibilidade. Marcondes Filho (2000) considera o sensacionalismo como uma descarga de pulsões instintivas, reprimidas socialmente e que ganham forma a partir de uma raiz psíquica.

A violência, tratada com holofotes fartos, tende a ser representada com exagero. Ao mesmo tempo em que banaliza o fato, o excesso pode a minar a credibilidade do veículo de comunicação. Há uma expressão corriqueira e bem humorada no imaginário popular: o alerta de que ao espremer determinado jornal sairá sangue. Essa representação tende a se tornar um estigma aos jornalistas versados em cobertura policial ou de assuntos ligados à violência.

A partir dessa perspectiva, a violência poderia ser identificada como um poder simbólico também para a imprensa. Os jornalistas não são perpetradores – em seus textos – de violência física, mas podem sê-lo simbolicamente. Há de se considerar que há um mesmo poder simbólico – a violência – para dois campos distintos – o da imprensa e o dos policiais. Neste caso específico, a supremacia resultante desse conflito conceitual está na determinação do que é ou deve ser considerado violento.

Isso implica um aparente paradoxo. Grande parte do material analítico sobre violência e segurança pública em Goiás provém dos próprios meios de comunicação; raramente essa produção é fruto de pesquisa científica. A elaboração desses textos baseia-se em artigos escritos no calor do momento, dado a urgência de sua redação; geralmente são redigidos pelos próprios jornalistas que, por não possuírem necessariamente formação acadêmica sobre o assunto, acaba por reproduzir estereótipos.

Há ainda de se tomar a devida cautela com as informações escritas em artigos de opinião, uma vez que podem suprimir informações em detrimento de outras, de acordo com

o interesse do veículo no qual está publicado, conforme Marcondes Filho (1989) e Bourdieu (1997). A seleção dos fatos que serão discutidos atende aos critérios de noticiabilidade concernentes ao veículo em questão ou jornalista-autor.

A produção analítica goiana na imprensa se pauta em dados oficiais, produzidos pela própria polícia, que raramente é confrontada com outras fontes de informação. Dados relativos aos índices de criminalidade são divulgados pela assessoria de imprensa da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás e publicados nos veículos de comunicação sem que essas informações sejam contrastadas com outras.

As fontes de entrevista sobre temas ligados à violência, policiamento e segurança pública geralmente são representantes da própria polícia que podem ser orientados pelo comando geral para fornecer apenas determinada informação. Quando muito, as fontes de informação provêm de outros operadores, em particular os do campo jurídico, como promotores, juízes e advogados, e político, como secretários de segurança pública ou parlamentares.

Sob esta perspectiva, é possível afirmar que a análise da ação policial na imprensa goiana deriva de fontes ligadas ao próprio Estado. Ora, vez que o Estado fornece as informações que serão divulgadas nos jornais se pode identificar relações sobre como a violência é representada pela imprensa e pela polícia. Não se trata de apontar similaridades ou dissonâncias, mas compreender os mecanismos em que essa relação de poder se estrutura. Há de se refletir que a idéia de violência que permeia as representações da polícia e da imprensa poderia ser determinável enquanto conceito sobre o que é ou deve ser considerado violento. Trata-se, portanto, de uma reflexão sobre como a imposição de uma definição legítima de violência – enquanto informação representável socialmente – se torna um poder simbólico.

I.1.2 – Violência

A violência é compreendida sob diferentes prismas dentro da Sociologia. Não se pode negar, em qualquer referencial utilizado, que a violência é sobretudo uma expressão daquilo que é humano. Cabe aqui a perspectiva de Bourdieu (2005), que retoma uma idéia weberiana de que a violência inserida em um contexto social possui a prerrogativa de

dominação. Em uma sociedade como a goiana, em que ainda se encontra ecos da estrutura patriarcal rural, não se deve desconsiderar o aspecto cultural daquilo que é socialmente considerado violento.

Para tanto, sugere Souza (2006), é possível estabelecer uma relação sobre o crescimento da violência instrumentalizada a partir da compreensão dos elementos da violência tradicional, herdada dos primórdios da colonização em Goiás. O estudo de Souza identifica a violência como um processo socialmente construído. Ao tomar esta percepção como indicativo, se torna possível apontar a representação da violência nos campos da imprensa e da polícia.

Mas o que será identificado por violência neste estudo? Antes de partir para a identificação das representações é preciso uma delimitação conceitual que oferece segurança à análise dos dados qualitativos produzidos a partir de pesquisa empírica. Uma definição mais precisa do que é violência se faz necessária. A definição proposta por Michaud (1989) será o conceito *lato sensu* adotado aqui:

“Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais”.

Leituras complementares de Bourdieu (2004; 2005) ressaltam a idéia de estudar a violência por meio dos conceitos de *habitus* e campo. O conceito de violência implica em algum dano físico ou simbólico para pelo menos um dos atores envolvidos – conforme visto em Michaud (1989). O universo simbólico em que a violência se insere também pode ser representado no humor, mais especificamente no chiste.

O chiste pode, nesta perspectiva, ser uma expressão de violência, quando utilizado para ridicularizar ou diminuir o indivíduo ou um grupo. O dano não se realiza na carne; é mais abstrato, atinge o plano simbólico. Assim, pode-se perceber que comentários preconceituosos sobre etnia, credo ou orientação sexual também são situações em que ocorrem atos violentos. Esse é o mote mais óbvio do *Distrito Zero*, que noticia ocorrências policiais e historietas sempre tendo o chiste como chamativo para a leitura. As

representações que decorrem da construção humorística dos fatos relatados é o que torna a coluna jornalística um caso único no jornalismo impresso em Goiás.

Os veículos de comunicação de massa utilizam fatos violentos do cotidiano para a construção do noticiário. A seleção daquilo que será notícia reside naquilo que foge à normalidade, o excepcional, o atípico. A violência, caso compreendida como perturbação da ordem social quando em excesso, pode se aproximar do crime, quando não o é de fato. Há no conceito de crime a necessidade de tipificação prévia, o que nem sempre ocorre com a violência. Para Durkheim (2003), a existência de crime é esperada dentro da sociedade; o excesso é que sugere a anormalidade.

A polícia é o instrumento do qual se vale o Estado para manter os índices de criminalidade e violência sob controle, dentro de um patamar definido como aceitável – um dos aspectos que determinam essa valoração são as políticas de segurança pública. A polícia também assegura ao Estado o monopólio da coação física. A maneira de agir do Estado no controle dos excessos é o principal foco da política de segurança pública, que pode ser compreendida nas esferas da prevenção, ação e punição.

A questão da violência é fundamental no campo dos policiais e permeia o *habitus* da polícia, a ponto de lhe conferir parte da própria identidade. Essa característica parece tão exarcebada, tanto íntima da própria identidade dos policiais, que Caldeira (2003) indica que as instituições responsáveis pela manutenção da ordem pública parecem contribuir para o aumento da violência em vez de controlá-la. Há uma intensa disputa pela exclusividade da violência, em que a polícia parece competir com outras forças sociais, assimilando o limite do que deve ser compreendido ou aceito como algo violento.

I.1.3 – Polícia goiana

O modelo policial adotado pelo Estado brasileiro é constitucionalmente organizado em três âmbitos de poder: federal, estadual e municipal. Cada polícia tem sua competência claramente definida e sua jurisdição é parcialmente limitada pela esfera na qual está inserida. Assim, há uma relativa liberdade para que as unidades federativas possam definir a organização e atuação de suas próprias polícias.

Weber ensina que o Estado contemporâneo é uma “comunidade humana que, dentro de um determinado território, reivindica por sua própria conta o monopólio da violência física legítima” (WEBER, 2001, p.60). Isso implica em uma força de coação física que seja reconhecida e percebida pela população como agente estatal.

Bourdieu atualiza o conceito weberiano ao incluir as implicações simbólicas do exercício da violência como monopólio reivindicado pelo Estado. Para Bourdieu, (2004, p. 97):

“Antecipando os resultados da análise, e modificando a célebre forma de Max Weber (‘O Estado é uma comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física em um território determinado’), eu diria que o Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e *simbólica* em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente”.

Considerando a segurança pública como o aspecto político mais óbvio da representação do Estado sobre o monopólio da violência física legítima, nos moldes de Weber e Bourdieu, torna-se necessária uma melhor delimitação do campo. A reivindicação do Estado precisa ser reconhecida e identificada por todos os cidadãos subordinados ao seu território sob a forma de uma força pública.

Essa conseqüência é melhor percebida por Monjardet (2002, p.13):

“Essa reivindicação se sustenta de várias maneiras, ideológicas, jurídicas, mas antes de tudo pragmáticas: pela criação, manutenção e comando de uma força física suscetível, por sua superioridade, de impedir a qualquer outra pessoa o recurso à violência, ou de contê-lo, nos quadros (nível, formas, objeto) que o próprio Estado autoriza. Essa força pública é mais comumente denominada polícia”.

Portanto, a justificativa da existência da polícia está em assegurar ao Estado o monopólio da violência física legítima enquanto força pública. Disso decorre que a polícia é a principal operadora das políticas de Segurança Pública. Monjardet ressalva que segmentos inteiros do corpo social podem negar qualquer autoridade à polícia; isso faz com

que a pretensão à legitimidade se torne complexa e tumultuada diante de outras forças sociais.

Isso implica que não se trata apenas de definir a polícia como expressão e realização do monopólio estatal da coação física e simbólica, já que se trata de uma realidade de fato. O campo da polícia é cenário de conflitos decorrentes da posição que os policiais ocupam na organização da sociedade. Ainda assim o modelo weberiano permite compreender a polícia como expressão e instrumento da reivindicação “permanente das comunidades políticas – e não só a comunidade estatal – de deter em seu território o monopólio dos empregos legítimos de força” (MONJARDET, 2002, p.14).

Monjardet (2002) sugere que não há uma sociologia da polícia, mas dos usos sociais da força e da legitimação do recurso da força nas relações políticas – naquela em que a polícia se insere como agente do Estado. Em sentido descritivo, a polícia seria identificada socialmente como um conjunto específico de poderes, instâncias, autoridades, administrações, condutas, signos, quadros e serviços. Monjardet aponta ainda que, se por um lado a análise da prática policial é o ponto obrigatório de partida, por outro não é capaz de revelar uma “verdade” sobre a polícia.

Em Goiás, a polícia possui duas divisões: Militar e Civil. Cada uma possui peculiaridades próprias e divisões bastante específicas sobre suas competências. O aparelho que assegura ao Estado o monopólio da violência tem sustentação legalista, com definição prévia sobre atuação e atividades que serão exercidas pela polícia. Ambas as polícias – A Civil e a Militar – estão subordinadas à Secretaria de Segurança Pública de Goiás, cujo organograma consta em anexo deste trabalho.

A Polícia Civil possui natureza judiciária e se orienta pela busca da autoria do fato tipificado. Os policiais civis não possuem como objeto de trabalho o policiamento ostensivo. Respondem pela investigação e construção dos inquéritos. Possuem foco administrativo. Atuam também na prática, geralmente em decorrência das investigações de indivíduos ou grupos criminosos.

A Polícia Militar tem natureza repressiva e preventiva. Os patrulhamentos urbano, rodoviário e rural têm por objetivo prevenir a ocorrência de crimes. Sua natureza é ostensiva. Quando o fato tipificado ocorre, os policiais militares assumem postura

repressiva. Neste aspecto da conduta policial residem as mais comuns queixas de excessos da tropa no tratamento dado aos suspeitos.

Ambas instituições são complementares. O trabalho de uma coexiste com a atuação da outra. A atividade dos policiais civis e militares é definida e delimitada por lei estadual, que deve estar em obediências às normas e princípios previstos na Constituição Federal. Ainda assim há um relativo grau de liberdade aos governos estaduais para regulamentar aspectos da organização e as formas de atuação de suas polícias.

I.1.4 – Imprensa

Em Goiás, há quatro jornais diários impressos em circulação atualmente. Até 2005, havia apenas dois veículos com essa periodicidade. O jornal mais tradicional e com maior prestígio é *O Popular*, editado pela Organização Jaime Câmara desde 1938. O *Diário da Manhã*, fundado em 1980, é o segundo mais antigo; herdou leitores dos extintos *Cinco de Março* e *Folha de Goyaz*. Por fim, há ainda o *Hoje* – cuja linha editorial assemelha-se a de *O Popular*, mas com foco no cotidiano dos bairros goianienses – e o *Daqui*, criado 2007, que possui linha editorial semelhante a do extinto jornal paulistano *Notícias Populares*, com cobertura notadamente sensacionalista.

Os quatro veículos têm alcance estadual, mas padecem de limitações regionais em termos editoriais e de circulação. Não foi possível estabelecer com precisão a tiragem de cada um, uma vez que nem todos os estão inscritos ao Instituto Verificador de Circulação (IVC). Essa informação dependeria da tiragem contabilizada pelas gráficas dos jornais, que nem sempre a tornam acessível.

Atualmente existem cinco faculdades de Jornalismo em Goiás – a saber: Universidade Federal de Goiás, Universidade Católica de Goiás, Uni-Anhangüera, Faculdade Sul-Americana e Faculdades Alves Faria. O mercado profissional tem se expandido além da atuação tradicional em impresso, televisão e rádio.

Hoje, o jornalista atua também em sites noticiosos na Internet, em assessorias de imprensa e agências de notícia. O piso profissional da categoria em janeiro de 2008, conforme o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Goiás, é de R\$ 1.147,37

por cinco horas diárias de trabalho. A profissão é regulamentada pela Lei n.º 5.250, de 09 de fevereiro de 1967.

O *Distrito Zero* é uma coluna assinada pelo jornalista Edson Costa, publicada no jornal *Diário da Manhã* há duas décadas. Não há nenhum livro ou artigo acadêmico relacionado ao espaço editorial em questão. O autor disse informalmente que pretendia publicar um volume reunindo suas histórias preferidas ou mais conhecidas. Entretanto, disse que receava reabrir antigas feridas dos atores citados nas notinhas ao publicar casos já solucionados e que envolvia o nome das pessoas.

Na ausência de material específico sobre o *Distrito Zero*, a solução encontrada foi se ater aos trabalhos de Portão (1980), que é bastante específico quanto ao jornalismo policial e se propôs a elaborar uma criminologia da comunicação; e Angrimani (1994), que pesquisa notícias sensacionalistas em veículos impressos de comunicação de massa, mais especificamente o caso do jornal paulistano *Notícias Populares*, extinto no início da década em curso.

A característica mais marcante da coluna é o humor – o que pode incitar dúvidas quanto à objetividade dos textos enquanto material jornalístico, conforme orienta Lage (1989). Ainda que não se reflita sobre a coluna como jornalismo em sentido estrito, já que é uma reconstrução dos fatos conforme uma orientação editorial específica – o humor enquanto vertente estilística –, há elementos que remetem à maneira de produzir jornalismo e assim tende a ser reconhecido, ao ocupar espaço de destaque na editoria de Cidades do jornal *Diário da Manhã*. Para fins analíticos, Freud possui interessante estudo sobre humor, que será o suporte teórico para compreender o estilo do *Distrito Zero* como chiste.

I.2 – A pesquisa e o seu contexto

I.1.1 – O foco em Goiás

O universo da representação permeia o simbólico. A realidade é reconstruída a partir de uma representação sobre o fato observado e sua decodificação, que é reorganizada conforme uma perspectiva subjetiva, permeada pelos valores do observador. Elementos diversos influenciam essa interpretação, como o campo e o *habitus* em que o observador está inserido, conforme proposto por Bourdieu (2004, 2005).

Não se pode ater às delimitações geográficas para explicar o *habitus* de um dado campo, uma vez que a dinâmica dos meios de comunicação de massa alterou o equilíbrio da balança. Comunidades arraigadas em costumes tradicionais hoje possuem acesso à outras expressões culturais, num contexto de modernidade que Bauman (2000) compreende como líquido, dada a dinâmica com que as interações sociais são rearranjadas.

Contudo, a singularidade histórica da contemporaneidade não elimina a aspectos da regionalidade em que um *habitus* específico está inserido para explicar como as disposições locais são ali assimiladas. Uma das explicações mais interessantes desta assertiva certamente decorre do processo histórico de formação cultural de dada sociedade. Valores comuns – baseados em costumes, por exemplo – vão se fixando no *habitus* dos diferentes campos que compõem uma sociedade, que se insere enquanto comunidade política dentro de uma área delimitada.

A análise dos textos do *Distrito Zero* indica que o jornalista não se prende à Goiânia como ambiente das notícias publicadas. Não raro, os fatos se desenrolam no interior goiano ou mesmo em outros Estados brasileiros. Todavia, dada a natureza regional da circulação do *Diário da Manhã*, que publica a coluna, os dados colhidos para a base qualitativa do estudo se concentram na região metropolitana da capital goiana, mas pode também aproveitar informações de outros municípios da unidade federativa.

Dado o foco restrito do estudo, não se faz necessário retomar historicamente as origens de Goiás ou mesmo de sua capital, Goiânia. Como se trata de um recorte cuja relevância parece ser mais direcionado ao tempo – a atualidade –, este estudo opta por um instantâneo da capital em seu atual contexto sócio-histórico. De acordo com o IBGE, em 2007 o município abrigava 1.244.645 habitantes em uma área territorial de 739 quilômetros

quadrados. O produto interno bruto, em 2005, possuía preço de mercado corrente de R\$ 13,354 bilhões.¹

Ao todo, a capital possuía, em 2005, 604 estabelecimentos de atendimento à saúde, sendo que 107 eram mantidos pelo poder público. A morbidade hospitalar em 2007 foi de 2.362 óbitos, sendo 1.377 masculinos e 985 femininos. Ao todo, faleceram 10.327 pessoas em Goiânia em 2006. Os óbitos por lesões, envenenamentos e causas externas somaram 163 óbitos no total, sendo que somente 34 casos foram mulheres. Por outro lado, foram registrados 22.520 nascidos vivos, em 2006. Os dados utilizados são do IBGE, que não disponibilizou todo os dados em um único ano.²

Os dados sobre indicadores criminais em Goiânia não estão precisamente descritos nos relatórios divulgados pela Secretária Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Relatório com análise das ocorrências registradas pelas polícias civis entre 2004 e 2005, publicado pelo Senasp, indica essa evolução dos crimes na sociedade brasileira. Os dados apontados a seguir serão contados como incidência a cada 100 mil habitantes, válidos como média nacional.

Os crimes violentos letais intencionais tiveram leve queda (24 para 23,8). Os crimes violentos não letais contra pessoa subiram de 34 para 34,6. Os crimes violentos contra patrimônio aumentaram de 506,7 para 511,8. Crimes envolvendo drogas subiram de 47,1 para 48,5. A leve queda de homicídio doloso (22,5 para 22,2) foi acompanhada da redução do número de tentativas de homicídio (19,7 para 19,4). Ainda assim o número de lesão corporal aumentou de 378,2 para 392,1. Estupro e atentado ao pudor tiveram leve aumento também, de 16,2 para 16,3 e de 5,5 para 5,9, respectivamente.

Os dados acima apontam que não houve uma redução significativa dos índices de criminalidade no período. E houve aumento em relação a alguns indicadores no comparativo entre 2004 e 2005. Em Goiás, houve aumento no número de ocorrências em relação ao mesmo período. As ocorrências subiram da taxa de 21,5 para 21,7 registros a cada 100 mil habitantes. Goiânia ocupa a 107ª posição do ranking nacional das ocorrências

¹ Dados obtidos no próprio sítio do IBGE (www.ibge.gov.br), com último acesso em 3 de junho de 2008.

² Idem.

registradas pelas polícias civis a crimes violentos letais intencionais, com 27,2 casos a cada 100 mil habitantes.³

I.1.2 – A seleção dos entrevistados

A coleta dos dados qualitativos entre os policiais civis e militares neste estudo obedeceu a seqüência sugerida pelo roteiro das entrevistas semi-estruturadas, anexado no final do texto. A base do questionário foi adaptada do estudo de Ferreira (2002), com aproveitamento quase integral das perguntas de alguns eixos temáticos, como cidadania, punição e violência. Outras questões foram acrescentadas para atender às necessidades desta pesquisa acadêmica.

O planejamento das perguntas se estrutura em tópicos, sendo que alguns assuntos acabaram sendo antecipados pelos entrevistados como consequência da linha de raciocínio que estabeleceram em suas respostas. Isso não implica em perdas quanto ao conteúdo; pelo contrário, permite a espontaneidade das respostas dentro do contexto no qual o tema foi evocado, sem que seja retomada *a posteriori* e, com isso, pareça redundante.

As entrevistas com membros da Polícia Civil foram realizadas como parte complementar da pesquisa coordenada pela professora doutora Dalva Borges de Souza sobre a violência e criminalidade em Goiás. Esse estudo já havia sido autorizado pelo comitê de ética da Universidade Federal de Goiás e consta ainda um termo de cooperação assinado pelo diretor-geral da Polícia Civil, Marcos Martins.

O caso da Polícia Militar é um pouco diferente. A autorização para as entrevistas foi concedida pelo Chefe do Departamento de Comunicação Social da PM, tenente-coronel Antônio Carlos Elias. Os comandantes da Rotam e do Primeiro Batalhão da Polícia Militar, que tem o centro de Goiânia como área de cobertura, permitiram que as entrevistas fossem realizadas enquanto a autorização da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, que analisava a solicitação para realizar a pesquisa, ainda não havia sido oficializada.

³ Todos os dados aqui citados, referentes à Senasp, constam de relatório publicado no sítio <http://www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={42595482-B0DD-4185-918E-80E4BAFAFC72}&ServiceInstUID={B78EA6CB-3FB8-4814-AEF6-31787003C745}> cujo último acesso se deu em 13 de maio de 2008.

As mudanças na cúpula da Polícia Militar durante a execução da pesquisa exigiram que uma nova autorização fosse obtida para continuar com a coleta de dados. O tenente-coronel Antônio Carlos Elias foi substituído pelo major Wellington Urzêda, que comandava a Rotam, em meados de novembro. Urzêda autorizou a continuidade das entrevistas.

No início de 2008, o comando da PM sofreu novas modificações. Por precaução, um novo pedido de autorização foi realizado, desta vez no protocolo do gabinete do secretário estadual de Segurança Pública, Ernesto Roller. O processo foi recebido com toda a documentação necessária em 14 de março de 2008, já com a pesquisa em andamento. A coleta de dados qualitativos com os policiais civis servirá também para a pesquisa citada acima, coordenada pela professora doutora Dalva Borges de Souza.

As entrevistas foram realizadas com uso de gravador digital. Na primeira etapa, foram cinco registros, sendo que um foi prejudicado por problemas técnicos na gravação – nada foi gravado por pane do equipamento. A segunda etapa, realizada entre meados de 2007 e 2008, somou nove outras entrevistas, sendo quatro com policiais do 1º BPM, três com policiais da Rotam e duas com um agente e uma escrivã da Delegacia da Mulher.

A extensão do roteiro semi-estruturado e o tempo exíguo não permitiram abranger mais instituições. Originalmente, estava previsto ainda entrevistas com delegados e agentes do 1º Distrito Policial de Goiânia e da Delegacia de Investigações Criminais (DEIC), além de quatro policiais da Tropa de Choque da Polícia Militar.

O conteúdo das gravações foi transcrito para levantamento de dados qualitativos. Os nomes dos entrevistados serão resguardados por anonimato, mas serão identificados por pseudônimos e função na polícia. A escolha dos entrevistados foi aleatória e nenhum soube previamente do conteúdo do roteiro semi-estruturado. Apenas foram informados que se tratava de uma pesquisa sobre a representação da violência e criminalidade pela polícia.

As primeiras três entrevistas foram realizadas no mês de julho de 2007, na Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc), durante dois dias. No primeiro dia foram entrevistados dois agentes, sendo uma mulher e um homem. No dia seguinte, foi entrevistada uma delegada da citada delegacia.

Em fins de julho, foram conduzidas as duas outras entrevistas, na sede do comando da Ronda Ostensiva Tático Motorizada (Rotam). A primeira foi com um tenente da unidade. A segunda, realizada no mesmo dia, foi com um sargento, mas o conteúdo da

entrevista foi perdido por problemas técnicos na gravação. Os dados obtidos foram analisados sob a luz do modelo teórico construído para esta pesquisa.

Após a qualificação da pesquisa, novas leituras teóricas foram realizadas para aperfeiçoar a metodologia utilizada. Na primeira rodada de resultados, a maioria dos entrevistados afirmou não ler regularmente o *Distrito Zero* ou mesmo não o conhecia. Desta vez, alguns textos foram selecionados para ser apresentados aos entrevistados, caso não conheçam ou tenham pouco acesso à coluna. A opção resultou em novos resultados, vez que houve maior reconhecimento da coluna por parte dos policiais.

A nova rodada de entrevistas foi realizada em fins de janeiro de 2008, com membros do 1º BPM e da Rotam. Ao todo, foram registradas as conversas com quatro policiais do Batalhão Anhangüera, sendo uma tenente e três soldados, sendo um deles do serviço de inteligência da PM. Na Rotam, foram entrevistados dois sargentos e um soldado. A entrevista realizada com um tenente em julho de 2007 foi devidamente aproveitada para a composição do banco de dados qualitativos.

I.2.3 - Impressões sobre a Polícia Militar

O alto comando da Polícia Militar de Goiás está localizado no mesmo prédio que abriga a Secretaria de Segurança Pública de Goiás. Sua competência envolve todo o território de Goiás. A atuação se dá em duas diretrizes básicas: prevenção e repressão. Há oito subdivisões – sob a forma de batalhões - dentro da PM: GRAER, Choque, Rotam, Rodoviário, Cavalaria, Ambiental, Trânsito e Escolar.

A proposta original para a coleta de dados se concentrava na Rotam, no Choque e no Primeiro Batalhão da PM. Como a pesquisa foca elementos sobre a representação da violência pareceu mais sensato que a fonte de informação mais precisa estivesse na labuta diária das ruas. Portanto, o foco se restringiu para o Primeiro Batalhão e a Rotam. O Choque, por ser uma unidade específica para casos muito graves, não vivencia o cotidiano das ocorrências, exceto em situações muito especiais.

O Primeiro Batalhão da PM – batizado de Batalhão Anhangüera – é subordinado ao 1º Comando Regional da PM, localizado em Goiânia. O 1º BPM cobre a porção central da capital. Metodologicamente, a escolha do batalhão se deu por se localizar em uma porção

da cidade em que há grande fluxo diário de pessoas de todas as regiões da capital. Trata-se de área estratégica, associada ao comércio de bens e serviços.

O Batalhão Anhangüera é dividido em duas companhias operacionais. A primeira Ciops cobre a porção central da capital; é subdividida em três pelotões, que atendem a 124.097 pessoas. O primeiro pelotão é responsável pelo Centro e Setor Aeroporto; o segundo, pelos Setores Sul, Universitário e Vila Nova; e o terceiro cobre os bairros Vila Cel Cosme, Parque Industrial, Bairro Feliz, Vila Yate, Jardim Dom Bosco, Jardim Noema, Negrão de Lima, Vila Osvaldo Rosa, Chácara Ilizios Campos, Setor Leste Industrial, Vila São Pedro, Vila Antabrão, Vila Santa Tereza Leste, Vila Cel Colemar Natal e Silva, Vila Santa Isabel, Vila Bandeirantes e Vila Viana.

A segunda Ciops está localizada no Setor Marista e também é subdividida em três pelotões, cobrindo uma área onde vivem 136.408 pessoas. O primeiro pelotão atende aos Setores Bueno, Oeste, Coimbra, Vila Americano do Brasil, Vila Teófilo Neto, Vila Aguiar e Vila Boa Sorte; o segundo é responsável pelos Setores Marista, Bela Vista, Bairro da Serrinha, Jardim das Esmeraldas, Loteamento Areião, Bairro Santo Antônio e Setor Pedro Ludovico; por fim, o terceiro cobre os bairros Alto da Glória, Vila São João, Vila Maria José, Condomínio Vila Isabel, Jardim Goiás e Vila Redenção.

O 1º BPM está abrigado em pleno coração da capital, no Edifício Parthenon Center, localizado à Rua 4, Centro. A unidade, à época da redação deste texto, ainda não possuía uma sede própria. O espaço onde está instalada fica próxima ao Museu de Arte Contemporânea. O ambiente é carregado de sons vindos da rua: anúncio de ofertas em lojas de eletrodomésticos, barulho de buzinas e pessoas proseando nas ruas.

A penumbra predomina, particularmente durante a manhã, na iluminação interna da sede do Batalhão Anhangüera, no Parthenon Center. As portas e janelas remetem às antigas construções goianas do período de província. São aberturas grandes, com batentes de madeira, fechadas por tramelas e chaves grossas. As paredes são espessas e não atingem o teto. Algumas divisórias estão instaladas internamente.

O local funciona 24 horas por dia. Os policiais trabalham por turno, em escalas pré-determinadas. Nas ruas, a grande maioria dos policiais circula em viaturas, no mínimo com dois em cada veículo. A comunicação com a central – Copom – é realizada via rádio, mas tem sido implantado um sistema de celulares, que são repassados diretamente à população.

O modelo de polícia comunitária aplicado em Goiás consiste basicamente em fixar o policial em determinada região ou bairro. Atualmente, as viaturas portam um aparelho celular, cujo número é distribuído para os moradores e estabelecimentos comerciais daquela área de cobertura por meio de folhetos. A estratégia é fazer com que o cidadão acione a polícia diretamente na viatura que faz a ronda no local, agilizando os procedimentos para a ocorrência.

A atuação comunitária permite uma renovação da relação geralmente tensa entre população e policiais por meio da hierarquização das prioridades expressas pelas expectativas, demandas e necessidades locais, conforme sugere Monjardet (2003). Os policiais trajam farda acinzentada, coturno preto e boina. São eminentemente formais. Diante de qualquer superior, batem continência. Respondem as perguntados dos superiores com objetividade. Poucos ficam por muito tempo dentro do escuro ambiente do 1º BPM, que possui um efetivo de 313 policiais.

A Rotam (Rondas Ostensivas Tático Motorizadas) é um capítulo à parte. Durante a produção desta dissertação, o agrupamento se tornou batalhão, teve duas alterações no comando e mudou sua sede da Avenida do Contorno, no Centro, para as proximidades do Dergo, mais exatamente na antiga sede do Batalhão Rodoviário.

A Rotam é uma equipe altamente especializada da Polícia Militar. Seus membros vestem farda completamente preta e praticamente não sorriem em trabalho – dado obtido a partir da observação de campo e da condução das entrevistas. As viaturas também são diferenciadas. Se a polícia militar utiliza veículos Volkswagen Gol, na cor branca, a Rotam se vale de caminhonetes Chevrolet Blazer, pintadas num preto fosco, com um símbolo de um relâmpago vermelho atravessando um escudo pintado na porta e no capô.

A antiga sede da Rotam ficava num pátio amplo, com três pés-de-manga espalhados, onde hoje se localiza o Copom. As paredes eram pintadas de preto, com finas faixas laterais em amarelo e vermelho. O mesmo padrão predomina na atual sede, próxima ao Terminal do Dergo, no Setor Aeroviário. O novo espaço é significativamente maior, mas não há arborização. Em dias quentes, é possível perceber o suor descendo da fronde dos policiais. Nenhum reclama do uniforme negro. Dizem que trajam a vestimenta com orgulho e afirmam que, sem ela, não seria reconhecidos na rua. E, sem o serem, não conseguiriam identificar a maior parte dos indivíduos que consideram suspeitos.

A Rotam foi comandada nos últimos 12 meses pelo Major Wellington Urzêda, Major José Divino Cabral e, até a redação deste texto, estava sob a gestão do Major Cláudio de Oliveira Silva. As recentes mudanças de comando são fruto de um desgaste na imagem da tropa na opinião pública. No início de 2008, os jornais goianos – em especial *O Popular* – noticiaram possíveis excessos cometidos por membros da Rotam. O efetivo da unidade é de 145 policiais. A Rotam atua basicamente na região metropolitana de Goiânia, mas pode executar qualquer ação no interior goiano.

I.2.4 - Impressões sobre a Polícia Civil

A Polícia Civil de Goiás difere da Militar tanto estruturalmente quanto em relação aos seus objetivos. Possui atuação investigativa, como polícia jurídica. Sua estrutura funcional é fragmentada; tal circunstância enseja autonomia maior dos agentes em sua atuação do que a dos policiais militares. A esmagadora maioria dos municípios goianos possui delegacias de polícia; aqueles que não têm estão subordinados às de cidades vizinhas, com maior número de habitantes. Em Goiânia, a Polícia Civil se organiza em delegacias distritais e especializadas.

As delegacias especializadas, como o próprio nome sugere, se concentram na investigação de crimes específicos. São divididas em Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos (Derfrva), Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente (Dema), Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc), Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública (Derccap), Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra o Consumidor (Decon), Delegacia Estadual de Investigações de Homicídios (DEH), Delegacia Estadual de Capturas (Decap), Delegacia de Polícia Interestadual (Polinter), Delegacia Estadual de Investigações Criminais (Deic), Grupo Anti-Sequestro (GAS)/DEIC, Grupo Tático 3 (GT3), Grupo Anti-Assalto a Banco (GAB)/DEIC, Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Cargas (Decar), Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infracionais (Depai), Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (Dpca), Delegacia Especializada em Investigações de Crimes de Trânsito de

Goiânia (Dict) e, por fim, Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DOT).⁴

A fragmentação da Polícia Civil permite maior descentralização de suas atividades-fim. A composição básica de uma delegacia de polícia é encabeçada pelo delegado, agentes e escrivães. A ocorrência é registrada por meio de boletim, em que a vítima relata o fato ao escrivão, que o registra. Esses dados depois serão somados e auxiliam na composição dos indicadores criminais. O suspeito detido em flagrante – inclusive pela polícia militar – é encaminhado para a delegacia, onde presta esclarecimentos.

Dado o amplo universo de delegacias, a pesquisa selecionou três delas: Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc), Delegacia Estadual de Investigações Criminais (Deic) e Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam). A justificativa de optar pelas especializadas é por concentrar tipos específicos de crimes que são correlatos à violência representada no *Distrito Zero*. As duas primeiras delegacias estão localizadas no bairro Cidade Jardim; a última, situa-se à Rua 24, Centro.

A Denarc investiga ocorrências relacionadas ao tráfico e consumo de entorpecentes ilegais. A maior parte do trabalho ali realizado é monitorar áreas de tráfico e apreender drogas ilícitas. Geralmente, associados aos entorpecentes, os policiais também apreendem armamento, que fica em posse dos traficantes. As drogas mais usualmente apreendidas, tendo por base relatos informais dos agentes locais, são maconha, pasta base de coca, crack e *ecstasy*. O prédio que abriga a delegacia paredes com tijolinhos à vista e cobertura em telhado de amianto.

A Deic atua na área de investigações criminais. Três grupos estão subordinados a esta unidade: Grupo Anti-Seqüestro, Grupo Tático 3 e Grupo Anti-Assalto a Banco. A delegacia é a principal responsável em Goiás pela investigação de grupos criminosos organizados. Está localizada na mesma quadra onde fica a Denarc; o prédio tem construção semelhante, o que parece ser um padrão local.

Por fim, a Deam. Sua principal especialidade são crimes contra a mulher. As principais ocorrências registradas são de natureza doméstica, como agressão, lesão corporal, ameaças de morte e tentativas de homicídio. As investigações relacionadas ao assassinato de mulheres por seus companheiros também costumam ser encaminhadas para

⁴ A quantidade e o nome das especializadas são de 15 de julho de 2008.

esta especializada. A unidade está localizada no Centro da capital, próximo à Avenida Anhangüera.

Há uma diferença fundamental na simbologia dos policiais civis em relação aos militares. Os civis andam à paisana. Não utilizam uniforme que os identifique em público. O ambiente da delegacia também segue esse padrão. Geralmente, o delegado se veste de maneira mais formal, com terno e gravata. Também são menos formais no tratamento com as pessoas.

A hierarquia entre os policiais civis permite maior aproximação, se comparada aos policiais militares. Agentes e escrivães não batem continência para o delegado. O tratamento, por vezes, chega a ser informal, especialmente entre os que se conhecem há mais tempo. O ambiente das delegacias é despojado, com cartazes informativos pregados nas paredes. Geralmente, são sobre serviços de Disque-denúncia. Em todas as delegacias, o espaço é dividido em uma área de recepção e uma ala interna, dividida por salas onde ficam alojados os delegados, escrivães e agentes.

I.2.5 - A seleção dos textos do Distrito Zero

A pesquisa considerou dois recortes para o levantamento de dados sobre o *Distrito Zero*. O primeiro recorte, com base quantitativa, selecionou textos representativos, publicadas entre 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006. São, em média, seis notinhas de 360 caracteres cada uma por edição. Ao longo de 365 edições, somariam 788.400 caracteres para análise ou o equivalente a um livro de 330 páginas, em média.

Para a base qualitativa de dados foi selecionada pelo menos uma coluna publicada por semana. Ao todo, somam 60 colunas dentro do período analisado. Deste total, foram extraídos notinhas que fossem representativas em relação às demais. Foram observadas também a ocorrência de chistes e em que circunstâncias a oralidade foi preservada. Também foram pinceladas situações em que o destaque não é o fato, mas o fonte: no caso, o policial que repassou a informação, que geralmente é citado com nome e patente.

Esse recorte tem como objetivo identificar a representação da violência expressa no noticiário do *Distrito Zero*. Para fim de análise, foram desconsideradas as charges do ilustrador Almir. O levantamento identificou o chiste, conforme estudado por Freud (2006),

como a principal expressão do humor. Não há elementos cômicos que pretendem alcançar a intelectualidade, conforme Bérqson (2001). Em termos padrões, o humor é chiste. Tem características jocosas, depreciativas, preconceituosas e chulas.

I.2.6 - Impressões sobre o ambiente de redação do jornal Diário da Manhã

A redação do jornal *Diário da Manhã* está localizada na Avenida Anhangüera, Setor Leste-Universitário. O prédio fica a 50 metros da Praça da Bíblia, onde há um imenso terminal de transporte coletivo, que distribui pessoas de todas as classes sociais, etnias e credos por toda a região metropolitana de Goiânia. Dali é possível chegar virtualmente a qualquer ponto da capital.

O jornal é uma empresa familiar, de propriedade do jornalista Batista Custódio dos Santos. O *Diário da Manhã* é uma evolução do antigo jornal de seu proprietário, o extinto *Cinco de Março*. O prédio é pintado em branco e azul. Há um amplo jardim com esculturas que fazem referências a temas cristãos e a personagens da imprensa goiana, como Alfredo Nasser e Fábio Nasser. Algumas dessas peças artísticas foram projetadas pelo artista plástico Omar Souto, que esteve preso sob a acusação de estuprar uma menor.

O *Diário da Manhã* é popularmente conhecido por uma postura política adesista e pelo noticiário sensacionalista. Ainda é comum uma associação do periódico às manchetes exageradas, sobretudo na cobertura policial. Parcela significativa da redação é composta por “focas”, termo que designa jornalistas em começo de carreira. Há relativamente poucos profissionais com mais de cinco anos de casa. A direção do jornal não forneceu números; portanto, esta avaliação é realizada tendo como base a observação e conversa com os repórteres presentes no local.

O espaço físico ocupado pela redação é um amplo pavilhão pintado de branco. As salas do editor geral e dos editores executivos são separadas por divisórias também brancas, com generosos espaços em vidros. Ainda dentro da redação há um espaço ao fundo, cuja parede, de um azul escuro, abriga a logomarca da *TV DM*, o canal de televisão da empresa na internet.

Os jornalistas produzem seus textos em pequenas mesas, compartimentadas por madeira e compensados da cor branca. Em cada cabine há um computador, geralmente com

poucos recursos tecnológicos. Numa dessas cabines, solitária, está uma antiga Olivetti verde. A máquina de datilografar atende apenas ao jornalista Edson Costa, que assina a coluna *Distrito Zero*. Apenas ele e o proprietário, Batista Custódio, ainda escrevem seus textos à máquina.

As laudas em que o *Distrito Zero* é datilografado são repassadas para um digitador, que anota o arquivo salvo na rede de computadores do jornal. O texto segue então para o ilustrador Almir, que pinça algumas notícias e as ilustra com charges. Atualmente, a coluna é editada dentro do caderno de Cidades, geralmente em página ímpar. O espaço é delimitado com pequenos fios pretos, em que se destaca a foto de seu autor e os desenhos de Almir.

Edson Costa é aparentemente avesso à tecnologia. Foi um dos últimos da redação a aderir ao aparelho celular, de acordo com os colegas de trabalho. O jornalista se veste com discrição: camisa de tecido claro, calça social, sapatos e relógio no pulso esquerdo. Contam que jamais o viram utilizando tênis ou camiseta em durante o expediente, vestuário comum entre jornalistas mais jovens.

Os colegas de redação afirmam que Edson Costa sequer possui email. Suas correspondências ainda são enviadas via fax. A assessoria de imprensa da Polícia Militar ainda envia o relatório diário por fax. Essa seria uma das principais fontes de informação para a produção da coluna.

O jornalista não permitiu que a produção da coluna fosse acompanhada pelo pesquisador e também não concedeu entrevista para a formação de uma base de dados qualitativos. Não há nenhuma publicação que informe dados sobre a criação da coluna ou mesmo sobre a motivação. A expectativa era de que essas questões fossem sanadas por Edson Costa. Portanto, há de se considerar somente para análise o que está de fato publicado, sem possibilidade de se ater às origens do material editorial.

II – IMPRENSA E VIOLÊNCIA

Poema tirado de uma notícia de jornal

João Gostoso era carregador de feira-livre e morava no morro da

(Babilônia num barracão sem número

Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro

Bebeu

Cantou

Dançou

Depois se atirou na Lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.

Manuel Bandeira, 2005

II.1 – INTRODUÇÃO

Os estudos que identificam uma relação entre imprensa e violência geralmente tendem a focar o aspecto sensacionalista da notícia. Se o ocorrido é exaltado, em cores exageradas, a descrição do objeto é prejudicada. Assim, aquilo que é descrito se torna espetacular, único, ainda que seja possível uma caracterização mais precisa, livre de adjetivações. Portanto, a representação do que é violento torna-se tendenciosa, pois indica a definição do que é violento conforme o *habitus* de determinado grupo ou categoria social, em determinado campo. O que entra na pauta das pesquisas acadêmicas costuma ser o excesso sobre o fato noticiado; nem sempre há uma percepção clara de que o próprio exagero na condução da notícia pode ser compreendido como uma expressão simbólica da violência contida na produção jornalística.

As Ciências Sociais – em particular a Sociologia e a Comunicação Social – procuram identificar uma relação entre violência e imprensa que possa ser apreendida a partir do discurso produzido pelos jornalistas. Ainda não há revisões bibliográficas significativas – no âmbito goiano – sobre o tema. Há estudos no plano nacional que permitem um suporte metodológico significativo para tentar clarear os caminhos da pesquisa acadêmica.

Os estudos mais interessantes que foram revistos para esta dissertação são os de Angrimani (1994), sobre o sensacionalismo nos jornais paulistanos; o de Portão (1984), que propõe uma investigação criminológica das notícias policiais; e, por fim, Marcondes Filho (1989), que indica como elementos do *habitus* dos jornalistas inferem características próprias aquilo que é ou não violento.

A violência na imprensa pode ser compreendida como uma representação daquilo que os jornalistas consideram como violento, em um primeiro momento. Não se deve crer, entretanto, que tal representação seja simplesmente fruto da vida em sociedade, mas uma construção específica do campo de atuação dos jornalistas. A atuação dos jornalistas ocorre dentro de um espaço social estruturado, com características específicas que podem ser percebidas como elementos intrínsecos ao *habitus* comum à profissão, indistintamente do veículo de comunicação em questão.

O propósito deste capítulo é estabelecer uma relação entre violência e imprensa. Não se pode pensar em aprofundar o estudo sem que a definição precisa dos termos possa ser identificada nos resultados. Portanto, há de se fazer a devida correlação conceitual a partir dos autores estudados, delimitando um referencial teórico que atenda aos propósitos da pesquisa. Com as definições necessárias estabelecidas, será procedida a análise dos resultados, identificando as relações estabelecidas no plano conceitual sobre os dados empíricos, conforme orientação de Flick (2004).

Os conceitos fundamentais – violência e segurança pública – serão aprofundados e discutidos de maneira comparativa. A ponderação conceitual vai abrir espaço para sua representação social – particularmente a partir da discussão dos dados obtidos empiricamente. Há uma diferença entre o conceito *strictu* – tendo em vista definições acadêmicas, semânticas ou literais – e sua representação social – sua construção e percepção dentro de um contexto coletivo.

Os conceitos discutidos são localizados na realidade do Estado de Goiás. Para tanto, foram utilizados estudos regionais e a aplicação de elementos estatísticos, como dados sobre a sociedade goiana e os indicadores criminais mais comuns. Há ainda de se reconhecer a limitação quanto ao uso de dados dessa natureza, que são emprestados de fontes oficiais. As pesquisas que abarcam a realidade goiana fazem o contraponto possível para evitar distorções significativas.

O estudo procura ainda identificar o processo de representação social da violência e segurança pública na imprensa escrita. O jornalismo se configura em um espaço social estruturado próprio, com representações específicas sobre a realidade na qual está inserido. A reprodução das disposições que compõem um quadro representativo maior da sociedade quase sempre ocorre dentro um prisma peculiar, moldado dentro do que pode ser identificado como um *habitus* próprio da imprensa.

Há de se destacar que o objeto em questão difere do paradigma de jornalismo policial predominante e, em certa medida, há de se pensar em estudo de caso. O *Distrito Zero* se configura como uma exceção. A construção da notícia não se faz em busca da utópica noção de objetividade sem adjetivação; pelo contrário, os fatos são imbuídos de adjetivação, baseada em construções sociais estereotipadas, em sua maioria, para reproduzir o efeito de comicidade no texto, em particular o chiste.

Também se pretende aqui promover uma discussão mais aprofundada sobre as relações possíveis entre imprensa e violência. Ainda que seja restritivo considerar a violência tão somente como fonte de notícias para o jornalista, sua representação decorre também do processo de seleção dos fatos.

Há algo no campo dos jornalistas que perpetua estereótipos e maneiras muito específicas de interpretar a realidade. A própria escolha daquilo que é violento infere um julgamento já estabelecido e legitimado, sob o argumento de atender ao interesse público, que a imprensa tende a utilizar como justificativa de qualquer excesso na condução do material editorial.

A imprensa também se pode valer da violência como poder simbólico, já que disciplina a legitimidade da definição daquilo que é ou não violento. Tal capacidade decorre do fato dos jornalistas possuírem posição privilegiada no campo da informação pública, inclusive com poder de definição sobre aquilo que é ou será difundido socialmente. Essa especificidade se reproduz nos meios de comunicação de massa, perpetuando estigmas e concentrando valor simbolicamente ao principal valor em disputa no campo da imprensa: a informação.

O objetivo deste capítulo é discutir as representações no *Distrito Zero* sobre violência e segurança pública. Os trechos selecionados para esta dissertação foram publicados ao longo de 2006, pincelados conforme sua representatividade e incidência ao longo do ano. O que se encontra nos pequenos textos noticiosos da coluna é uma vasta e ampla gama de representações sociais, que mereceriam uma análise mais detida dado volume de dados produzidos e suas implicações com o *habitus* predominante em dois diferentes campos: o dos jornalistas e o dos policiais.

Para esta dissertação, os exemplos selecionados da coluna serviram como base empírica para a elaboração dos dados. É possível que notinhas significativas – elucidativas sobre a maneira peculiar de o jornalismo policial representar a violência e a segurança pública – tenham sido deixadas de lado, em virtude do volume de informações colhidas. A este alerta cabe ainda a ressalva de que a maior preocupação deste estudo é buscar padrões de representação e identificá-las; seu aprofundamento dar-se-á em trabalhos a serem ainda realizados, dada a demanda do esforço necessário para sua satisfação.

II.2 – A violência e a segurança pública na sociedade contemporânea

II.2.1 – Violência e segurança pública em Ciências Sociais

A pesquisa em segurança pública implica na discussão do monopólio que o Estado exerce sobre a violência. As Ciências Sociais tem se dedicado com grande apreço ao tema nas duas últimas décadas, estabelecendo relações sobre a constante tensão entre o Estado e a população a ele submetida. Tal preocupação aponta o surgimento de forças paralelas ao Estado, circunscritas ao mesmo território, em rota de colisão sobre o uso da força física e simbólica como instrumento de dominação.

A segurança pública é compreendida por Santin (2004) como prestação de serviço público, característica dos Estados Democráticos de Direito. Serviços públicos são “aqueles prestados pelo Estado para atendimento da necessidade coletiva e perene, que dizem respeito à própria existência estatal, como os serviços de defesa nacional, de segurança pública, saúde, educação e justiça” (SANTIN, 2004, p. 42).

Há, portanto, estreita correlação entre a atividade de segurança pública e a existência do Estado. Não haveria de ser diferente. Para que o Estado tenha controle sobre a ordem social, é necessário que detenha também a legitimidade sobre o uso da violência, ou seja, da coerção. A sensação de insegurança da população, estimulada pela divulgação dos índices de criminalidade e pela publicidade dessas ocorrências na imprensa, acaba por reforçar a noção do Estado como agente de controle da ordem social.

A premissa acima é apontada por Santin (2002, p.90):

“O valor da segurança pública tem destaque especial na atualidade, principalmente pela presença de níveis insuportáveis de violência e criminalidade que afetam a ordem pública e a convivência social pacífica do povo, a exigir maior atuação dos mecanismos de proteção estatal, criando uma nova rodada no jogo entre liberdade e poder”.

A legitimidade do Estado sobre a coerção física, conforme sugere Santin, implicaria numa melindrosa relação entre atuação estatal e liberdade coletiva; logo, uma maior presença do Estado no exercício do poder de polícia poderia provocar uma redução das

liberdades individuais e coletivas. O risco parece estar implícito no uso da expressão “mecanismos de proteção estatal” que, travestidos como prestação de serviço em segurança pública, tende a turvar a percepção sobre o monopólio que o Estado exerce sobre a violência – ainda que simbólica.

Adorno (2002) discute como o crescimento da violência urbana tem sido representado pela população a partir de uma sensação generalizada de insegurança, atestada em sondagens de opinião pública. O efeito mais explícito desse cenário, avalia Adorno, pode ser percebido na formulação e na aplicação das políticas de segurança pública no país.

Adorno argumenta que a ineficácia do sistema de justiça criminal tem se mostrado insuficiente para conter o aumento da violência urbana. O diagnóstico que Adorno faz da situação é que o cidadão, aos poucos, perde sua crença nas instituições públicas, o que estimula soluções de âmbito privado como forma de conter o problema.

Adorno identifica tensões em pelo menos três planos de análise social. A saber: nas tensas relações entre indivíduos, grupos e instituições sociais; segundo, tensões nas relações entre sociedade civil, poder político e Estado; por fim, tensões nas relações entre processos sociais, estilos de vida e o mundo das representações simbólicas. A maneira com que o Estado compreende e lida com essas tensões, inevitavelmente, se reflete na maneira com que aplica sua política de segurança pública.

O emprego da violência pelo Estado é analisado por Adorno a partir do modelo weberiano, mas faz duas distinções. A primeira implica no uso da força como forma de assegurar a soberania do Estado diante do ataque de nações estrangeiras; e a segunda assegura ao Estado o uso da violência como forma de evitar o fracionamento da comunidade política por causa de conflitos internos. Em ambos os casos, o uso da força pelo Estado não pode ser arbitrário; há limites para o emprego da violência e essa restrição deve ser conhecida da população a ela submetida.

Para Adorno (2002, p.276),

“Esses limites estão ditados pelos fundamentos que regem a dominação. Na sociedade moderna, a violência legítima é justamente aquela cujos fins – assegurar a soberania de um Estado-nação ou a unidade ameaçada de uma sociedade – obedece aos ditames legais. Portanto, o fundamento da legitimidade da violência, na sociedade moderna, repousa na lei e nos

estatutos legais. Aqueles que estão autorizados ao uso da violência o fazem em circunstâncias determinadas em obediência ao império da lei, isto é, aos constrangimentos impostos pelo ordenamento jurídico”.

Portanto, os limites do uso da força física pelo Estado e seus agentes estão regulados pelo ordenamento jurídico. Adorno identifica legitimidade com legalidade. O que está na lei – e, portanto, é legal – também é legítimo. Tal consideração implica que o monopólio da violência estatal não se restringe apenas ao seu uso, mas também a sua própria prescrição.

Adorno também implica que as políticas de segurança pública acabam sendo limitadas às restrições orçamentárias. Essa limitação permitira o crescimento de outras modalidades de violência e a ampliação da seara do crime organizado, em especial o narcotráfico, comprometendo a eficiência das agências estatais de controle repressivo da ordem pública. Esse contexto, avalia Adorno, sugere que o crime organizado passe a competir com o Estado no controle do território como espaço físico e social da dominação sob outros fundamentos que não mais se limitam à legitimidade via legalidade.

Diante dessa nova realidade, Adorno identifica três novos pontos de maior impacto quanto à noção de soberania do Estado: a invenção da polícia comunitária, a expansão dos serviços de segurança privada e a internacionalização das operações policiais. Cabe aqui ainda apontar a polícia se torna a principal ferramenta no que concerne à segurança pública quanto ao planejamento, eficácia e legitimidade da aplicação estatal do monopólio da violência legítima.

Adorno não deixa ainda de apontar que o debate contemporâneo sobre o monopólio estatal da violência acompanha também a própria dinâmica das mudanças sofridas pela sociedade brasileira nos últimos anos. Adorno discute a dificuldade para conter as ações de forças internas não-legítimas, com o emprego não raro de força, sem abrir mão do controle civil sobre as forças repressivas, o que é requisito básico para assegurar o próprio monopólio estatal da violência.

Adorno aponta que, no Brasil, a tarefa de assegurar ao Estado o monopólio da violência legítima está inconclusa, observando aspectos tradicionais nos resultados das agências encarregadas de conter a criminalidade. Portanto, não mais se pode assegurar o monopólio da violência estatal escorada apenas em fórmulas tradicionais. A manutenção da

exclusividade da violência pelo Estado também implica em acompanhar a própria dinâmica da sociedade a que serve.

Alba Zaluar (2007) sugere que o fracasso das políticas de segurança pública é fruto de um inacabado processo de democratização no Brasil. Zaluar sustenta sua argumentação ao identificar dois paradoxos. O primeiro aponta que o processo de democratização após 1978 foi seguido por taxas crescentes de criminalidade, com destaque para homicídios cometidos entre homens jovens. O segundo indica que a nação brasileira, construída por ideais de cordialidade e conciliação, mudou esses conceitos após a crítica de intelectuais sobre a ausência de cidadania contida nelas.

Zaluar registra que a relevância e o limite das explicações macrosociais sobre a criminalidade violenta a partir da pobreza e exclusão social, no caso do tráfico de drogas, desenvolveu uma interação perversa, em especial com a juventude. Também aponta que o vazio provocado pela inércia das instituições pode explicar as violações dos direitos civis. Essa relação está articulada também à ineficácia do sistema de justiça, que tem relações raízes históricas fortes e influência com o campo político. Zaluar também leva em consideração os processos microsociais, em especial a concepção de masculinidade a partir da exibição de força e de armas.

Um dos aspectos mais importantes levantados por Zaluar é o de que sempre houve no Brasil um hiato entre os direitos formais, previstos em lei, e os que são de fato praticados. Essa diferença permite uma construção social de que o alcance das leis chega a poucos, em especial aos pobres e excluídos. Se a lei não vale para todos, as instituições perdem força e relevância, abrindo espaço para formas alternativas de justiça, ainda que ilegítimas. Zaluar sugere que a falta de uma clara distinção entre os espaços públicos e privados influem também na descrença do sistema legítimo de aplicação da lei. O que deveria ser justiça se torna por vezes mera vingança.

Para Zaluar (2007, p.33),

“A corrupção institucional, a irreverência pela lei, a ineficácia e a discriminação no sistema de Justiça, em países como o Brasil, fizeram, no entanto, que a violência urbana aumentasse num ritmo desastroso. No Brasil, começou-se tardiamente a saber um pouco sobre a provisão de drogas ilícitas ou sobre a força organizacional das redes de traficantes, principalmente suas conexões com a economia e as instituições legais”.

Zaluar relaciona a proliferação de formas de negócios ilegais, envolvendo o tráfico de drogas principalmente, estratégias de sobrevivência. Tanto que estabelece uma relação entre pobreza e falta de emprego para jovens com mecanismos e fluxos institucionais do sistema judiciário na sua ineficiência de combate ao crime organizado. Zaluar também enumera que a urbanização muito rápida dos centros urbanos não permite que as práticas sociais de tolerância e civilidade sejam difundidas entre os novos moradores das cidades. O mesmo processo ocorre em relação aos valores morais. Os mais jovens, portanto, se encontrariam incapazes de lidar com os conflitos surgidos dentro de uma sociedade urbana cada vez mais imprevisível e diversificada.

A violência urbana brasileira possui conexões com o passado de violência rural. Não apenas da violência institucional, mas da praticada na vida privada. Há de se recordar que os primórdios da colonização brasileira, via capitânicas hereditárias, não sofreu muita interferência de Portugal no que concerne à regulação das relações sociais.

Portanto, Zaluar indica que (2007, p.36),

“Assim, o Brasil não tem nem traumatismos indeléveis nem ódios profundos em consequência das guerras civis envolvendo grupos étnicos, religiosos ou políticos, tampouco as glórias e sofrimentos de revoluções. O trabuco, o fuzil ou o revólver nunca tiveram a importância simbólica adquirida em outros países, embora também fossem usados em conflitos. Não se desenvolveu um culto à arma de fogo no Brasil, como ocorreu nos Estados Unidos após a guerra civil americana. Todavia, é também um fato que a violência ocupou um lugar, se bem que limitado, no imaginário da sociedade, como aconteceu em Portugal (Fatela,1989). É essa violência privada e a desigualdade social, econômica e jurídica que foram as marcas mais importantes da sociedade brasileira de então, mas que persistem, transformadas, até hoje”.

Zaluar aponta que as transformações da violência urbana brasileira possuem relações com as mudanças econômicas dos últimos 15 anos, em especial com a baixa inflação. Ainda assim, o crescimento do crime não pode ser explicado apenas pela ótica econômica. Zaluar argumenta que o funcionamento precário e desigual do sistema de justiça – em razão de suas práticas organizacionais – orienta a ação de seus funcionários ao

mesmo tempo em que o Código Penal estaria caduco – a lei data de 1940. Esse cenário permitiria tolerância quanto às práticas ilegais.

A descrença nos valores morais – a partir do desenvolvimento de um novo *ethos*, mais cínico – aparece de maneira mais cristalina naqueles que optam pelas práticas criminosas. A impunidade dos agentes de condutas ilícitas dentro do contexto de violência urbana estimula sua prática, dentro de um círculo vicioso que fere o monopólio estatal da violência como ideal de ordenamento social.

II.2.2 – A representação social enquanto objeto de pesquisa

A representação social enquanto objeto de estudo da Sociologia surge explicitamente pela primeira vez na obra de Émile Durkheim. O termo foi utilizado como sinônimo de representações coletivas, que se “refere a categorias de pensamento através dos quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade” (MINAYO, 2003, p.90). Essas categorias surgem, conforme a concepção do sociólogo francês, ligadas aos fatos sociais e, por isso mesmo, podem ser apreendidas como objetos.

O pioneirismo de Durkheim sobre a pesquisa em representação social foi posteriormente retomado por Weber e Marx, com atualizações de Bourdieu e Bakhtin. Após a segunda metade do século XX, o objeto passa a ser analisado com maiores detalhes pela Psicologia, período em que a obra de Sergé Moscovici ganha importância metodológica na pesquisa acadêmica.

Moscovici (2005) diz que todas as interações entre pessoas ou grupos implicam também em pressupor representações. Sem isso, haveria tão-somente trocas baseadas num sistema de ação e reação. De acordo com ele, a natureza da mudança é o mais importante; é o mecanismo pelo qual as representações poderiam ser capazes de influir no comportamento individual dentro de um ambiente coletivo. Moscovici ainda indica que se as representações parecem quase como objetos materiais, isso revelaria sua natureza como fruto das ações e comunicações humanas.

Moscovici procura distinguir seu conceito de representação social do de representação coletiva, elaborado Durkheim, que teria uma menor preocupação com sua estrutura e dinâmica interna. Para tanto, Moscovici acrescenta à representação social duas

qualificações: devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos; e que Durkheim teria uma concepção bastante estática dessas representações – razão pela qual é necessário atentar para sua dinâmica interna.

Para Moscovici (2005, p.49),

“Para sintetizar: se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião, etc), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade quanto o senso comum”.

A definição de Moscovici, que possibilita uma relação de causalidade, permite que a representação social seja percebida de maneira ilustrativa no estudo de *habitus*. Se as disposições internalizadas por um grupo podem ser identificáveis, sua representação muito revelaria sobre suas peculiaridades. Desta maneira, podem ser vistas como uma camada, em relação ao indivíduo ou ao grupo; e, sob determinadas circunstâncias, são específicas de dada sociedade. Sob este ponto de vista, a relação causa-conseqüência somente existe dentro de uma representação que a justifique. Logo, “as palavras são importantes, pois respondem por tudo o que acontece em cada esfera possível de realidade” (MOSCOVICI, 2005, p.88).

II.2.3 – A violência na sociedade contemporânea

Os estudos nas Ciências Sociais sobre violência possuem uma significativa gama de enfoques ao discutir a multiplicidade do conceito de violência. Tornou-se comum na pesquisa sociológica a corrente ligada à idéia de que existem violências múltiplas que devem ser contextualizadas na cultura em que estão inseridas. O tratamento dado ao tema busca bases diversificadas para identificar a violência enquanto um fenômeno social, ainda que sua expressão seja individualizada a partir de estudos de caso.

A associação entre violência e agressividade implica também numa busca de seus fundamentos psicológicos e sociais. Há tentativas em compreender o comportamento violento a partir de características individuais, baseadas em aspectos genéticos ou em elementos da personalidade. Não se configura, ainda assim, uma retomada do pensamento lombrosiano; pelo contrário, indica que indivíduo e coletividade tendem a ser analisados em conjunto – e não de maneira excludente.

Também, não se pode deixar de apontar a importância da vida em sociedade como influência de significativa permeabilidade na psique do indivíduo. A violência enquanto objeto acadêmico exige que se leve em consideração as disposições sociais internalizadas em determinado campo. Trata-se, enfim, de uma questão de *habitus*.

A vida em sociedade se sustenta dentro de um emaranhado de normas de conduta que regulam a ação individual em nome de um aspecto maior, coletivo, ainda que estas regras não sejam necessariamente explícitas. Bourdieu (2004) aponta que as normas sociais tendem a ser aceitas por meio de acordo tácito entre o grupo que as impõe e o que as recebe; daí a idéia de um poder simbólico que permeia as estruturas sociais ser tão interessante para a compreensão dos aspectos sociais ligados à violência. Grande parte dessas normas, ditadas pelo costume e tradição, ganhou legitimidade legal dentro dos agrupamentos humanos a partir da constituição de um ente central. Nas sociedades contemporâneas, essa referência é associada ao Estado.

O Estado reivindica para si o monopólio da violência física e simbólica ante seus subordinados. Qualquer outra forma de violência que busque sua legitimação, aplicada por outras forças sociais ou individuais, fere a hegemonia estatal – enquanto corpo representativo da coletividade. Ao ver sua legitimidade questionada por outras forças sociais insurgentes, o Estado reage principalmente por meio de políticas de segurança pública que busquem restabelecer o equilíbrio estatal sobre a coletividade.

Ainda que a pretensão do monopólio do uso das forças física e simbólica legítimas seja reivindicada pelo Estado, isso não parece suficiente para assimilar o fenômeno da violência na coletividade. Uma possibilidade complementar, pelo menos do ponto de vista da representação social, é o discurso sobre a violência pelos veículos de comunicação de massa.

Bourdieu, em um conhecido estudo sobre a televisão, reconhece a existência de um poder simbólico midiático considerado por ele como bastante pernicioso. Ao definir conceitualmente violência simbólica como uma “violência exercida com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e, com frequência, dos que a exercem” (BOURDIEU, 1997, p.22), o autor francês indica que essa forma de dominação ocorre de maneira inconsciente.

Pode-se assimilar por analogia o que Bourdieu afirma sobre a televisão em relação aos demais veículos de comunicação de massa, como jornais impressos, rádio e internet, pelo menos no tocante ao campo e ao *habitus*. Há de se tomar o devido cuidado com as generalizações, vez que os conflitos internos dos campos tendem a ser um tanto distintos em decorrência de sua própria natureza midiática.

Para Bourdieu (1997, p. 23-24),

“A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população. Ora, ao insistir nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer seus direitos”.

O mesmo raciocínio, se aplicado aos demais veículos de comunicação, permite compreender como a ausência de informações importantes deixa a população sem o devido conhecimento de seus direitos e deveres. Essa lacuna passa a ser preenchida pelo vazio, que por sua vez estimula a uma representação simplista da realidade, quase estereotipada. Não raro, é comum tomar por verdade os fatos que a mídia – ou melhor, a imprensa – divulga. Dentro deste contexto, a violência enquanto informação ganha status de entretenimento.

O entretenimento esvazia as informações ao torná-las superficiais, criando um ciclo de banalização que pode ser reproduzido socialmente. A violência na contemporaneidade perpassa os veículos de comunicação de massa, que deixa de recorrer à sua forma aberta para ressignificá-la por meio de técnicas mais refinadas, conforme sugere Michaud (1997).

Michaud aponta que a violência se apresenta como uma crise ao estado normal, criando uma afinidade com os meios de comunicação de massa. Essa aproximação é explicada pela necessidade do jornalismo em noticiar acontecimentos sensacionais. Neste aspecto, a violência é potente combustível das redações jornalísticas; por outro lado, a

representação que resulta dessa afinidade preserva clichês e aprofunda estereótipos na percepção da coletividade sobre a violência, conforme ensina Marcondes Filho (2000).

Michaud (1997) avalia que a gestão e a instrumentação das sociedades tecnológicas racionalizam a violência. No caso dos meios de comunicação, essa racionalização da violência é perceptível na seleção jornalística de temas violentos para a composição do noticiário. Há, assim, a possibilidade de se estabelecer uma relação direta quanto à representação da violência percebida e da divulgada. Para Michaud, a transmutação da violência em material noticioso estimula uma constante sensação social de insegurança.

A maneira de sentir e viver a violência atualmente passa, obrigatoriamente, por sua reconstituição midiática. Os indicadores criminais mais interessantes à elaboração noticiosa podem também significar uma referência sobre aquilo que deve ser considerado pela população como violento. A experiência da violência a partir dessa percepção midiática é compreendida por Marcondes Filho (2000) como uma forma de liberar pulsões instintivas que são reprimidas para uma coexistência social normal – daí o efeito de entretenimento em relação ao noticiário sobre violência, em particular o policial.

Angrimani (1994) indica que a essência do sensacional no jornalismo reside na demanda de satisfação pela carga de pulção contida. Essa realização social da experiência violenta é percebida por meio da linguagem utilizada na produção noticiosa, que carrega em sentidos e significados expressões e relatos que tornam a violência assimilável pelo leitor. A linguagem não apenas emoldura a violência como a preenche de um significado, de um sentido, mesmo que esteja vazia de informação, já que se veste com as roupas do entretenimento.

A forma de sentir, perceber e praticar a violência na contemporaneidade perpassa sua representação nos meios de comunicação de massa. A representação da violência enquanto entretenimento convalida a expressão banal do que também pode ser compreendido como violento.

Assim como o Estado, os meios de comunicação de massa também reivindicam, em determinada escala, uma legitimidade sobre o monopólio simbólico da violência. Ou, ao menos, do que deve ser considerado como violência. Essa dinâmica entre Estado e imprensa ganha contornos tensos, por vezes, quando se toma a violência como um poder simbólico entre dois campos distintos: o dos policiais e o dos jornalistas.

II.2.4 – Panorama sobre a violência e segurança pública em Goiás

A percepção quantitativa da violência em Goiás ainda depende significativamente dos dados oficiais, na maioria dos casos. A violência urbana tende a ser categorizada, quantificada, localizada, desmembrada, diluída e significada a partir dos indicadores criminais. A estatística criminal confere status às áreas urbanas, associando estigmas sociais à população residente em determinada localização onde os registros de ocorrência tenham destaque relativo na produção oficial das informações sobre segurança pública. Essas informações são geralmente aproveitadas para a elaboração de políticas governamentais de segurança pública.

Os dados a serem utilizados neste estudo atendem a duas fontes básicas, derivadas dos boletins de ocorrência: os produzidos pela Polícia Civil de Goiás e os registrados na Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Tal ressalva procura explicitar as limitações provenientes do uso de dados oficiais sobre a representação da violência.

Em Goiás, as políticas adotadas para o controle dos indicadores criminais são executadas pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás, que é subdividida em outros órgãos e superintendências. Essencialmente, a execução das tarefas de policiamento ostensivo e repressivo e a investigação judiciária estão a cargo da Polícia Militar e da Polícia Civil, respectivamente. A estrutura organizacional pode ser conferida no Anexo 2 desta dissertação.

Relatório do Senasp (2006) indica que Goiás é um dos poucos estados brasileiros com cobertura de praticamente 100% das ocorrências policiais. Essa capilaridade na coleta de informações permite uma melhor dimensão da incidência dos indicadores criminais nas diversas regionais do Estado. Por outro lado, se há um volume significativo de dados quantitativos, sua análise ainda é limitada. A produção acadêmica sobre violência em Goiás tem aumentado nos últimos cinco anos, mas ainda não há muitos quadros estabelecidos que permitam múltiplas leituras sobre o panorama em violência e segurança pública. O estudo mais significativo é o de Souza (2006).

Souza retoma o fenômeno da violência em Goiás a partir de uma evolução histórica, buscando a compreensão da violência dentro de uma perspectiva processual, aos moldes de

Norbert Elias. O estudo compreende os primórdios da ocupação das terras goianas por bandeirantes paulistas, que se estabeleceram nas primeiras décadas do século XVIII. As primeiras incursões tinham por foco a caça de indígenas como alternativa à mão-de-obra africana para o trabalho escravo.

O próprio ato de fundação é citado por Souza como exemplo de violência estrutural. O bandeirante Anhangüera – apelido obtido com a partir deste episódio – coloca fogo em uma vasilha com álcool como ameaça aos índios; caso não lhe entregassem ouro, incendiaria os rios. A lenda do Anhangüera, somada à tradição oral, passou a ser incorporada à memória goiana, conforme relata a socióloga.

A violência, durante o período colonial de Goiás, atuava como princípio ordenador da realidade. Não somente à violência aberta – vivenciada no ambiente rude e bruto do cerrado, em suas causas naturais e sociais – mas também aos aspectos simbólicos. Aos escravos negros eram negados o batismo e um enterro digno. Os brancos também estavam diretamente envolvidos no fenômeno da violência, tanto no pólo ativo quanto no passivo.

Souza (2006, p.53), ao citar o Conde dos Arcos, aponta que parte dos primeiros habitantes de Goiás era composta por fugitivos da justiça. A sociedade da época era basicamente composta por homens solteiros. A ausência de laços familiares e o constante deslocamento em busca de minérios preciosos contribuíram para a precariedade dos laços sociais. Um dos efeitos apontados pela socióloga é a rejeição às autoridades constituídas, o que seria regra daqueles anos.

A construção do monopólio da violência por parte do Estado demorou a ganhar corpo em Goiás. Souza aponta que, no século XIX, ainda havia resistências às autoridades estatais. Conforme Souza (2006, p.64), sob a ótica dos governadores da época, o alto índice de criminalidade apresentava como variáveis:

“(…) a carência de juízes letrados, a complacência dos tribunais do júri, a falta de conhecimento das leis, a inexistência de cadeias seguras, a dispersão da população em território vasto, a rejeição às autoridades, o desaparelhamento e a carência no efetivo da polícia, a proteção a criminosos por agentes privados e o medo das vinditas”.

A presença de aventureiros e fugitivos nos primeiros anos de ocupação deixou lacunas que o estado teve dificuldades posteriores para preencher e, assim, reivindicar o monopólio da violência legítima. Por outro lado, os registros que apontavam uma índole pacífica do povo goiano eram comuns nos relatórios dos governadores. Souza (2006) analisa este comportamento como a provável inexistência de movimentos de caráter social e de resistência ao governo ou ao sistema de dominação estabelecido na província.

Durante a Primeira República, a abolição do trabalho escravo mudou a dinâmica das relações de trabalho. A mão-de-obra passou a ser gerida por um sistema repressivo. Souza (2006, p.76) indica que nestes sistemas os proprietários de terra – recurso fundamental para a produção agropecuária em grande escala – desenvolviam concepções de superioridade em relação aos trabalhadores por eles geridos. Também nutriam compromisso grande com a autoridade e preservavam uma ética militarista.

Este sistema repressivo tinha por meta fixar a população pobre e mantê-la por meio de um sistema de escravidão por endividamento. A classe rural proprietária de terras, que compõe núcleos do que viria a ser chamado coronelismo, mantém as estratégias de dominação mesmo quando se urbaniza, conforme Souza (2006, p.77). A busca pela hegemonia de poder também incitava conflitos entre elites; clãs familiares se valiam de posições políticas como estratégia de dominação. O período foi marcado pelo poder notadamente oligárquico.

A expansão da economia cafeeira e a chegada da estrada de ferro em Goiás trouxeram mudanças comportamentais em seu bojo. Souza (2006, p. 88) identifica dois processos simultâneos de integração da economia: um endógeno, advindo do crescimento da agricultura e da pecuária; e outro exógeno, derivado da cultura de café, que trouxe a estrada férrea até Goiás. Souza ainda enumera uma série de mudanças nas relações econômicas e de mão-de-obra que resultaram no projeto de modernização e na mudança dos costumes a partir da década de 1930.

Souza sustenta que a integração territorial e a inserção econômica de Goiás no cenário nacional trouxeram como consequência a mudança nos costumes. A construção de Goiás traz em si essa simbologia de modernidade e integração. Se a índole pacífica do goiano era ressaltada em documentos oficiais do século XIX, manifestações coletivas trouxeram novos fatos quanto à manifestação da violência. Conflitos sociais, notadamente

em meio rural, expuseram relações as relações de trabalho precárias. Sousa (2006, p.111) cita a maneira turbulenta com que foi ocupado o norte goiano, em que a violência se expressava de forma estruturada: roças de posseiros destruídas, ranchos queimados, assassinatos; as alianças firmadas também ocorrem dentro do campo político, com delegados de polícia, prefeitos, vereadores e juízes.

Souza estabelece um comentário sobre a manifestação da violência na sociedade goiana após 1930 que pode ser tomado como ponto de partida da representação que será discutida adiante neste estudo (SOUZA, 2006, p.171):

“A modernização da sociedade goiana a partir dos anos de 1930 (o processo pode ser melhor visualizado a partir dos anos de 1950) foi a grande responsável pela modificação dos costumes e a civilização dos comportamentos, mediante recursos como a urbanização, a expansão da educação, a racionalização da administração e a introdução de novas exigências no mundo de trabalho. Rompeu-se a unidade do universo simbólico da sociedade tradicional, mas a nova estruturação social foi fundada na desigualdade. O Estado afirmou formalmente o monopólio legítimo da força, mas fracassou na aplicação de um princípio fundamental ao processo de expropriação da violência privada, a universalização da justiça.”

Souza registra que houve avanços na contenção da violência. Atos violentos impulsivos – padrão em homens da sociedade tradicional – sofreram redução. Ainda assim, podem ser percebidos no *habitus* aspectos de uma violência baseada na valorização pessoal e fundamentada na força física. Conflitos do dia-a-dia são resolvidos por meio da violência interpessoal. Souza indica ainda que essa disposição à violência entre pessoas deixa os homens disponíveis à instrumentalização da violência, comandada pelo crime organizado.

Este é um aspecto fundamental do estudo, já que a violência como forma de encerrar contendas, dúvidas e conflitos é o que permitirá reconhecer a representação daquilo que é violento nos textos noticiosos da coluna *Distrito Zero*. Entretanto, se faz necessária uma discussão sobre os indicadores criminais mais comuns de Goiás.

Aos dados, então.

II.2.5 – Indicadores criminais em Goiás

A coleta de dados que sustentam os indicadores criminais divulgados pela Senasp⁵ é baseada nas ocorrências policiais registradas pela Polícia Civil. Nem tudo o que é registrado torna-se inquérito ou chega efetivamente à justiça sob a forma de peça processual. O caminho entre o fato e o dado estatístico pode ser explicado da seguinte maneira, conforme relatório da Senasp (2006).

Os eventos sociais – acidentes, incidentes, desordens, incivildades e conflitos – podem ser solucionados sem a presença do Estado, evitando o registro em ocorrência, ou serem encaminhados para a polícia. Neste último caso, o fato é encaminhado pela Polícia Militar para a Polícia Civil. Pode ser resolvido no momento, por meio de mediação do conflito, encaminhado para outros órgãos ou transformado em ocorrência policial.

O boletim de ocorrência pode ser utilizado para a elaboração de rotinas administrativas para a polícia ou ser transformado em crimes, que serão investigados e comporão o inquérito policial, que poderá resultar ou não em processo penal. Portanto, nem toda ocorrência chega de fato aos tribunais, vez que há outras formas de sanar o conflito – exceto quando se identifica o crime. Também se deve levar em consideração o fato de que em alguns crimes – contra a vida e o patrimônio, por exemplo – nem sempre é identificada a autoria.

Os tipos criminais são estabelecidos no Código Penal e leis penais específicas; a tipificação permite enquadrar os casos concretos conforme a previsão legal. Há tipos mais comuns de crimes que interessam ao jornalismo – geralmente os mais graves e ameaçadores, que atendem contra princípios fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à integridade física e ao patrimônio.

Os indicadores criminais não permitem *per se* identificar as estratégias governamentais em Segurança Pública. Há uma tentativa declarada dos órgãos policiais em evitar o avanço da criminalidade; ocorre que, na prática, a maioria dos casos são medidas paliativas. O crescimento significativo em algum tipo criminal de um ano para outro incita

⁵ Análise das Ocorrências Registradas Pelas Polícias Cíveis, publicada pelo Ministério da Justiça em setembro de 2006. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={42595482-B0DD-4185-918E-80E4BAFAFC72}&ServiceInstUID={B78EA6CB-3FB8-4814-AEF6-31787003C745}> .

uma discussão política para tentar reduzir a incidência daquele crime, ainda que apenas em relação ao ano de referência.

Na tabela abaixo (disponível no Anexo IV) é possível identificar os indicadores criminais mais comuns, ocorridos em Goiânia, entre 2004 e 2005. Os dados são da Polícia Civil.

OCORRÊNCIAS POLICIAIS DOS PRINCIPAIS CRIMES REGISTRADOS EM GOIÂNIA - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2004 E DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2005																											
Especificação	2 0 0 4												2 0 0 5														
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
Crimes contra a Pessoa																											
Homicídio Doloso	30	19	17	18	28	21	22	27	32	26	16	27	281	33	33	21	17	20	20	20	35	30	21	27	315		
Homicídio Culposo	44	51	59	34	39	49	33	21	24	33	35	37	244	28	23	26	35	18	45	23	33	30	41	21	40	363	
Homicídio Tentativa	44	51	59	34	39	49	33	21	24	33	35	37	459	49	41	36	44	26	28	40	62	46	39	43	56	499	
Lesão Corporal Culposa	185	193	152	159	168	194	122	135	117	134	189	142	1.860	177	143	164	207	98	209	171	219	202	164	156	157	2.159	
Lesão Corporal Dolosa	273	227	342	259	311	275	287	282	232	271	313	262	3.334	281	308	323	380	220	330	307	315	334	379	350	324	3.851	
Sequestro e Cativeiro Privado	2	-	2	1	2	-	-	1	1	-	1	9	19	-	-	1	2	2	2	1	2	3	1	1	2	17	
Crimes Contra o Patrimônio																											
Estelionato	196	222	288	245	313	329	317	309	189	274	211	263	3.130	234	242	267	268	175	255	284	298	276	288	311	277	3.178	
Extorsão	13	19	5	3	5	3	9	6	4	6	5	3	72	9	2	6	3	4	4	1	3	10	1	3	2	49	
Extorsão mediante sequestro	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5	
Furto	3.151	3.217	3.534	3.429	3.121	3.526	3.298	3.124	2.923	3.166	3.193	3.243	38.934	3.098	2.731	3.118	2.690	1.561	3.483	2.968	3.545	3.212	3.298	2.272	3.227	36.843	
Furto Tentativa	56	49	59	74	60	70	69	54	46	53	68	58	725	72	46	48	47	45	65	59	56	72	103	54	57	724	
Roubo	1.178	1.346	1.529	1.470	1.389	1.029	941	1.015	799	839	978	928	13.431	918	899	1.024	959	476	1.205	1.053	1.305	1.110	1.279	1.030	971	12.199	
Roubo Latrocinio	3	1	2	1	4	1	-	1	-	3	1	-	17	-	1	-	2	-	2	-	-	1	1	-	-	7	
Roubo Tentativa	13	18	24	25	38	18	14	21	23	14	19	13	240	10	24	18	12	19	11	13	27	26	18	17	19	214	
Crimes Contra os Costumes																											
Corrupção de Menores	2	2	5	1	1	2	2	1	5	-	-	-	21	1	-	-	1	1	1	1	1	1	3	2	-	12	
Estupro	14	20	24	20	28	17	17	18	32	25	26	23	274	24	22	24	19	7	19	20	15	18	22	21	20	231	
Estupro Tentativa	-	1	-	-	1	3	2	-	1	1	1	-	10	1	5	3	4	5	2	3	1	1	4	1	4	35	
Sedução	-	1	1	-	1	2	-	2	3	1	1	3	15	1	1	3	-	-	-	1	-	-	-	-	1	7	
Lei 6.368/76																											
Comércio Fac. Uso de Tóxicos	24	38	31	27	31	31	19	35	22	29	28	18	333	15	22	20	25	28	38	20	24	18	35	45	38	329	
Uso de Tóxicos	87	53	91	75	70	91	77	69	73	38	53	38	815	50	38	95	61	19	80	39	81	63	76	67	102	772	
Suicídio	5	6	9	-	6	5	1	-	7	4	8	10	61	8	4	8	4	8	3	3	6	7	13	3	5	70	
Suicídio Tentativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.398	5.491	6.179	5.857	5.645	5.678	5.249	5.135	4.543	4.949	5.161	5.690	64.277	5.091	4.556	5.208	4.951	2.740	5.872	5.027	6.912	5.465	5.788	5.123	5.327	61.870	
Furto e Roubo de Veículos	288	295	313	311	252	196	202	213	251	292	228	246	3.085	282	174	269	247	129	295	301	310	252	314	265	250	3.088	
Furto e Roubo de Motocicletas	72	89	104	72	93	72	67	73	84	115	93	108	1.042	99	108	101	114	43	143	130	108	101	107	126	133	1.315	
TOTAL FURTOS E ROUBOS	360	384	417	383	345	268	280	286	335	407	321	354	4.127	381	282	370	361	172	438	431	418	353	421	393	383	4.403	
Roubo a Bancos	-	1	1	-	1																						

Fonte: Delegacias Distritais / Especializadas

A tabela categoriza os crimes em quatro grupos distintos – crimes contra a pessoa, contra o patrimônio e os tipos derivados da lei 6.368/76. A variação nos registros permite que seja identificado crescimento ou decréscimo no volume de ocorrências policiais; no caso acima, os crimes se transformam em inquéritos, que nem sempre chegam de fato ao julgamento.

Para o caso deste estudo, os dados relacionados ao homicídio não possuem o mesmo peso do que os de lesão corporal – tanto culposa quanto dolosa – que formam o cerne das notícias do *Distrito Zero*. Entre 2004 e 2005 houve um aumento significativo em Goiânia nos casos de lesão corporal culposa, que passou de 1860 para 2159. No mesmo período, também aumentou o volume de casos de lesão corporal dolosa, que cresceu de 3.334 para 3.851. A maior parte das notinhas do *Distrito Zero* sobre conflitos oriundos de interações pessoais – predominantemente na esfera privada – tem suas origens nos boletins ligados a estes dois tipos criminais.

As amostras coletadas do *Distrito Zero* não indicam nenhum registro de seqüestro ou cárcere privado. Os raros casos de homicídio citados não deixam explícita a motivação do acusado. O furto é o mais freqüente dos crimes contra o patrimônio. No período de 2004 e 2005, o volume de ocorrências sofreu redução, caindo de 38.934 para 36.043. O roubo, categoria criminal semelhante, teve no mesmo período queda de 13.431 para 12.199 incidências. A amostragem obtida para fins de estudo provem de ocorrências registradas em Goiânia.

II.3 – Imprensa e violência

II.3.1 – Representação da violência no jornalismo

A representação da violência no jornalismo implica em discutir o filtro pelo qual a violência é assimilada e compreendida: o *habitus* dos jornalistas. Para tanto, torna-se necessário pensar em um campo dos jornalistas. Um espaço social em que grupos entram em conflitos, em que a informação é o bem mais valioso. A busca incessante pelo futuro, pela notícia exclusiva, leva os jornalistas a buscarem recortes da realidade que justifiquem estereótipos por próprios assimilados, conforme ensina Marcondes Filho (2000).

Bourdieu (1997) indica que o princípio básico da seleção de notícias pelos jornalistas é a busca do sensacional, do espetacular. A escolha de uma realidade particular é construída sob a égide categorias de percepção que são próprias dos jornalistas. Decorre daí um elemento significativo do campo dos jornalistas, que se interessam pelo excepcional ou, pelo menos, pelo o que é excepcional para eles. A percepção sobre o que muitas vezes não deve ser entendido como banal estruturou toda uma corrente de pensamento dentro do jornalismo, batizada de *new journalism*, que procurava em fatos cotidianos conteúdo para suas reportagens, escritas com técnicas narrativas.

O conjunto de experiências adquiridas e internalizadas no campo do jornalismo constrói um tipo de filtro muito particular na interpretação e reconstrução da realidade. Ainda que se tenha a objetividade como princípio fundamental do jornalismo (Lage, 1989), a representação do real passa por percepções subjetivas que alteram o fato conforme a perspectiva do observador.

A produção no jornalismo é coletiva. Depende de uma rede de profissionais para que um fato seja percebido na realidade e transformado em notícia. Uma redação é dividida em várias categorias: repórteres, redatores, fotógrafos, diagramadores, subeditores, editores, chefe de reportagem, pauteiro, rádio-escuta, editor-chefe e editorialista, conforme modelo proposto por Travancas (1992). Neste espaço social – o das redações – há possibilidade de que conflitos aflorem – interinstitucionais e intrainstitucionais.

Bourdieu (1997) reconhece que o mundo dos jornalistas é dividido por conflitos, concorrências e hostilidades. Ainda assim, argumenta que os produtos jornalísticos são mais homogêneos do que se pensa. A explicação se sustenta tendo o *habitus* como

elemento norteador das representações dos jornalistas. Bourdieu aponta ainda que ninguém lê jornais como jornalistas que, por sua vez, tendem a pensar que todos lêem jornais. Assim, indica que para saber o que se deve dizer é preciso saber aquilo que foi dito por outros; essa lógica é o que permeia a homogeneidade da produção jornalística e o que leva à uma representação da realidade mais ou menos equivalente.

Sobre o campo jornalístico, Bourdieu (2007, p. 55) anotou que:

“O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte de outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos. Esse era o pressuposto da objeção que eu fazia à explicação por fatores econômicos do que se passa no jornalismo”

Bourdieu identifica ainda que o jornalismo abriga uma forma de marxismo curto, que denuncia sem explicar ou esclarecer. As relações de força objetiva que constituem a estrutura do campo não é percebida pelos leitores nem pelos jornalistas; podem inclusive perceber seus efeitos, mas não o peso da instituição em que trabalham. A posição das instituições dentro do campo jornalístico e a dos profissionais dentro da instituição é o que pode permitir a compreensão do que um jornalista pode fazer ou produzir.

As disputas por poder dentro do campo jornalístico é importante fator que motiva a concorrência com os outros veículos e jornalistas; essa relação tensa é o que define sua posição no campo e suas estratégias de manutenção. Bourdieu explica que para ampliar o público é necessário que um veículo de imprensa perca suas asperezas, tudo o que pode dividir ou excluir: “constrói-se o objeto de acordo com as categorias de percepção do receptor” (BOURDIEU, 1997, p. 63).

Para Bourdieu (1997, p. 65),

“Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples

cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de ‘espaço público’, isto é, à grande difusão.”

O monopólio sobre os meios de difusão implicam aos jornalistas uma forma de dominação: a de se exprimir em público, o que por vezes traz notoriedade. Bourdieu ainda aponta que o campo jornalístico – a exemplo de outros campos – traz pressupostos que estão inscritos em categorias de pensamento e que levam a seleção temática feita pelos jornalistas a operar na realidade social e nas produções simbólicas. Pode se pensar na notícia como o prêmio do campo jornalístico, em que os jornalistas reivindicam para si a capacidade de determinar o que é ou não importante para a coletividade.

Traquina (2005-A) destaca que o campo jornalístico começou a ganhar forma nas sociedades ocidentais durante o século XIX, concomitantemente com processos tecnológicos que levaram ao desenvolvimento do capitalismo. A profissionalização dos jornalistas fez com que reclamassem maior autonomia e firmassem monopólio dentro do campo jornalístico, em que reivindicam um saber especializado.

As divisões temáticas da cobertura jornalística também trouxeram aos profissionais da imprensa a necessidade de especialização. Geralmente, um jornalista com mais anos de carreira tende a se concentrar numa única área de cobertura, geralmente a que mais cultivou fontes. A partir dessas divisões internas é possível identificar a editoria policial, geralmente abrigada em cadernos locais ou de cidades ou ainda de judiciário.

A cobertura de violência na imprensa obrigatoriamente passa pelo relacionamento – nem sempre amistoso – com a polícia. A análise da representação policial nos textos jornalísticos nem sempre revela uma postura amistosa ou condescendente com a atividade policial.

Para Assis *et ali* (2006, p.62),

“Verifica-se que as imagens construídas pela mídia escrita tendem a criar estereótipos em relação ao policial e suas corporações, que estão ligados a uma idéia de irregularidade, brutalidade, truculência e corrupção. Esses estereótipos tomam proporções simbólicas significativas no imaginário social. Uma grande parcela das notícias informa sobre as ações legais da polícia. Mas é na narrativa das ações ilegais que se concentra um poder de

disseminação dessa visão negativa, extremamente rechaçada pela população em geral, principalmente por referir-se a uma instituição pública e que tem como dever protegê-la.”

A consideração de Assis *et ali* permite a compreensão da dimensão simbólica com que a imprensa trata as ações policiais, em especial as negativas. A violência enquanto material jornalístico depende das fontes oficiais, ainda que em alguns momentos questione métodos e resultados. Pode-se, inclusive, pensar que a seleção das notícias sobre o fenômeno da violência implica também em considerá-la como um poder simbólico. Para a imprensa, a força simbólica deste poder está em sua capacidade de definir o que é ou não uma conduta violenta e, assim, difundir conceitos próprios – moldados a partir do *habitus* jornalístico – sobre a lógica, o sentido e a percepção da violência para a coletividade.

II.3.2 – A violência como poder simbólico na imprensa

A violência se manifesta nas páginas dos jornais sob roupagens diversas. A mais comum é a sensacionalista, que carrega no exagero para compor os fatos. A percepção daquilo que é ou não violento para os jornalistas passa pelo filtro do *habitus*. Por vezes, a demanda por notícias de temática violenta é justificada pelos jornalistas como sendo de interesse social ou ainda para atender aos leitores.

Angrimani define que “sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria este tratamento” (ANGRIMANI, 1994, p.16). Marcondes Filho (2000) sugere o interesse pelo sensacional como uma possibilidade de satisfazer pulsões contidas pela vida em sociedade. O noticiário baseado em violência oferece destaque ao que é excepcional; o que foge à regra ou ao padrão compreendido pelos jornalistas como normal.

Há de se retomar a idéia de Bourdieu (1997) sobre a seleção dos fatos que compõem o noticiário. Os jornalistas selecionam as notícias conforme categorias próprias de percepção, intrínsecas ao *habitus* profissional. O que é publicado também é uma representação daquilo que se insere no universo simbólico do campo jornalístico.

Angrimani (1994) cita Marcondes Filho ao apontar o tripé temático que sustenta as reportagens sensacionalistas: escândalo, sexo e sangue. A notícia torna-se produto e estabelece com o leitor uma relação fetichista, conforme sugere Marcondes Filho.

Para Angrimani (1994, p. 17):

“É na exploração das perversões, fantasias, na descarga de recalques e instintos sádicos que o sensacionalismo se instala e mexe com as pessoas. É no tratamento antianódino da notícia, quase sempre embalada em um caleidoscópio perverso, que o sensacionalismo se destaca dos informativos comuns”.

Há, portanto, uma relação emotiva com o conteúdo das reportagens sensacionalistas, que despertam as pulsões reprimidas. Há aqui uma diferença básica entre o chiste, que será discutido adiante: a comicidade se dirige à racionalidade – argumento defendido por Bergson (2004) – enquanto o sensacionalismo busca a emotividade, é passional. Uma das preocupações diante da imprensa sensacionalista é seu potencial em influenciar comportamentos criminógenos, receio demonstrado por Portão (1980).

Portão (1980, p.29) diferencia a técnica de elaboração da notícia de crime na imprensa popular da glorificação do ato criminoso. O autor indica que a construção dos textos noticiosos – ainda que exagerados, aos moldes sensacionalistas – ainda atentam para um dado grau técnico e lingüístico que limitam a exaltação dos atos criminosos ou dos criminosos em si.

Portão (1980, p.35-36) escreve que

“Quando analisamos os fatores criminógenos da *notícia policial*, isto é, esse ato anti-social deteriorando o processo informativo e motivando outros fatos semelhantes, tanto o povo como a elite são afetados pela informação de caráter negativo. Por mais que se discuta e se refute a teoria sociológica de Durkheim, ela parece persistir no tempo com o seu conceito de crime, classificando-o como fenômeno natural e inevitável na comunidade, porque é impossível uma sociedade onde ele não exista. Observa-se, entretanto, que não é o crime em si, o ato infracional, que eventualmente altera o comportamento de outros membros do grupo não

atingidos diretamente pelo ato anti-social, mas a forma como a mensagem é absorvida pelo receptor”.

A maneira com que a mensagem é absorvida pelo receptor não pode desconsiderar o filtro no qual foi produzida. Logo, importantes representações da violência presentes no *habitus* contido no campo jornalístico podem ser mediadas por meio da notícia. Se este aspecto for levado em consideração, a possibilidade de considerar a violência – enquanto definição e representação – como poder simbólico não seria equivocada.

Ao assumir a violência como poder simbólico deve se ter em mente a relação firmada entre sua representação e o filtro pelo qual foi divulgada. Assim, o fenômeno carrega em si uma percepção particular, derivada do campo jornalístico. Aquilo que os profissionais da imprensa identificam como violento, ao ser divulgado, implicaria em receptores potenciais uma compreensão do que deve ser considerado como violência pela população.

II.3.3 – A imprensa policial em Goiás

A disponibilidade de estudos sobre a imprensa policial em Goiás é escassa. A maior parte das informações disponível é obtida a partir do cruzamento dos dados existentes. Portanto, o que se segue é um esforço de reunir um volume significativo de informações catalogadas, que devem e necessitam de maior aprofundamento em pesquisas futuras.

A imprensa em Goiás pode ser dividida de maneira esquemática, conforme proposta de Teles (1989):

- Primeiro período (1830-1834);
- Segundo período (1834-1890);
- Terceiro período (1890-1936);
- Quarto período (1936-1945);
- Quinto período (1945 aos dias atuais).

O primeiro período é marcado pela publicação do jornal *A Matutina Meiapontense*, cuja primeira edição circula em 5 de março de 1830, em Meia Ponte, hoje Pirenópolis. O periódico foi fundado pelo comendador Joaquim Alves de Oliveira, que trouxe os primeiros tipos gráficos para Goiás por meio de longas jornadas pelo sertão. *A Matutina* surgiu no mesmo ano em que o Império editou a lei de imprensa, que tinha por objetivo regular a linguagem ferina nos jornais de oposição, conforme Teles (1989).

Este primeiro ciclo foi curto, já que se encerra com o fechamento da própria *Matutina*, em 1839. O maquinário adquirido pelo comendador seria depois vendido ao governo da Província de Goiás, que o utilizaria para publicar o *Correio Oficial de Goiás*. Teles detalha que o jornalismo da época tinha inspiração liberal francesa, predominando textos satíricos e literários. O primeiro veículo de comunicação impresso era de propriedade particular – característica similar à *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico também privado, criado em 1808, mas com apoio do corte portuguesa instalada no país.

O segundo período tem como referência a publicação do *Correio Oficial de Goiás*, cuja circulação inicial data de 3 de junho de 1837. A circulação do periódico foi estável durante 15 anos; depois deste período, os atos oficiais da província de Goiás passaram a ser editados no jornal *O Tocantins* até 1855. O *Correio Oficial* voltou a ser publicado com relativa regularidade em 14 de maio de 1864, sendo novamente fechado em 1890.

A imprensa do período passou a ser regulamentada pelo governo da Província, cujos atos oficiais se tornaram relativamente acessíveis à população, que tinha pouca quantidade de pessoas alfabetizadas. Teles (1989) indica que o período foi marcado por instabilidades políticas – Guerra do Paraguai, abolição e proclamação da República. Também destaca que houve melhoria técnica na impressão dos jornais com a aquisição de novos equipamentos tipográficos.

O terceiro período é considerado por Teles (1989) como um dos mais violentos contra jornalistas e a liberdade de imprensa. A violência era tanto simbólica – ameaças à jornalistas – quanto física – empastelamento de jornais e assassinatos de jornalistas. Também se registra um grande volume de intelectuais goianos militando no jornalismo, com destaque para Americano do Brasil, Moisés Santana e Joaquim Bonifácio de Siqueira.

Sobre este ciclo histórico, Teles (1989) não apresenta elementos que possam sugerir ser um marco significativo da cobertura jornalística policial. Apesar de considerá-lo

violento, não há indícios em sua obra de que existisse uma produção sistematizada sobre violência. Sabe-se que, entretanto, publicações como *A Informação Goyana* e a *Revista Oeste* publicaram artigos narrando fatos violentos e citando mortes de jornalistas. A revista Oeste de número 12, por exemplo, traz texto assinado por Veiga Neto, que relata o assassinato de Moisés Santana.

Sobre a morte de Moisés Santana, Veiga Neto registrou que (*apud* PINA FILHO, 1971, p. 79):

“(...) O assassino colheu-o de surpresa e tombou-o morto sôbre a mesa da redação. Êle morreu abraçando-se àquela mesa, sua companheira e confidente, osculando as laudas cobertas de manuscrito regular: na dextra crispada o lápis parecia ainda querer traduzir os pensamentos que iam por aquêle cérebro, no instante supremo em que se despediu da vida”.

A narrativa de Veiga Neto, datada de fins de 1943, empenha em representar o jornalista como indivíduo cujo último suspiro se revela como esforço heróico em registrar os eventos. Demonstra o profissional da imprensa como que protegendo suas ferramentas de trabalho, cujo ofício lhe teria, implicitamente, lhe custado a vida. Trata-se de caso raro nos registros encontrados que se refere à violência contra jornalistas e, ao mesmo tempo, indica uma informação jornalisticamente estruturada.

Os jornais passam a ser utilizados pelas elites locais como arma estratégica. Surge um intenso debate entre grupos políticos sobre a mudança da capital. Um novo grupo político, encabeçado por Pedro Ludovico Teixeira, ganhou força durante o governo Vargas. Ludovico é nomeado interventor e consegue aprovação política para transferir o centro administrativo de Goiás para uma nova área, que se tornaria Goiânia.

Também nesta época foi fundada a Faculdade de Direito de Goiás e a Academia Goiana de Letras. As novas entidades insuflam a produção editorial goiana, defende Teles (1989). O campo político é marcado pela ascensão e decadência de duas oligarquias: os Caiado e os Ludovico. O período se encerra com o surgimento da Associação Goiana de Imprensa, em 1934, e a transferência do Correio Oficial para a nova capital, Goiânia.

O quarto período traz em si a representação de novos tempos a partir da campanha oficial de integrar Goiás aos demais estados brasileiros. O surgimento e a consolidação de

Goiânia também marcam o predomínio dos Ludovico como grupo político hegemônico. A nova situação política desencadeou o afastamento de jornalistas vinculados aos Caiado e aos Bulhões, desconstruindo inclusive o legado político de ambas as famílias. Piña Filho (1971, p.106) registrou que

“A revolução de 1930, coroada em Goiás com a intervenção de Pedro Ludovico, evidente que calou a voz dos jornais oposicionistas da época. Dêstes salientam-se os nomes de Antônio Caiado, Frederico Jaime e Alfredo Nasser”.

Teles (1989) aponta que vários jornais surgiram e desapareceram durante os anos 1930 e 1940. Teles cita o jornalista Alírio Afonso de Oliveira, que afirma a circulação de aproximadamente 40 periódicos em Goiás, em 1939. Alguns desses veículos ainda são publicados nos dias de hoje, como o jornal *O Popular*, que faz parte das Organizações Jaime Câmara.

Teles (1989) avalia que o fato de maior destaque do período foi o aparecimento da *Revista OESTE*, em 5 de março de 1942, mesma data do batismo cultural de Goiânia. O periódico, “embora de orientação estadonovista, contribuiu, de modo bastante positivo, para o renascimento de nossa literatura” (TELES, 1989, p.51). O periódico publicou textos de nomes como Bernardo Elis, Alfredo Nasser e Hugo de Carvalho Ramos, entre outros.

O quinto período engloba uma maior difusão dos veículos de comunicação de massa, com o surgimento da televisão e da internet. Há uma acelerada evolução técnica no jornalismo impresso, que deixa aos poucos de operar com tipografia e aumenta a produtividade com as rotativas. Neste período, surge ainda a Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Goiás. A profissão passa a ser regulamentada durante o regime militar e o diploma profissional se torna obrigatório. Esse fato contribui de forma significativa para a consolidação de um campo jornalístico em Goiás.

O texto noticioso perde em parte elementos argumentativos e sua linguagem passa a ser estruturada de maneira mais objetiva e concisa. Em 8 de agosto de 1953, o jornalista Haroldo Gurgel é assassinado. Era repórter de *O Momento*, jornal que criticava abertamente a política situacionista. O crime serve depois como bandeira para que os jornalistas Batista

Custódio e Telmo Faria criassem o *Cinco de Março*, que se tornaria *Diário da Manhã*, em 1980. O *Diário da Manhã* é o veículo que publica diariamente a coluna *Distrito Zero*.

Mesmo neste período, ainda não há um levantamento preciso sobre a produção em jornalismo policial. A transição da hegemonia dos Caiado para a dos Ludovico também representou notada violência contra jornalistas. Piña Filho registrou que “a posse individual do poder, cerceia a liberdade. Haroldo Gurgel morreu em uma praça pública de Goiânia, por censurar o ‘mundo em que vivia’” (PIÑA FILHO, 1971, p.128).

Ainda assim, o desenvolvimento de um jornalismo especializado em cobertura policial, em Goiás, ocorre durante este período. Como visto, notícias sobre assassinatos não eram incomuns na história da imprensa goiana, mas sua modelagem técnica dentro de uma linguagem jornalística contemporânea ocorre a partir de 1945.

As notícias sobre violência ganham as manchetes e se destacam com maior frequência durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Não há muitas fontes sobre a produção jornalística da atividade policial em Goiás. Assis *et ali* (2006, p. 11) aponta em estudo sobre a representação da polícia na imprensa que:

“A imprensa escrita tem evoluído na cobertura policial, principalmente com a mudança editorial de alguns jornais conhecidos com os atributos de ‘espreme que sai sangue’. Mas ainda se verifica um tipo de jornalismo ambíguo, onde a figura do jornalista se confunde com a do policial, o suspeito é exposto na mídia e pré-julgado, a vítima é exibida como um cardápio de horror e a questão dos direitos humanos é completamente ignorada. O enfoque na atuação da polícia ainda ocupa um espaço considerável dos jornais, principalmente no que se refere às ocorrências violentas urbanas. Nessa cobertura, de modo geral, há uma ênfase no aumento da criminalidade e uma tendência em destacar a incapacidade do Estado em oferecer segurança pública de qualidade para a população. No entanto, nesse avanço da mídia escrita, observa-se também uma melhor cobertura em relação à violação dos direitos, que se deve a uma melhor qualificação de jornalistas nessa área. O tema dos direitos humanos também está mais presente na formação e capacitação de policiais”.

A mistura de papéis – em que o jornalista se confunde com a própria polícia – pode ser percebida ao assumir a defesa corporativa de interesses policiais, a preservação de

fontes ou mesmo a omissão de detalhes necessários para a plena compreensão dão fato. A violação dos direitos humanos se torna latente ao expor indivíduos em situações embaraçosas ou mesmo prejudicar acusados de crimes. Essas características se tornam ainda mais presentes na produção noticiosa do *Distrito Zero*, que será discutida a seguir.

II.3.4 – O caso do *Distrito Zero*

O volume de informações publicadas a respeito da coluna *Distrito Zero* é bastante limitado. A recusa do jornalista que assina o espaço, Edson Costa, em conceder entrevista para esclarecer alguns pontos de sua produção trouxe uma série de dificuldades metodológicas para compor uma breve história da coluna. Sabe-se que suas origens datam dos últimos anos da década de 1980 e que sempre foi publicada no jornal *Diário da Manhã*, escrita pelo mesmo jornalista.

Para compor a representação da violência contida na coluna este estudo terá como referência apenas o material coletado para análise, que recorta o período de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2007. Ainda que não tenha sido possível sabatar o autor da coluna, é possível tecer algumas considerações.

O *Distrito Zero* é um caso único no jornalismo goiano. Não há registros de outra coluna que noticie crimes utilizando técnicas narrativas com o objetivo de provocar o chiste. A análise do material coletado indica que há uma relação de proximidade entre o jornalista e suas fontes. Em alguns casos (ver item II.3.7), é possível notar inclusive certo grau de liberdade do jornalista ao colocar a própria fonte como piada, ainda que seja um delegado ou um policial.

Sabe-se que Edson Costa foi cronista esportivo antes de assinar o *Distrito Zero*. Sua carreira teve início no rádio durante a década de 1960. Sua migração para a imprensa escrita se iniciou por volta de 1970. Seu ingresso no jornal *Diário da Manhã* ocorreu após 1985, onde auxiliou na consolidação da editoria policial – que depois viria a ser absorvida pelo caderno de Cidades.

Ao que consta, a partir de diálogos informais com colegas de profissão do jornalista, a proposta de criação da coluna partiu do jornalista e do proprietário do jornal, Batista Custódio dos Santos. A idéia basicamente era realizar uma cobertura diferenciada do

noticiário policial, à época carregada por jargões e um tanto maçante. Consistia em produzir textos telegráficos em que o tom predominante era o do humor – notadamente o chiste.

Aparentemente, a seleção dos fatos que deverão compor a notícia não se dá concomitantemente aos indicadores criminais. Provavelmente, a escolha factual reflete uma posição pessoal do jornalista em buscar alguma ocorrência que possa render uma nota curta e humorada. Há, sim, uma predileção pelo chiste, ainda que seja possível perceber piadas características do imaginário popular.

Um dos destaques da coluna – além do texto – são as ilustrações, que são baseadas nas próprias notinhas e que nem sempre reproduzem o mesmo chiste, mas captam idéia semelhante. Este trabalho não se ocupou com a representação das charges – desenhadas por dois ilustradores, que assinam como Almir e Elson Souto. O foco delimita-se às representações contidas nos textos, já que há notadas diferenças de humor entre imagem e texto. Nas ilustrações, em especial as assinadas por Almir, o humor tende a ser mais ácido e com mais palavras de baixo calão do que a média dos textos jornalísticos.

II.3.5 – O público e o privado na representação da coluna

O conflito, enquanto interação social, ocorre em palcos tanto da vida pública quanto da privada. A violência física doméstica no *Distrito Zero* geralmente parte do homem contra a mulher, ainda que esta por vezes o incite simbolicamente. O retrato mais comum da vida privada nas notinhas é a do homem que chega em casa embriagado, faz exigências à mulher e recebe uma resposta negativa. Ao ter sua autoridade – dentro de um modelo social patriarcal – questionada, resolve o conflito com agressão física.

O caso abaixo, publicado na edição 7067, de 13 de março de 2007, é ilustrativo:

“Desafinado

Capitão Welson Mendes Pereira, subcomandante da 15ª CIPM, na Vila Pedroso: “Na Vila Concórdia, o tanque cheio de feijão estava lotado de álcool. O homem foi procurar a ex-companheira. Falou-lhe: ‘Quero cobertor de orelha’. A resposta saiu na hora: ‘É melhor se mandar! O que

serve para você só em pátio de posto de gasolina e aqui perto não tem nenhum. Se ficar aqui chamo a PM por invasão de casa'. Apanhou”.

O jornalista descreve uma das representações mais comuns em sua coluna a partir do relato de um capitão da Polícia Militar. O indivíduo, embriagado, procura a ex-companheira para satisfazer suas necessidades sexuais. O trecho “tanque cheio de feijão estava lotado de álcool” sugere que o homem estava com grande quantidade de álcool no organismo, causando-lhe o estado de embriaguez. Ao se dirigir à mulher, solicita um “cobertor de orelha”, gíria para companhia amorosa, associada à prática sexual. A mulher recusa o convite e debocha do estado de embriaguez do sujeito, alegando que o que serviria a ele estaria em um pátio de posto de combustível. O deboche da mulher diante da autoridade patriarcal do homem é revidado com agressão física.

O perfil masculino que predomina na coluna é o do homem, idade entre 30 e 40 anos; geralmente desempregado ou trabalhador informal, com pouca qualificação e baixo nível de instrução; não há traços explícitos que permitam elaborar uma média em relação à incidência de agressores quanto à cor de pele ou religião. Em relação ao comportamento subjetivo, é possível identificar um indivíduo valente, alcoólatra e irritadiço.

O padrão em questão representa aspectos fundamentais da violência estrutural que predomina em Goiás, conforme sugere Souza (2006). Os conflitos são sanados com uso de força física e a masculinidade – cuja relação com a autoridade patriarcal é explícita – é preservada. A notinha a seguir ilustra bem o tipo mais comum de personagem masculino da coluna. O texto foi publicado na edição 6958, de 24 de novembro de 2006:

“Mocorongo inteligente

Trabalhador braçal. Aplicou surra em sua companheira e ainda colocou-a a correr, mostrando-lhe uma faca. O anarfa morador em barraco de invasão foi levado a dar explicações a um delegado. Bancou o inteligente: ‘Ieu? Meacei minha mulé? Essa aqui vive do meu lado já vai pra 30 anos? Oia, seu dotô! Eu tumei umas pinga. Fiquei zoró. Antão fui tirá as butina. O cadarço desse butina aqui (a direita) tinha dado um nó de porco. Fui buscá a faca. Tive de preguntá prela onde é que tava a faca. Ela num arrespondeu e inda deu um supapo no meu rim. Fiquei até sem forgo. Levei um tempão

para me arrecupera e ela inda fala queu queria tirá os bofe dela na faca? Dotô, essa mulé num era marvada desse jeito não sinhô. Vô fica ingaiolado?”

Trata-se da típica notinha do *Distrito Zero*. O sujeito, valente e embrigado, emudece diante da autoridade policial para se defender da acusação de agredir a companheira. Há um efeito estilístico reproduzido pelo jornalista que sugere um alto estado de embriaguez do acusado. As frases são quebradas, sem a devida correlação do uso de plural. As palavras são contraídas como se fossem mastigadas pelo agente.

A fala do sujeito é marcada pela oralidade e uma série de contrações, gírias populares e equívocos gramaticais. A função desse recurso é identificar o cidadão como trabalhador braçal, com baixo nível de escolaridade, e também ressaltar o estado de embriaguez. A referência à condição sócio-econômica do agressor também é evidente ao relacioná-lo como morador de um “barraco de invasão”.

A violência fica subentendida na fala do acusado, mas o jornalista a torna explícita no início do texto. Há ali todas as características que sugerem a brutalidade do indivíduo como efeito de uma vida sem instrução. O agente é analfabeto – “anarfa” – e mora em um barraco de invasão. O cidadão procura argumentar que não agrediu a mulher, já que estava recuperando o fôlego após levar uma suposta agressão – “supapo” – na altura dos rins.

O agressor tenta mediar a situação ao citar o tempo em que vive ao lado da companheira – 30 anos – como atenuante e prova de que não a esfaquearia. Logo, o universo restrito da vida a dois é utilizado como recurso para justificar um dado grau de intimidade em que violência – ao ser tornada pública – poderia ter sido resolvida no âmbito doméstico. O agente, inclusive, se coloca numa posição de vítima, ao afirmar que a mulher não era “marvada desse jeito não sinhô”.

A vida pública e a privada por vezes se confundem no *Distrito Zero*. A violência que se manifesta na intimidade das relações humanas torna-se pública quando surge a necessidade de mediação por terceiros. Por outro lado, o espaço da vida pública alcança a privacidade dos operadores de segurança pública, conforme notinha publicada na edição 7114, de 29 de abril de 2007:

“Queixa do apaixonado

Gildecy Alves Marinho, delegada de Polícia Civil lotada na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos Automotores, esperava ser atendida em um salão de beleza no Goiânia II, onde mora, quando foi reconhecida por uma "coluna do meio" que não parecia mostrar contentamento. Sentado junto a Gildecy, disse a ela que havia sido agredido pelo companheiro por não concordar com a separação. "Apanhei mais que burro velho em carroça cheia de brita. Não tenho razão? Anos a fio de excelente relacionamento? Agora vem dar uma de bofe para cima de mim? Tomou o caldo? Vai enxugar o fundo do prato". Mostrou hematomas principalmente nas costas. Gildecy, então, perguntou se os ferimentos estavam doendo muito. Ele girou os olhos. "Está apenas ardendo! Desaforo".

O jornalista, para dar veracidade ao fato, lança mão de citar sua fonte, a delegada Gildecy Alves Marinho. É uma prática recorrente. A citação da autoridade como fonte confere legitimidade ao conteúdo, ainda que o fato seja construído de maneira a soar absurdo ou mesmo surreal. A delegada estava em um salão de beleza, cuidando de aspectos de sua intimidade – externos à sua profissão – até receber um indivíduo com queixa do companheiro. A vítima, indicada pelo jornalista como sendo “uma coluna do meio” – gíria para homossexual – reclama de uma agressão física que recebeu do parceiro.

A delegada ouviu a história e perguntou se as lesões estavam doloridas. A vítima respondeu que estava apenas ardendo. O termo “desaforo” sugere que o que mais incomodava o agredido era o fato de ter se dedicado ao companheiro “por anos a fio de excelente relacionamento” e ainda assim ter apanhado mais “que burro velho em carroça cheia de brita”.

Há um aspecto interessante nesta nota em particular. A citação da fonte – a delegada – é descrita em detalhes no tocante à sua profissão. O jornalista oferece ao leitor a lotação da delegada e a região onde mora. Também descreve sua presença em um salão de cabeleireiro – algo da esfera privada – como cenário do fato narrado. Há uma referência grande à figura pública de Gildecy Marinho dentro de um contexto eminentemente particular.

Quanto ao agredido, o jornalista evita citar o nome ou qualquer outra referência que o identifique. É um anônimo, para todo caso. Um contraste grande em relação ao grau de

deferência que concede à fonte, à delegada. Logo, ao ser um indivíduo sem nome, a autoridade policial se assume com voz do agredido, que ao ser citado apenas como “coluna do meio” tem sua humanidade contrastada com a da delegada, que o ouve e ainda manifesta preocupação com seu bem estar ao questionar sobre os ferimentos nas costas.

Há ainda outro aspecto a ser considerado. A construção do homossexual enquanto categoria sexual infere uma percepção preconceituosa e patriarcal que permeia a maioria dos textos do *Distrito Zero*. Talvez seja o caso de se pensar nesta representação achincalhada e estereotipada do homossexual também como ilustrativa da violência simbólica estrutural abordada por Souza (2006).

II.3.6 – A representação do policial no *Distrito Zero*

O *Distrito Zero* é um tanto ambíguo quanto à representação da polícia. Há passagens em que o policial é um apaziguador dos conflitos domésticos; em outras, é o próprio agente da violência, quando “amansa” suspeitos ou agressores com “taponas”. De maneira geral, a atividade policial é apresentada pelo jornalista de maneira simpática. Não raro, descreve aspectos estratégicos da política de segurança pública de Goiás, como a ronda ostensiva e o patrulhamento 24 horas nas ruas da capital, Goiânia.

A polícia, como braço coercitivo explícito do Estado, é apresentada de diferentes maneiras na coluna. O *Distrito Zero*, dentro da amostragem, indica basicamente três representações quanto ao papel da polícia. A primeira, mais comum, é respeitosa e representa o policial como mediador dos conflitos entre pessoas. A simples presença da polícia é o bastante – pelo menos no que foi aferido na maioria das notinhas – para intimidar os agressores, que, em alguns casos, denotam um comportamento que se assemelha a um temor ou mesmo a uma reverência, conforme visto no item anterior, no tocante à notinha “Mocorongo inteligente”, publicada na edição 6958, de 24 de novembro de 2006.

Há uma segunda representação intimidadora da polícia, que deixa a esfera da mediação de conflito e parte para a violência explícita. Nesta situação, o policial assume a violência como poder de fato. A notinha publicada na edição 6975, de 11 de dezembro de 2006, é ilustrativa sobre este aspecto:

“Medicação

Tapa de militar da Rotam é medicinal? É milagroso? Cura? Explico: dois rapazes foram apanhados durante assalto e uma mulher. O que estava armado tentou correr. Um sargento perguntou ao segundo: “Seu nome e profissão”. Ele fez sinal de ser surdo e mudo, que não estava entendendo nada. A taponada levantou poeira na orelha. Bastou. O mala: “Tá nervoso, chefia? O que foi? Sua mulher dormiu de calça jeans?”.”

A violência policial é representada aqui de maneira explícita, como se o jornalista justificasse a agressão física como forma de repressão social. Ao abrir o texto, Edson Costa questiona se tapa de policial da Rotam cura. Em seguida, a explicação. Um sujeito armado, capturado durante um assalto, teve o nome perguntado por um sargento da Rotam. O indivíduo, já detido, simula ser portador de deficiência auditiva. Como resultado, é agredido e reage ao ataque, ironizando o policial.

Um ponto desta notinha é crucial para o entendimento dessa representação no *Distrito Zero*. Ao sugerir que “tapa de militar da Rotam é medicinal” é possível pensar que o uso de força física por parte dos membros da tropa de elite da Polícia Militar seja uma maneira de controle da violência exercida por agentes alheios ao Estado – como se fosse um remédio contra a violência. Trata-se de um indicativo de resolução de um comportamento violento com uma conduta violenta na representação que a coluna faz do policial – em particular da Rotam.

Um ponto interessante a ser notado é a reação do suspeito à agressão policial. O indivíduo não demonstra medo ou receio do membro da Rotam. Simplesmente associa a agressão – aparentemente sem fundamento que a justifique – a um problema pessoal do policial, vinculando sua atuação pública às circunstâncias de sua vida privada.

O uso da força física pelo sargento implica numa clara demonstração de violência automática. Simplesmente não há argumento por parte do policial em relação ao tapa dado no suspeito. Sugere um comportamento – por parte do policial – consagrado pela prática e pela impunidade. A Constituição Brasileira assegura a todos o direito de não produzir prova contra si mesmo, o que por si justificaria o silêncio do suspeito. A força física estimulou o agredido a falar – ainda que o teor da informação seja diferente do que espera o policial.

Ao perceber que sua autoridade não se faz impor pela sua simples presença, o policial se vale da força física. A violência é gratuita, desnecessária, já que o acusado já estava sob poder do militar. Tal caso, que não cita fonte, é uma situação típica de abuso de autoridade.

O jornalista também representa a agressão do policial como tendo um efeito didático: ao não colaborar, o cidadão é punido de imediato. Tal postura implica em ameaça implícita de novas agressões caso volte a questionar a autoridade do sargento. Ainda assim, o sujeito continua desafiando a autoridade, ridicularizando o militar – munido pela autoridade de agente público – em âmbito privado.

Outro caso emblemático pode ser visto na edição 6846, de 4 de agosto de 2006.

“Falou antes de bater

Mulher parecia incorporada com o tihoso, falava palavrão e quebrava coisas na casa. Insultava o marido. Parecia a rainha de terreiro durante reunião de macumba. Ela não chamava os espíritos das trevas e fazia pior: malhava o homem de todas as formas enaltecendo as qualidades da mãe dele, já morta, envolvendo até vendedor de picolés. Depois de 30 minutos somente ouvindo lorotas, o marmanjo reagiu: “Não sou espírita, aqui não é centro espírita, mas sei como tirar capeta de ser humano: é no tapa puro e simples.” Logo no primeiro pescoção, o demônio não aguentou e escafedeu-se. Ele deve ter esquecido de levar capetinhas, pois o homem continuou batendo. Um soldado falou ao sargento: “E se o demo passou pro corpo dele? Podemos tirar na nossa maneira?””

Conflitos domésticos são constantes na produção do *Distrito Zero*. Neste caso, o jornalista narra uma briga de casal em que a mulher adquire tamanha fúria que se torna irreconhecível. Parece, nas palavras de Edson Costa, “incorporada com o tihoso”. Duas características do nervosismo são destacadas: o uso de xingamentos e a destruição de objetos da casa.

Há, portanto, dois planos para o exercício da violência. O primeiro, simbólico, indica a força ofensiva das palavras, em que a mulher se refere à memória da sogra, já falecida, insinuando um caso amoroso com um vendedor de picolés. Há um aspecto não

dito que sugere a prática sexual de felação, que seria uma das “qualidades” da mãe do marido. Trata-se de recurso violento que procura contornar a menor força física com uma dor simbólica por parte da mulher. O outro aspecto é a própria violência física, dirigida aos objetos do lar, possivelmente como recurso de intimidação em relação ao homem.

Ao apelar para a agressão simbólica – a ofensa contra a sogra falecida – a mulher passa a ser a agredida. O homem reage com violência, na base do “tapa puro e simples”. A reação do marido é importante do ponto de vista narrativo por compor elemento fundamental do chiste ao final da nota. A mulher, que parecia incorporar o tihoso, é “exorcizada”. O homem a espanca sob o argumento de “tirar o capeta de ser humano”.

Os policiais que atendem a ocorrência sugerem que o tihoso poderia ter trocado de corpo e, neste caso, se poderiam conter o agressor com a mesma estratégia: violência física. A sugestão parte de um soldado para o superior imediato, um sargento. A notinha sugere um tipo de precaução do militar que mais sugere um pretexto para se valer do uso de força física como recurso de dominação.

Novamente, o policial intervém no conflito doméstico do casal. Está implícita a presença dos militares – um soldado e um sargento – como mediadores da agressão. A postura pacificadora se altera no final da nota quando o policial – de menor patente – questiona ao superior a possibilidade de o homem estar incorporado – a exemplo da mulher – e, assim, obter autorização tácita para também “exorcizar” o homem.

Em ambas as notas são perceptíveis a tolerância que o *Distrito Zero* admite – e até estimula – a força física como recurso para encerrar conflitos. O exercício da violência por parte da polícia é sugerido como legítimo, particularmente em relação aos conflitos de natureza corporal. Edson Costa – pelo menos do ponto de vista estrito do conteúdo do texto – parece assimilar certa naturalização da violência por parte da polícia, como se fosse uma de suas atribuições, excedendo o mero dever legal para um grau de satisfação e realização do policial enquanto operador de segurança pública e, portanto, parte relevante do monopólio estatal da coerção física legítima.

A segurança pública, enquanto estratégia política de dominação social, passa a ser exercida na prática social sob a égide da violência gratuita. A reprodução desse tipo de comportamento nos meios de comunicação de massa tendem a legitimá-lo e torná-lo,

inclusive, esperado pela população. Ferreira (2002) indica que o uso de violência física por parte dos policiais é tolerado por parte da população.

A terceira representação da polícia no Distrito Zero é a do policial como sujeito passivo da violência, como vítima. Neste caso, a polícia não sofre coerção física. A violência ocorre em plano simbólico, em que o policial é alvo de zombaria e gaiatices. O próximo item, que trata das fontes de informação, demonstra essa representação com maior clareza.

II.3.7 – As fontes de informação do Distrito Zero

As fontes de informação do jornalista são diversificadas, mas os mais citados são os delegados. Há casos de fontes fidedignas, que sempre abastecem o *Distrito Zero* com informações. Dois desses exemplos são os delegados Norton Ferreira e Gildecil Alves Marinho. Mas há registros de informações obtidas por leitores, jornalistas, fotógrafos, motoristas, comerciantes e leitores. A história é publicada aparentemente conforme relatada, com alguns incrementos estilísticos.

O *Distrito Zero* utiliza diferentes fontes de informação. É possível identificar algumas fontes nominais do jornalista no conteúdo da notícia, como delegados, agentes e policiais militares. Ao citar o nome da fonte, deixando a atribuição profissional explícita, o colunista legitima a informação com ares oficiais, ainda que suas construções textuais e estilísticas provoquem o chiste.

A maioria das citações à autoridade implica em respeito e distanciamento. O delegado, policial ou agente é tido como intermediador entre o conflito e uma solução pacífica, aos olhos da lei. É o caso de uma das notinhas publicadas na edição 6918, de 15 de outubro de 2006:

“Explicando a situação

‘Doutor Paulo! Eu ouvia comentários, entre colegas de trabalho, que eu não passo de um boi zebu. Eu ficava na minha. Não iria sair de posição de chefe de turma para tirar satisfação com quem tem a língua grande. Eu confiava em minha mulher e sabia que ela jamais colocaria chifres em

mim. Um dia fiquei sabendo da verdade. Não eram chifres e sim uma grande canga, como se eu fosse boi carreiro. Demorei, mas fiquei livre dela e arrumei outra totalmente diferente. Agora, a primeira fala até em matar a segunda. Pode?’. Esse papo todo, sem qualquer, partiu de um funcionário público diretamente ao delegado Paulo Gouveia no 9º DP (Setor Universitário) na terça-feira. O policial fez as anotações e prometeu intimidar a atrevida para esta semana”.

O texto acima mostra o sujeito, cuja ex-mulher ameaça a vida da atual, buscando o delegado, que representa a polícia, para solucionar o conflito. O delegado é tratado de maneira a indicar como recurso último ao suplicante, aquele que vai resolver o problema que aflige o cidadão. Trata-se de uma representação relativamente comum no *Distrito Zero*, ainda que o cenário mais frequente seja a Delegacia da Mulher.

Por outro lado, o jornalista permite que a construção do texto também tenha tom jocoso em relação à autoridade. O chiste, neste caso, não decorre de uma observação do colunista, mas de outro personagem inserido na notícia. O texto “Aconteceu” (Edição 6815, de 4 de abril de 2006) retrata a própria fonte da informação como alvo de brincadeira:

Este fato verídico aconteceu quando Norton Ferreira era delegado na cidade de Palmeiras. Ali entrou preso um estuprador. E os demais presos queriam “jantá-lo”. Notando o que poderia acontecer, Norton mandou que o colocassem em cela separada e sozinho. E avisou: “Não queiram fazer nenhuma gracinha, pois volto aqui de madrugada.” Um preso gritou: “Aí, doutor, quer ‘jantar’ ele sozinho, né?”

Norton Ferreira, citado nominalmente pelo jornalista, já atuou como assessor de imprensa da Polícia Civil. Essa relação provavelmente deve ter estabelecido certa margem de liberdade entre jornalista e fonte a ponto de que a notícia tenha Norton Ferreira como alvo de chiste. Edson Costa, como que desejando dirimir quaisquer dúvidas que parem sobre a veracidade da história a ser contada, deixa explícito que o texto narra um “fato verídico”.

Também vale citar aqui a terceira representação que o *Distrito Zero* faz em relação à polícia. Norton Ferreira é alvo de zombarias por parte de um dos presos, que não se sente

intimidado pela autoridade policial. Trata-se da representação menos comum entre as três identificadas no recorte deste estudo. Na situação supracitada, o delegado é alvo de violência simbólica – a sugestão de homossexualismo – dentro de um contexto em que a força física – logo, “macheza” – é fundamental para que se tenha respeito, aqui compreendido como potencial de intimidação que exerce sobre suspeitos e criminosos

Em seguida, o jornalista não localiza o texto no tempo, mas aponta algo ocorrido no passado de Norton Ferreira como delegado em Palmeiras de Goiás. O delegado recebeu um preso, acusado de estupro, e os demais detidos manifestaram a possibilidade de violentá-lo dentro da cela. O texto sugere que o responsável pela delegacia mostrou-se preocupado com o risco de violência sexual por parte dos outros detentos. Portanto, isola o acusado do resto dos presidiários, alertando para que nada fizessem e que retornaria à delegacia durante a madrugada para verificar se tudo estava bem.

Neste momento, ocorre a inversão de valores que dá à notícia o caráter humorístico. Um dos presos grita que o delegado tomou as precauções em relação ao acusado de estupro para que pudesse “jantá-lo sozinho”. A brincadeira também implica em um questionamento da autoridade do delegado por parte do detento que a fez.

Dentro da inversão de valores manifesta pela frase do preso, o delegado teria isolado o acusado para que pudesse violentá-lo sem a participação dos demais. Ainda que não óbvio, pode ser identificada de maneira implícita uma grave acusação, que não é levada à sério por causa do humor: a de que o delegado aproveitaria de sua posição como autoridade para praticar aquilo que os presos ameaçavam cumprir.

II.4 – Representações no Distrito Zero

II.4.1 – O chiste como expressão do humor

O humor possui alcance universal no cotidiano das pessoas. Insere-se nas interações humanas como uma representação da comicidade, da qual o riso é sua manifestação mais explícita. O humor pode ser compreendido como uma representação objetiva de elementos significativos da cultura; aquilo que expressa o modo de pensar de uma sociedade também serve como base para a comicidade. Portanto, o que há de estrutural na maneira de uma sociedade se expressar, através do humor, implica também em uma representação do próprio *habitus*.

Há no humor uma abrangência temática vasta que, sob a égide de um campo determinado, indica não somente temas relevantes para um grupo específico, mas a maneira de pensá-los ou compreendê-los. O humor desvela o que há de sutil dentro de *habitus*; o escancara como algo óbvio, reconhecível por todos. Se no processo de interação social há um controle sobre o que existe de impulsivo quanto aos temas geralmente polêmicos – e inseridos no cotidiano – a comicidade abre-os para olhos vistos. Permite que o implícito se torne óbvio; há no humor algo de racional, ainda que direcionado às pulsões humanas reprimidas pelas normas de conduta social – e, por que não afirmar, moral.

Bergson (2004) propõe que o humor – enquanto discurso cômico – pode oferecer pistas importantes sobre a imaginação humana e, assim, particularmente sobre a imaginação coletiva, social. Desta maneira, indica que a comicidade existe apenas dentro daquilo é especificamente humano; se o humor é provocado pela ação de um animal, isso decorre da analogia a um comportamento humano. A comicidade é, portanto, uma expressão da cultura e do espírito humano. Daí ocorre a necessidade de uma diferenciação conceitual sobre o humor, que recebe tradicionalmente dois tratamentos: um de *lato sensu* e outro de *strictu sensu*.

A expressão *lato sensu* do humor permeia o termo em seu sentido mais genérico, comum. Permite o abrigo de uma extensa variedade estilística, em que o resultado de uma determinada mensagem ou informação é manifestado pelo sorriso ou riso. Essa definição é abordada por Bremmer *et ali* (2000), que ainda implica conseqüências na esfera da comunicação conforme uma perspectiva funcionalista, de causa e conseqüência.

O humor, ainda que tratado como uma mensagem que tenha um objetivo específico – o de provocar o riso –, também possui um sentido *strictu senso*, relativamente novo. Para Bremmer *et ali*, o significado moderno de humor foi registrado pela primeira vez em 1682. O ensaio *Sensus communis: an essay on the freedom of wit and humour*, de Lord Shaftesbury, foi um dos primeiros textos a empregar o humor em sua vertente moderna.

Bremmer *et ali* apresenta o humor moderno como uma evolução histórica dentro de contextos sociais – e temporais – específicos. O autor explicita que nem todo riso é humor; há sociedades em que o riso – a exibição dos dentes – pode ser um ato ameaçador. A antropologia tem procurado formular uma teoria própria para o humor, uma vez que os estudos existentes geralmente são associados à literatura.

Bremmer *et ali* busca compreender o humor como elemento chave para as manifestações culturais de uma determinada sociedade a partir de panoramas da história cultural. Essa característica empresta ao humor um elevado grau de especificidade, uma vez que a codificação de determinadas mensagens pressupõe um determinado conjunto de valores sociais para causar o efeito da comicidade. Ainda que determinada piada seja universal, sua origem costuma ser localizada e representa geralmente aspectos da cultura popular por meio de tipos específicos.

Driessen (2000), em estudo sobre as implicações da antropologia nos estudos sobre o humor, destaca que o humor pode, enquanto condição humana, fornecer pistas importantes sobre valores importantes na sociedade e na cultura. Para o autor, “o humor quase sempre reflete as percepções culturais mais profundas e nos oferece um instrumento poderoso para a compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura” (DRIESSEN, 2000, p. 251).

O modo de pensar de determinada sociedade pode ser percebido também nas disposições internalizadas pelos membros de um determinado espaço social estruturado como uma representação coletiva. Bergson (2004) aponta que a indiferença é o meio natural da comicidade; a insensibilidade que acompanha o riso é um sintoma.

Para Bergson (2004, p.3-4):

“O riso não tem maior inimigo do que a emoção. Não quero dizer com isso que não podemos rir de uma pessoa que nos inspire piedade, por exemplo, ou mesmo afeição: é que então, por alguns instantes, será preciso

esquecer essa afeição, calar essa piedade. Numa sociedade de puras inteligências provavelmente não mais se choraria, mas talvez ainda se risse; ao passo que almas invariavelmente sensíveis, harmonizadas em unísono com a vida, nas quais qualquer acontecimento se prolongasse em ressonância sentimental, não conheceriam nem compreenderiam o riso”.

Bergson indica que essa característica racional do humor permite que um drama seja transformado em comédia. Isso implica que, para a comicidade possuir efeito pleno, é preciso uma anestesia momentânea do coração, ou seja, das emoções. “Ela – a comicidade – se dirige à inteligência pura” (BERGSON, 2004, p.4).

Essa característica é fundamental para compreender – sob a égide da legitimação do discurso jornalístico – a existência do humor no *Distrito Zero*. As notícias, ainda que focadas em tragédias pessoais ou em atos violentos, produz o riso; há no leitor a necessidade de manter o afastamento e a sensibilidade para que o humor aflore da desgraça alheia. Logo, o leitor da coluna precisa necessariamente suprimir, ainda que de maneira temporária, sua própria sensibilidade – e evitar sentimentos piedosos, por exemplo – para que possa rir das notinhas.

A comicidade não se realiza no isolamento. Há nela algo de social. Bergson afirma que o riso precisa de eco; o que é cômico para uma sociedade não é para outra. O riso exige uma cumplicidade, um entendimento mútuo. Possui significação social. Isso se realiza na esfera da cultura; e, portanto, do *habitus*. As disposições internalizadas por um grupo social que repousam na esfera das sutilezas tornam-se mais explícitas quando vista sob as lentes do humor.

Nem tudo que é humor também chiste. Freud, citando Lipps, aponta que chiste é “qualquer evocação consciente e bem-sucedida do que seja cômico, seja a comicidade devida à observação ou à situação” (LIPPS, *apud* FREUD, 2006, p. 17). Decorre desta observação que o chiste se produz a partir de contrastes cômicos e tem como característica peculiar o comportamento ativo do sujeito. Freud também menciona Fischer ao destacar que um “chiste é um juízo lúdico” (FISCHER, *apud* FREUD, 2006, p. 18).

Freud aponta que o chiste busca similaridades entre coisas diferentes; aspectos em comum que não estão explícitos entre as demais coisas. Há também um sentido de contraste

de idéias, nonsense e desconcerto ou revelação. O sentido atribuído ao chiste permite a descoberta de uma verdade sobre as coisas.

Freud (2006, p.22) aponta que:

“A classificação que encontramos na literatura descansa, por um lado, nos recursos técnicos empregados (trocadilhos e jogos de palavras) e, por outro lado, no uso que faz deles no discurso (e.g. chistes usados com o objetivo de caricatura, de caricaturização, ou de afronta)”.

Freud também indica que o chiste exerce um certo fascínio e sua divulgação se torna natural por meio das interrelações sociais. Freud aponta que assim, o pensamento, pode ser expresso em várias formas lingüísticas e ainda assim ter sua aptidão devidamente representada. As técnicas de chiste foram por ele identificadas e categorizadas. Essas categorias técnicas podem ser indicadas da seguinte forma (FREUD, 2006, p.48):

I – Condensação:

- a) com formação de palavra composta;
- b) com modificação.

II – Múltiplo uso do mesmo material:

- c) como um todo e suas partes;
- d) em ordem diferente;
- e) com leve modificação;
- f) com sentido pleno e sentido esvaziado.

III – Duplo sentido

- g) significado como um nome e como uma coisa;
- h) significados metafórico e literal;
- i) duplo sentido propriamente dito (jogo de palavras);
- j) *double entendre*⁶;
- k) duplo sentido com uma alusão.

⁶ Duplo, em tradução literal, duplo entendimento, no sentido de jogo de palavras.

Freud se vale desta categorização como método para descobrir a natureza essencial dos chistes, tendo os aspectos técnicos lingüísticos como referência. O uso dos recursos identificados parece ser, conforme Freud, essencial para o chiste; caso as técnicas sejam desprezadas o efeito cômico tende a desaparecer. Freud considera ainda os trocadilhos como uma categoria numerosa de chistes e de fácil técnica.

O jogo de palavras é um dos mais importantes recursos da comicidade presente nos chistes. Para Freud, a elaboração do chiste utiliza desvios quanto ao pensamento normal ao privilegiar o deslocamento e o absurdo. O autor não desconsidera também a possibilidade de chistes que tenham por representação algo similar ou correlato – não somente o antagonismo, a oposição de idéias. Assim, elabora uma divisão entre chistes verbais e conceituais.

Quanto ao propósito dos chistes, Freud escreve que (2006, p.91):

“É fácil adivinhar a característica dos chistes de que depende a diferença na reação de seus ouvintes. Em um caso, o chiste é um fim em si mesmo, não servindo a um objeto particular; em outro caso, o chiste serve a um fim – torna-se *tendencioso*. Apenas os chistes que têm um propósito correm o risco de encontrar pessoas que não querem ouvi-los”.

A representação do objeto que motiva o chiste com objetivo tende ao absurdo e foge das convenções cotidianas, ainda que esteja em linguagem oral. O prazer provocado pelo chiste – indica Freud – combina a impressão de sua substância com sua efetividade. Por vezes, o pensamento que implica o chiste é mais adequado do que sua construção. Há uma correlação entre o pensamento freudiano e o de Bergson, que entende a comicidade como algo dirigido à racionalidade. A intelectualidade contida na idéia que provoca o chiste é, por vezes, mais assimilável do que sua própria elaboração lingüística, ainda que ambos os casos sejam interdependentes.

O propósito hostil dos chistes é analisado por Freud em ótica similar ao mecanismo adotado para contensão das tendências sexuais. O autor escreve que a hostilidade do chiste é um impulso contra o próximo; as regras morais que restringem o ódio ativo parecem ter sido moldadas a partir dos clãs. Daí decorre a maior facilidade em hostilizar povos

estrangeiros do que a própria nação. Uma noção de pertencimento faz com que o propósito hostil dos chistes sejam amenizado ou mesmo suprimido.

Há no chiste uma busca pelo prazer, uma realização de pulsões reprimidas. Para Freud (2006, p.103):

“(...) um chiste nos permite explorar no inimigo algo de ridículo que não poderíamos tratar aberta ou conscientemente, devido a obstáculos no caminho; ainda, uma vez, *o chiste evitará as restrições e abrirá fontes de prazer que se tinham tornado inacessíveis*”.

Algo similar ocorre no jornalismo sensacionalista. Ciro Marcondes Filho (2000) compreende o sensacionalismo a partir do mecanismo de pulsões reprimidas em busca do prazer. Há uma satisfação psíquica no leitor de notícias sensacionalista a partir de um desviante ideológico que serve como descarga para pulsões instintivas. Eis, então, o cerne daquilo que pode motivar os leitores do *Distrito Zero*: a satisfação de impulsos contidos por meio da ridicularização do outro, dentro do princípio da busca pelo prazer.

II.4.2 – O chiste inserido na notícia

O chiste no *Distrito Zero* tem uma relação estreita com a técnica jornalística. O formato de notas implica a necessidade de um máximo volume de informações em um espaço físico limitado. A técnica mais comum adotada pelo jornalista Edson Costa é abusar de frases curtas, telegráficas. Para que o humor jocoso que predomina nos textos produza efeito é necessário o aproveitamento das palavras com trocadilhos, inversões de sentido, metonímia, oralidade, metáforas e ditos populares com novas significações. Há um caso emblemático, publicado em duas notinhas na edição 6831, de 20 de julho de 2006:

“Arengado

Verdade. As arangas eram constantes. A mulher suportando desaforos ditos pelo marido, impropérios e, na maioria, obscenidades. No sábado passado, depois de algumas doses de água que passarinho não bebe, ele pediu um ovo frito que seria comido com pão. Não havia ovo em casa, foi

a resposta da madame, fato que aborreceu ainda mais o cidadão, que gritou: ‘Eu vi dois ovos na geladeira, ontem’.

Arengado 2

Ele falou em geladeira e a mulher entrou numa fria ao responder: ‘Meu irmão João esteve aqui. Não havia comida pronta, então fritei os dois ovos para ele. João os comeu com farinha’. O homem: ‘Pois se vire, sua excomungada’. Ele entrou numa gelada. Viu a faca caminhando em sua direção. Ela: ‘Vou fritar os seus’. O cabra sumiu no rumo da porta e teve a coragem de chamar policiais do 9º Batalhão da PM”.

Na história acima, o chiste ocorre na segunda notinha. A primeira apresenta o contexto, o local do fato – em casa – e prepara o terreno para o chiste. O marido chega em casa embriagado e com fome. Reclama com a esposa que desejava comer pão com ovo. Diante da negativa em não mais haver ovos em casa, o homem alerta que havia visto duas unidades na geladeira.

Na segunda notinha, Edson Costa trabalha com um jogo gradual de palavras. “Entrar numa fria” é uma gíria para quando algo termina de uma maneira inesperada, negativa. Há uma associação entre palavras, típicas do chiste verbal: geladeira, fria e gelada, numa gradação lingüística que atinge o clímax no jogo de palavras e na dualidade dos sentidos.

O sujeito questiona a mulher sobre os ovos. Ela, então, ‘entra numa fria’ ao ter de explicar que o irmão dela os comeu. Ao mandá-la “se virar” para providenciar os ovos, é ele – o homem – quem “entra numa gelada”. A mulher busca uma faca para lhe cortar “os ovos” ou testículos. Há, aí, uma literalidade que assegura o humor final, num dos mais emblemáticos chistes do *Distrito Zero*.

O recurso estilístico de gradação aplicada à temperatura também faz um curioso contraponto com o estado de espírito dos personagens. O sujeito “entra numa fria” e depois em “uma gelada”, mas os ânimos seguem exaltados, apontando para uma situação em que as disposições dos personagens da nota se tornam cada vez mais acaloradas. É um exemplo acabado da construção da narrativa do *Distrito Zero*, em que o *double entendre* se faz constante da elaboração do chiste.

II.4.3 – Variações do chiste sobre a notícia

O chiste tendo homicídios como pano de fundo são extremamente raros na produção jornalística do *Distrito Zero*. Há certa solenidade no tratamento da morte; as notas que noticiam algum homicídio ou óbito geralmente não se valem do chiste ou de alguma outra expressão cômica. Essa reverência parece dar suporte a certo limite do humor produzido pelo jornalista; a maior perda possível – a própria vida – parece não ser tratada comicamente dada a dimensão do ocorrido, já que para a morte não há cura ou remédio, como diz o dito popular.

A nota publicada na edição 6830, de 19 de julho de 2006, mostra a seriedade com que a morte é tratada na coluna.

“Homicídio

Por volta de 7h30 de domingo, em Anápolis, Adirvan Machado, 33, foi assassinado por Weber Batista de Oliveira, mais conhecido por Calango. O crime aconteceu no pátio do posto de gasolina São João. Policiais militares do 4º BPM agiram com rapidez e conseguiram prender o acusado, levando-o para o plantão de uma delegacia de polícia. Os motivos não foram divulgados pela PM”

O tom debochado que permeia o estilo do jornalista cede diante de uma linguagem seca e objetiva. Não há adjetivações para a morte; o texto é escrito em conformidade com o padrão jornalístico defendido por Lage (1989). A notícia, curta, indica o fato – o homicídio – aponta a autoria, a vítima e a ação por parte da polícia, que não revela a motivação do crime. Há uma objetividade tão solene na escolha das palavras que passaria perfeitamente por um relatório frio e despersonalizado; morto e suspeito são tratados à distância, sem a proximidade dos demais textos do *Distrito Zero*.

Mesmo com a solenidade prestada aos mortos, o jornalista em casos excepcionais se permite brincar com a fatalidade. Dentro do recorte deste estudo, foi identificado um raro caso em que a morte é tratada com comicidade, sendo até mesmo abjeta. Há de se atentar para o fato de que a história não é narrada integralmente pelo jornalista, mas pela fonte. A

fonte, nesta circunstância, assumiria o ônus da informação. A notinha abaixo, publicada em 27 de março de 2007, detalha um acidente automobilístico com vítimas fatais:

“Quem contou não mente

O bacharel Elton de Magalhães, escrivão de Polícia Civil atualmente lotado na Delegacia de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente, é sério e respeitado em todos os órgãos da Diretoria Geral de Polícia Civil do Estado de Goiás. Deixou saudades na população de Senador Canedo quando esteve por lá trabalhando com o delegado Paulo Gouveia. E é sobre Gouveia que ele (Elton) conta um fato interessante: “Certa feita, há vários anos, ele foi comunicado de um homicídio culposo ocorrido sobre uma ponte quando um casal morreu dentro de um carro. É que uma carreta, em alta velocidade, havia passado em cima do veículo pequeno. O legista não havia encontrado o órgão genital do homem. Ele estava dentro da boca da mulher”...”

O escrivão da Polícia Civil relata a colisão entre um carro e uma carreta, em alta velocidade. O condutor e a passageira do veículo de menor porte morreram no acidente. Até então, o texto é narrado de maneira respeitosa quanto às vítimas. O chiste – neste caso tendencioso – discute a dificuldade do legista em encontrar o órgão sexual masculino no corpo da vítima; o membro estava dentro da boca da mulher, em clara alusão à uma possível feação realizada momentos antes do acidente que ceifou a vida do casal.

O título é revelador das intenções do jornalista. “Quem contou não mente” é óbvia tentativa de ressaltar a veracidade do fato de maneira a indicar lisura e probidade por parte da fonte. Dada as circunstâncias do óbito – a possível prática de sexo oral do falecido casal –, o *Distrito Zero* pontifica qualidades do escrivão como reforço da própria narrativa. Este é um aspecto que será analisado mais a fundo no item a seguir.

II.4.4 – O fato e o boato

Não é possível constatar em algumas notinhas se o teor publicado é verídico. Não há citação da fonte da informação. Não há identificação sobre local, personagens, data ou

fonte. Ainda assim, a mera publicação tende a conferir ao texto legitimidade por estar em um veículo de comunicação de massa. Notícias assim são relativamente comuns na produção do *Distrito Zero*, o que impede de identificar com clareza o que é fato ou boato.

Um desses casos pode ser lido na edição 7092, de 7 de abril de 2007:

“Rebolativo

O sol estava rachando mamona. Uma figurinha entrou num bar no Jardim Guanabara. Não escondia a preferência sexual. Foi direto ao balcão. Pediu um copo de leite geladérrimo. Um desocupado que tomava cerveja falou: “Cuidado! Você pode defecar um queijo tomando um copo desse tamanho de leite.” Não gostou da resposta: “E aposto que você vai exigir o pedaço maior.” O comerciante teve que evitar a briga entre eles.”

Edson Costa identifica o local do ocorrido, o bairro goianiense Jardim Guanabara. A notinha é iniciada com uma construção estilística comum aos textos do jornalista: “o sol estava rachando mamona”. Trata-se de gíria comum, que designa calor intenso. Há aqui um caso aparente de homofobia, a iniciar pelo título. “Rebolativo” pode ser traduzido como gíria pejorativa para homossexual.

O texto indica que o sujeito não “escondia a preferência sexual”. Há aqui um viés preconceituoso, que identifica gênero sexual como uma opção. Também há outros elementos que confirmam o teor pejorativo no texto, quando aponta que o indivíduo pediu no balcão um “copo de leite geladérrimo” (*sic*) para cortar o calor. O superlativo aplicado ao adjetivo *gelado* sugere uma representação dos homossexuais como pessoas com tendência ao exagero.

Ao presenciar a cena, outro agente, que estava bebendo cerveja – no caso reafirma a masculinidade em relação ao outro, que optou por leite –, faz uma correlação entre a ingestão da bebida e o bolo fecal. Ao dizer que o homossexual “defecaria um queijo” há uma clara menção à prática de sexo anal. Trata-se de uma referência eivada de muita violência simbólica. A falta de informações mais precisas impede que seja possível estabelecer verossimilhança do texto com algum fato real.

Outro caso em que faltam informações ao texto está na notinha publicada na edição 6957, de 23 de novembro de 2006:

“Pontaria

Raimundo chegou do bar na noite de sábado. Não havia bebido o tanto de sempre. Não ficara quente como as orelhas de sua mulher de tanto tapa ao sair. A agredida o esperava. Com um revólver empunhado e com o cano na sua direção. Falou: “Acabou-se o que era doce. Nunca mais darás um tapa em ninguém.” Puxou o gatilho. Quase acertou o quadro de uma santa na parede. Foi agredida de novo.”

Trata-se de produção genérica. Não há registros que identifiquem a fonte da informação ou mesmo o local onde se desenrolou o fato. A notinha, ainda que verossímil, não permite ao leitor buscar outras informações que a confirme. O sujeito, embriagado, agrediu a mulher e saiu de casa para beber novamente. Ao retornar, a companheira o espera com revólver em punho, ameaçando seu agressor.

Edson Costa representa o homicídio de maneira solene. Quando ocorre somente à tentativa de assassinato, sem danos corporais graves a qualquer uma das partes, o jornalista aproveita a narrativa para construir um chiste. Neste caso em particular, ainda que citando o nome de um dos personagens – Raimundo –, não há elementos suficientes para oferecer ao texto verossimilhança.

A violência, neste caso, ocorre em duas esferas distintas. O plano simbólico ainda representa a tensão relação doméstica entre casais. Cansada de ser agredida, a mulher busca uma solução final – violenta – para resolver o conflito. Novamente, se faz perceptível a violência estrutural nas ações dos atores sociais. A contenda tende a ser sempre sanada diante de um ato violento, físico, definitivo.

A mulher atira contra o companheiro, mas erra o disparo; há, em seguida, um chiste: a bala quase atingiu o quadro de uma santa na parede. Trata-se de uma clara referência à religiosidade popular, mas também acabar por justificar a nova agressão da mulher ao errar o tiro. Ao citar a santa, é quase como se o jornalista sugerisse que o agressor teria uma força superior a protegê-lo e, assim, continuar sua rotina violenta.

A relação agressor-vítima nos textos da coluna tende a ser emotiva, particularmente entre conhecidos e familiares. A motivação instrumental para o exercício da violência, no *Distrito Zero*, geralmente estão relacionada entre estranhos ou, pelo menos, entre

indivíduos que não tenham laços estreitos. O próximo item aprofunda com mais detalhes esta discussão.

II.4.5 – A representação da violência na relação agressor-vítima

O *Distrito Zero* representa a tensa relação entre vítima e agressor como um palco em que afloram aspectos contidos da conduta humana. A mulher reprimida que reage às agressões do marido; o homem que se embriaga e se torna valente; o indivíduo que, após agredir a mulher, adota postura humilde diante da autoridade policial.

De maneira geral, a violência é maneira mais prática de se sanar um conflito. Pelo menos esta a leitura predominante do recorte do Distrito Zero feito para este estudo. Quando a violência ocorre em cenário doméstico é marcante o predomínio de motivações expressivas. São, portanto, impulsivos, sem objetivo de ganho ou vantagem. Entre desconhecidos, em cenário público, o conflito tende a ser também expressivo, salvo algumas situações em que o agente tenha objetivo instrumental – comum na prática de furto ou roubo.

Os atores sociais envolvidos em uma situação de conflito possuem um grau limitado de tolerância: não admitem desaforo. Quando a honra é atingida por um comentário ou ação, o conflito perde a dimensão simbólica e parte para a agressão física. Trata-se de outro traço identificável na violência socialmente estruturada. O caso abaixo foi publicado em 22 de maio de 2007:

Desaforado

Discussão ao lado de uma mesa de sinuca. Jesualdo: “Cara! Quero te dizer que não levo desaforos para casa.” Armindo: “Deve fazer muito tempo que você não vai por lá. Ou então, dorme na rua.” O outro fez menção de atacá-lo com uma faca, justamente quando uma viatura da 15ª CIPM (Vila Pedroso) estacionava na porta. Os contendores foram conduzidos para o expediente no 14º DP, com o delegado Izaias Pinheiro.

O jornalista inicia o texto tendo um bar como cenário. Diante de uma discussão provocada durante um jogo de sinuca, Jesualdo afirma que não aceita desaforo. Isso serve

como senha de que está pronto para partir para a agressão física. Armindo, o outro envolvido na disputa, zomba do rival ao afirmar que há muito não ia para casa ou mesmo que seria morador de rua. Não há indícios de que sejam desconhecidos – vez que o incidente ocorre próximo a uma mesa de bilhar.

Jesualdo saca de uma faca e ameaça atacar Armindo, quando uma viatura passa pelo local e leva ambos para a delegacia. Eis aqui uma representação freqüente nos textos do *Distrito Zero*: a polícia como mediadora dos conflitos interpessoais. O policial é representado pelos jornalista como agente público cuja mera presença tende a inibir a violência. Há, sim, uma simbologia intimidadora nesta representação que, por sua vez, legitima as ações policiais.

Um desses casos em que a autoridade policial é retratada como um intermediador pela paz pode ser percebida na nota “Insultando o maridão”, publicado na edição 6815, de 4 de julho de 2006.

Uma situação diferente do cotidiano aconteceu com o delegado Jerônimo Rodrigues, ex-titular da Deic, atualmente na Regional de Anápolis. Um casal ainda jovem acomodado na frente dele e com PMs na segurança. O motivo não podia ser outro: lesão corporal. O homem havia metido o braço na companheira. Na situação de detido, ele estava nervoso e até gaguejante. Ela: “Ocê agora amarelou? Amarelou? Ocê veve dizeno que eu dexo ocê roxo de raiva? E quando fica roxo num dá ‘supapo’ em mim? Apois o dotô delegado feiz ocê amarelá. Ele num te dexô amarelo? Fala. E fala o qui ocê vai fazê cum dotô? Num vai nem dá um biliscão nele? Cumé? Murchô.” Jerônimo pediu a ela para sair da sala, “pois eu queria uma conversa franca com o autor e ela não deixava” (Edição 6815, de 4/07/2006).

O jornalista anuncia a historieta como algo extraordinário, que foge à alçada dos problemas cotidianos dentro de uma delegacia de polícia. Esse alerta já sugere ao leitor que a informação a ser lida é relevante, no mínimo, curiosa. Trata-se de mais um caso de agressão doméstica, em que o homem agride a mulher fisicamente. O crime indicado no texto é o de lesão corporal.

Na delegacia, os papéis de vítima e agressor se invertem. Essa alteração na dinâmica dos papéis – em que predomina uma associação do agressor (o homem) e da vítima (a mulher) – é um dos mais recursos utilizados para a confecção do chiste dentro do *Distrito Zero*. A agredida acusa o companheiro de “amarelar” diante da autoridade policial. Mas nem sempre o homem é o agressor.

Há casos em que a mulher ameaça abertamente, ainda que tenham sido provocadas anteriormente. Grande parte dos diálogos que antecedem ao conflito é marcada por inversões de sentidos, trocadilhos e condensações. Há um chiste interessante sobre a reação feminina diante da zombaria do companheiro, publicado na edição 7073, de 19 de março de 2007:

“O jogador

Mulher considerada encrenqueira na Vila Pedrosa acabou recebendo um castigo da vizinha. Havia levado tanto cascudo que as orelhas pareciam orelhões vermelhos. Chorava. Chegou o tenente Edhelmar com a sua equipe. O marido da agredida também disse que iria à delegacia, pois precisava dar assistência à companheira. Olhou a cabeça da mulher e não perdeu tempo: “Acho que vou jogar no galo. Só aqui eu contei sete.” Quase que apanha na presença de quatro militares.”

A mulher, com fama de encrenqueira, foi agredida pela vizinha na Vila Pedrosa. Cabe aqui um adendo. A imensa maioria das histórias publicadas no *Distrito Zero* é concentrada em áreas periféricas de Goiânia. São raras as notícias baseadas em ocorrências registradas em bairros nobres. Há uma tendência um tanto explícita por parte do jornalista de representar a violência a partir da rotina dos moradores de áreas periféricas.

O caso acima é emblemático sobre a representação da mulher que revida. Hematomas na cabeça são comumente chamados de galos. O chiste consiste no amparo que o marido oferece à mulher agredida e, ao notar a presença dos ferimentos, arrisca um palpite para o jogo do bicho. Há uma inversão de sentido e, o chiste, provoca uma reação irada da mulher que ameaça agredi-lo fisicamente. Há, portanto, uma causalidade que desencadeia a violência.

III – POLÍCIA GOIANA E A VIOLÊNCIA

“A verdade, doutor, é que existe muita gente ruim neste mundão de Deus, o senhor sabe disso até melhor do que eu: é homem estudado, tem obrigação de lidar todo dia com tudo quanto é tipo de cabra safado: matador, ladrão, desrespeitador de família alheia.”

Modesto Gomes, 2006

III.1 – Introdução

O grande volume de pesquisas acadêmicas dedicadas à polícia brasileira nas duas últimas décadas indica a relevância que o tema tem adquirido na sociedade contemporânea. Trata-se de interesse compreensível. Um conjunto de fatores sociais pode servir para explicar a crescente sensação de insegurança na população brasileira. Uma triangulação entre a intensa divulgação de indicadores criminais na imprensa, o processo desordenado de urbanização dos centros urbanos e as mudanças pós-modernas no comportamento social podem servir como eixo explicativo para o medo que a violência urbana inspira nas pessoas.

A polícia é tradicionalmente associada às práticas violentas; ainda que seja o mais óbvio instrumento pelo qual o Estado reivindica o monopólio da coerção física, a atividade policial tem diversificado suas ações diante do surgimento de grupos sociais que questionam a legitimidade pela qual o Estado exerce a violência em caráter único. Não se trata aqui das alterações ocorridas na percepção social do monopólio da violência que o Estado reclama para si, mas de compreender como os operadores de segurança pública representam essa percepção e como se relacionam com a imprensa.

A sustentação empírica do estudo decorre de uma série de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com operadores de segurança pública. Os dados foram colhidos entre policiais militares – tenentes, sargentos e soldados – e civis – delegados e agentes. A representação temática foi depreendida a partir do discurso dos entrevistados.

Este capítulo se divide quatro partes. A primeira procura localizar a polícia no tempo e no espaço, compreendendo as mudanças decorrentes de sua evolução histórica no mundo, no Brasil e em Goiás.

A segunda parte detalha um painel teórico que identifica a polícia como principal instrumento pelo qual o Estado reivindica o monopólio legítimo das violências física e simbólica. Neste aspecto, discute-se a percepção de um campo dos operadores de segurança pública, em que a violência é notadamente elemento constituinte da identidade policial e seu principal poder simbólico.

A terceira parte relata as representações da polícia sobre temas como violência e segurança pública, identificadas a partir dos dados colhidos em entrevistas semi-

estruturadas. Por fim, a quarta parte estabelece elementos para uma melhor percepção nas relações que a polícia cultiva com a imprensa, especialmente em relação à coluna *Distrito Zero*, publicada no jornal *Diário da Manhã*.

III.2 – Aspectos históricos da criação da polícia contemporânea

III.2.1 – A polícia no mundo

A polícia tem sua origem praticamente simultânea aos primeiros grandes agrupamentos sociais urbanos. A centralização da gestão das condutas humanas na figura de um poder central faz com que se tornem necessários mecanismos que assegurem a ordem pública e evitem o caos na vida em sociedade. As organizações políticas compreenderam que sua própria estabilidade depende da ordem; a imposição de uma força capaz de coagir e intimidar a população permitiu o desenvolvimento de governos públicos.

Costa (2004) indica que a forma e o sentido da atividade policial tem se alterado ao longo do tempo. A percepção contemporânea da polícia é fruto de fatores estruturais e organizacionais ocorridos ao longo de seu processo histórico. Costa afirma que a própria palavra polícia é antiga. Deriva do grego *polis* e depreende um sentido descritivo da constituição da autoridade coletiva organizada. Costa sugere também relações de proximidade da palavra polícia com política, vez que diz respeito à maneira da autoridade coletiva exercer o poder.

A polícia, que surge como forma de controle social racionalizado, passa a ser compreendida como o agente público que coage condutas humanas tidas por perturbadoras da ordem pública. Portanto, a autorização legítima do uso da força é expressão característica da polícia; o que a torna reconhecível e a faz se reconhecer enquanto instrumento estatal. Monet (2002) aponta que as primeiras formas de polícia pública européia surgem na Inglaterra, por volta do século XIII.

Lane (2003) aponta o século XIX como o momento histórico em que a polícia moderna passa a ser estruturada dentro do Estado em moldes semelhantes aos atuais. A criação de uma força policial capaz de lidar com civis dentro de um ambiente urbano é o que a diferencia do exército. Lane indica que as cidades norte-americanas no século XIX encorajavam a iniciativa popular ao oferecer recompensas para a captura de criminosos. Alguns grupos foram formados para caçar criminosos. Trata-se de um dos diversos arranjos sociais de organização de uma força que tinha por objetivo manter a ordem conforme um molde eminentemente estatal.

Na Europa, o surgimento de forças policiais tem relação clara com a formação de levantes e movimentos sociais contra o poder estabelecido. Lane aponta que a polícia europeia do século XIX tinha por meta conter a ação de “turbas”. Opinião semelhante é compartilhada por Monet em relação à formação da força policial na Europa durante o século XIX.

Monet (2002, p. 66-67) escreve que:

“Durante séculos, a luta contra os distúrbios políticos e sociais é, na Europa, confiada principalmente ao exército. Mas, pouco a pouco, no decorrer do século XIX, os responsáveis militares se insurgem contra o desemprego de suas unidades na manutenção da ordem urbana. Essa hostilidade se reforça quando a conscrição obrigatória se generaliza e a propaganda socialista e pacifista se desenvolve. Em caso de distúrbios coletivos, voluntários pouco especializados organizados como milícias intervêm amiúde, fora do exército, para restabelecer a calma. Entusiastas, mas insuficientemente treinadas e equipadas, sem legitimidade, essas milícias contribuem para exarcebar os problemas de ordem pública mais do que para resolvê-los.(...) Premidos entre exércitos cada vez mais poderosos e milícias ineficazes ou pouco seguras, apesar de sua boa vontade, os Estados europeus escolhem reforçar a especialização policial no domínio do controle das multidões. Em certos casos, essa especialização leva a criar organizações policiais ditas do tipo ‘terceira força’, que se situam a meio caminho do exército e da polícia clássica.”

Monkkonen (2003) destaca que a polícia urbana é historicamente recente e constituições nacionais antigas sequer a citam em seu texto. Monkkonen avalia que a polícia urbana criada no século XIX sanou problemas táticos e políticos. De acordo com o autor, que cita Miller, essa polícia urbana era menos dispendiosa em gastos que uma força militar, criava menos ressentimento na população e respondia melhor às diretrizes de uma autoridade civil.

A polícia norte-americana do século XIX traz quatro importantes inovações, aponta Monkkonen. A instituição tinha organização hierárquica, recebia ordens do Executivo ao invés do Judiciário, os uniformes a tornaram visíveis – e assim reconhecidas pela população – e, por fim, foi pensada para ser ativa, englobando patrulhamento e liberdade para a

acusação de criminosos. Desse molde norte-americano, surge a polícia urbana contemporânea no Brasil.

O policiamento passa a ser percebido como um serviço urbano, que começa a ser cobrado pela população. Os efeitos da presença policial nas ruas fizeram com que a população reivindicasse patrulhas em áreas que não estivessem cobertas (Monkkonen, 2003). Houve, portanto, um declínio no final do século XIX nos crimes violentos e nas mortes acidentais. A polícia torna-se uma força pública legitimada, a serviço de um ente público (Bayley, 2006), o Estado.

III.2.2 – A polícia brasileira

A polícia brasileira surge com a chegada da família real ao Brasil, em 1808. A instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro implicou num rápido crescimento urbano. Dom João VI transferiu a sede administrativa do Império Portuguesa para o Brasil ao deixar a Europa por causa das Guerras Napoleônicas, registra Gomes (2007).

O Rio de Janeiro sofreu, nas palavras de Gomes (2007), uma “bomba populacional” com a presença da família real. A criminalidade atingiu índices inéditos diante do acelerado processo de urbanização e industrialização. Os navios eram alvos de piratas; as ruas foram invadidas por gangues de arruaceiros. Jogo e prostituição faziam parte do cenário da época – apesar de proibidos por lei.

Dom João nomeou o advogado Paulo Fernandes Viana como intendente geral de polícia, em 10 de maio de 1808. Gomes (2007) descreve dentre as funções do cargo o papel de ser “um agente civilizador” – aspas do próprio autor – dos costumes, no Rio de Janeiro. Viana concentrou poder: era prerrogativa sua determinar o policiamento das ruas, emitir passaportes, vigiar estrangeiros e providenciar moradia aos novos habitantes.

O modelo de força policial adotado no Rio de Janeiro – com características iniciais que fundiam atribuições de policiamento, repressão e investigação judiciária numa única instituição – foi depois disseminado pelo resto do Brasil. A evolução histórica da polícia passou por diversas transformações ao longo do processo político-social brasileiro.

Costa (2006, p. 106), ao comparar modelos policiais em diversos países, aponta que o brasileiro é subordinado a várias instituições a serviço do Estado:

“Comparando as instituições policiais em diferentes países, podemos constatar que sua estrutura e organização variam bastante. Em alguns países a atividade policial é desempenhada por uma única instituição. É o caso do Israel, Suécia, Noruega, Grécia, Peru, Bolívia e Irlanda. Em outros países, essa mesma atividade é desempenhada por duas (França, Espanha, Itália e Portugal) ou mais instituições (Brasil, Argentina, México e Alemanha). Há ainda os casos de países onde a atividade policial fica a cargo de centenas (Canadá), e até mesmo de milhares (EUA) de instituições”.

A polícia brasileira tem sua gestão dividida em três esferas públicas: União, estados e municípios. O papel da polícia e sua jurisdição são ordenados pela Constituição Federal. Os governos estaduais têm autonomia quanto às polícias civil e militar. Costa indica também que a Polícia Militar brasileira é inspirada claramente nos moldes das organizações militares. O autor também aponta que essa característica pôde ser melhor percebida durante o regime militar compreendido entre 1964 e 1985, quando a Polícia Militar esteve sob controle das forças armadas.

Para Santin (204, p.99):

“A polícia é a instituição estatal destinada à manutenção da ordem e dos bons costumes, encarregada de preservar a tranqüilidade dos cidadãos e do patrimônio, dentro da noção e prestação de serviços de segurança pública, incumbida da prevenção, repressão e investigação de infrações penais”.

As especificidades de cada força policial devem ser compreendidas dentro do contexto local em que está inserida. Não à toa, a atividade policial assume características outras que não o mero policiamento ostensivo e repressivo. Para Santos (p. 161):

“Mantém-se, pois, uma ambivalência no trabalho policial entre o exercício da coerção física legítima e o desempenho de uma função social marcada pelo consenso, isto é, o exercício de funções de bem-estar social ou de relacionamento com as coletividades ou comunidades locais: uma e outra atividade tendem a se reforçarem duplamente, configurando um movimento de construção da governabilidade que ajuda a construir o poder do Estado sobre o conjunto e sobre cada um dos membros da

coletividade e, simultaneamente, constrói a legitimidade da organização policial enquanto tecnologia de poder que realiza a governabilidade do Estado-Nação”.

A segurança pública, no Brasil, é exercida pelas polícias das três esferas de poder: federal, estadual e municipal, conforme Silva (2008). A divisão de competências entre essas esferas permite que as especificidades de cada região sejam atendidas conforme sua própria realidade – ou representação que dela se faz – e o fortalecimento da unidade federativa. A separação de atribuições das polícias estaduais é bem definida por Santin (2004, p.99), que cita as definições constantes da Constituição Federal:

“As polícias civis têm a incumbência das funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares (art. 144, § 4º). As polícias militares exercem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (art. 144, § 5º) e os trabalhos de polícia judiciária militar (art. 144, § 4º)”.

A distinção de atribuições acima é adotada nos estados brasileiros que compõem a União, ainda que sejam permitidas legislações específicas. A presença da polícia em Goiás é o tema do tópico seguinte.

III.2.3 – A polícia em Goiás

Não há muitos registros publicados sobre os primórdios da polícia em Goiás. Sabe-se que o surgimento da polícia se estabelece com a centralização do governo da província, no final do período colonial. A consolidação de um governo em Vila Boa, processo ocorrido com mais desenvoltura após a chegada da família real ao país, em 1808, tornou necessária a criação de uma força policial capaz de regular excessos de conduta.

Souza (2006) informa que governadores da província de Goiás relatavam uma “índole pacífica” entre os goianos. Isso poderia significar que não haviam lutas organizadas a partir de movimentos sociais e que a perturbação da ordem pública – razão pela qual a polícia moderna surgiu na Europa – era praticamente nenhuma. Isso não significa que a

ação isolada de indivíduos tornasse desnecessário o surgimento de uma força controlada pelo governo local.

Ferreira (1980) indica que a força policial goiana surgiu de maneira oficial em 18 de julho de 1858, na gestão do governador Francisco Januário da Gama Cerqueira, que adquiriu o primeiro prédio da corporação e a estabeleceu sob a forma de lei. A mesma data é corroborada por Americano do Brasil (1982), que informa que o mesmo governador também foi responsável pela construção de cemitérios, proibindo enterros em igrejas – honra negada aos escravos. Até então, o esboço do que seria uma embrionária força policial era encabeçada pelo ouvidor, pelo intendente e pelo capitão-geral.

O embrião do que se tornaria a polícia goiana não se identifica nos primeiros anos com o Estado em si. A violência estrutural da sociedade goiana colonial servia como elemento ordenador da realidade, conforme Souza (2006). O estabelecimento de núcleos urbanos duradouros fez com que as inter-relações sociais ganhassem corpo e exigissem maiores cuidados por parte do governo da província na manutenção da ordem – neste aspecto compreendida a partir da atuação de agentes isolados.

Ao que consta, o prédio que abrigava a força polícia seria hoje correlato a uma delegacia de polícia. O edifício ainda está de pé; situa-se na Cidade de Goiás, onde hoje abriga a Polícia Militar. Também lá há um imenso volume de documentos históricos lacrados em uma sala abafada e quente. Muitos destes documentos são ocorrências policiais da segunda metade do século XIX, que aos poucos vão sendo roídos pelas traças ou desgastados pelo tempo.

Brandão (1978) já identifica a presença de uma repartição de polícia consolidada na Cidade de Goiás em 1886. Ainda assim eram poucos servidores, sendo a repartição composta pelo chefe – Dr. Ramiro Pereira de Abreu –, um secretário, um amanuense, um dito e um porteiro. Possivelmente trata-se de uma força equivalente hoje à Polícia Civil, vez que ainda há presença de oficiais reformados do Exército. Brandão registra também uma relativa ampla distribuição de inspetores paroquiais dentro do território goiano.

A força pública da época, que deu origem à polícia militar, possuía um esquadrão de cavalaria, um batalhão de infantaria, ambos de linha e uma companhia de polícia. Brandão apenas enumera os nomes dos oficiais e sua lotação; não há registros sobre rotinas ou procedimentos comuns. Brandão aponta que a companhia de polícia foi criada pela

resolução provincial nº 520, de 10 de julho de 1974; era “composta de 1 capitão, 1 tenente, 2 alferes, 1 primeiro sargento, 2 segundos ditos, 1 furriel, 8 cabos, 100 soldados e 2 cornetas” (BRANDÃO, 1978, p.100). A Cidade de Goiás também abrigava em 1876 um depósito de artigos bélicos, uma companhia de aprendizes militares e alguns presídios.

Ainda que o Estado intermediasse conflitos entre indivíduos – há registros de intendentess e ouvidores durante o período colonial – a consolidação de um sistema policial levaria anos. A profissionalização– especialmente em relação à Polícia Militar – foi tardia. Os primeiros policiais goianos tinham baixa escolaridade e o ingresso na força não se dava por meio de concurso público.

A transferência da capital também deslocou da cidade de Goiás o centro administrativo da polícia. O intenso processo de urbanização das cidades também exigiu um acréscimo do efetivo militar e mudanças na formação e rotinas de policiamento. As mudanças da legislação nos últimos 50 anos e a crescente adoção de ferramentas tecnológicas modificaram a atividade policial.

Ainda assim, a rica memória histórica da polícia goiana ainda há de ser resgatada. Há iniciativas neste sentido na academia. Compreender a evolução do policiamento em Goiás pode oferecer uma nova luz sobre como a população assimila o papel do policial e indicar os caminhos futuros da instituição por estas bandas.

III.3 – A polícia como instrumento do monopólio estatal da violência

III.3.1 – O campo dos operadores de segurança pública

A polícia compõe o principal instrumento que o Estado possui para reivindicar para si o monopólio da violência legítima. Os policiais militares e civis compõem o que pode ser identificado como o grupo mais perceptível dentro do campo dos operadores de segurança pública. Antes de identificar características peculiares a este campo, se faz necessária uma pontuação sobre a relação entre violência e segurança pública.

Há uma estreita associação entre violência e segurança pública, especialmente no que tange ao monopólio estatal do uso da força física. Weber (2001, p.60) estabelece uma relação bastante íntima entre Estado e violência. A exclusividade no uso da violência é uma das maneiras, sociologicamente, de se definir o Estado em relação a outras formas de agrupamentos políticos. A violência é, portanto, o instrumento específico do Estado, apesar de não ser o único.

A premissa weberiana é a base de grande parte dos estudos em Ciências Sociais que busca estabelecer uma relação direta entre violência e segurança pública. Houve atualizações do trabalho de Weber dentro das Ciências Sociais, ampliando-lhe o espectro conceitual. A mais significativa implica que a violência não ocorre somente no plano físico, mas também no simbólico.

Para Bourdieu, (2004, p. 97):

“Antecipando os resultados da análise, e modificando a célebre forma de Max Weber (‘O Estado é uma comunidade humana que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física em um território determinado’), eu diria que o Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e *simbólica* em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente”.

O que diferencia o modelo de monopólio do Estado contemporâneo é a relação de dominação do homem pelo homem, com base no instrumento de violência legítima – ou pelo menos da violência considerada como legítima. Weber explica que a própria existência

do Estado depende da condição dos homens se submeterem à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores.

Weber (2003) define três tipos puros de dominação: a racional, baseada na crença da legitimidade das ordens estatuídas e do direito do mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeadas para exercer essa dominação; a tradicional, baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade; e, por fim, a carismática, baseada na veneração extra-cotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta revelada ou criadas.

Weber (2001) alerta ainda que continuidade administrativa da dominação exige que, de um lado, a atividade dos súditos se oriente em detrimento da obediência devida aos senhores que pretendem ser os detentores da força legítima e exige, de outro lado e devido aquela obediência, o controle dos bens materiais que, em alguns casos, se tornem necessários para a aplicação da força física. A polícia é, nesse aspecto, a forma com que o Estado atua diretamente sobre a repressão.

Costa (2006, p.103) escreve que

“No que diz respeito às polícias, é importante entender sua relação com o Estado e a sociedade. Uma das abordagens dominantes sobre o tema sugere que a polícia deve ser tomada como um objeto histórico. Considera-se que as polícias não são atores políticos em si, mas produto de condições históricas determinadas. Desse modo, associam-se inseparavelmente Estado e polícia, sendo a última instrumento para o exercício do controle social. Ainda segundo esta abordagem, o Estado é um produto dessas mesmas condições históricas. Nesse sentido, é a estrutura material existente que determina a estrutura e o papel da polícia no controle social”.

Há formas mais sutis de coerção legítima. Mas, via de regra, a polícia é a que atua diretamente na coação física. É uma instituição, mas também é um bem material, um braço do Estado sobre a sociedade. Esse tipo de violência se amplia com a proximidade da polícia em relação às pessoas e legitima o monopólio do Estado. Produz um efeito identificado por Monet (2001): a polícia é ambígua.

A polícia comporta a dominação racional como fonte coercitiva. É uma instituição que se rege por um comportamento específico, ainda que exista um estatuto que a regule internamente. Toda a previsão legal do exercício da atividade policial abre brechas para uma interpretação que permita uma relativa maleabilidade no uso da força física legítima. A ação policial se dá e se faz sentida conforme uma orientação política que define o modelo de segurança pública.

A reivindicação do Estado quanto ao monopólio da violência legítima precisa ser reconhecida e identificada por todos os cidadãos subordinados ao seu território sob a forma de uma força pública.

Essa consequência é melhor percebida por Monjardet (2002, p.13):

“Essa reivindicação se sustenta de várias maneiras, ideológicas, jurídicas, mas antes de tudo pragmáticas: pela criação, manutenção e comando de uma força física suscetível, por sua superioridade, de impedir a qualquer outra pessoa o recurso à violência, ou de contê-lo, nos quadros (nível, formas, objeto) que o próprio Estado autoriza. Essa força pública é mais comumente denominada polícia”.

Por outro lado, Monjardet ressalva que segmentos inteiros do corpo social podem negar qualquer autoridade à polícia; isso faz com que a pretensão à legitimidade se torne infundada. Isso implica que não se trata apenas de definir a polícia como expressão e realização do monopólio estatal da coação física e simbólica, já que se trata de uma realidade de fato.

Ainda assim o modelo weberiano permite compreender a polícia como expressão e instrumento da reivindicação “permanente das comunidades políticas – e não só a comunidade estatal – de deter em seu território o monopólio dos empregos legítimos de força” (MONJARDET, 2002, p.14).

Monjardet (2002) sugere que não há uma sociologia da polícia, mas dos usos sociais da força e da legitimação do recurso à força nas relações políticas – naquela em que a polícia se insere como agente do Estado. Em sentido descritivo, a polícia seria identificada socialmente como um conjunto específico de poderes, instâncias, autoridades, administrações, condutas, signos, quadros e serviços.

Monjardet aponta ainda que, se por um lado a análise da prática policial é o ponto obrigatório de partida, por outro não é capaz de revelar uma “verdade” sobre a polícia. A reivindicação do monopólio da violência pelo Estado com sucesso, a partir da polícia, pode não ser mais tão verdadeira. Novas forças sociais podem se opor a este modelo, mesmo que simbolicamente.

A delimitação do campo dos operadores de segurança pública está então definida na própria necessidade do Estado em firmar para si o direito ao uso exclusivo da força física e simbólica. O campo é aqui entendido conforme Bourdieu (2004): um espaço social estruturado em que há relações constantes de desigualdade, o tornando um campo de lutas para manter ou alterar esse campo de forças. Neste caso, objeto de disputa é a definição legítima de violência, que se situa dentro de uma estrutura identificada como segurança pública.

A percepção sobre como ocorrem essas disputas de poder dentro do campo pode ser conferida de formas variadas. A violência é o poder simbólico que permeia todas as tensas relações dentro do campo dos operadores de segurança pública.

A opção deste modelo está na representação que a polícia constrói sobre a violência. Essa representação específica se relaciona com a própria estrutura do campo e modela a partir do *habitus* os elementos que tornam a violência reconhecida e desconhecida, um poder simbólico. Exige, portanto, uma reelaboração particular da realidade.

Dentro do discurso policial estão contidas estruturas de pensamento que ilustram determinada construção social. A noção de *habitus* permite vasculhar a unidade de estilo que vincula práticas e bens de um agente singular ou de uma classe de agentes dentro de determinado campo.

III.3.2 – Polícia e *habitus*

O campo dos operadores de segurança pública tem na violência o poder simbólico que o torna característico. As especificidades das disposições de cada classe do campo correspondem a um sistema de separação diferenciais dos seus agentes, conforme Bourdieu (2004). Dessa tensão abre-se espaço para lutas internas dentro do campo.

Há de se compreender o *habitus*, conforme Bourdieu (2004, p.21), como:

“Esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”.

Assim, pensar no *habitus* dos profissionais de segurança pública é refletir quanto aos seus princípios geradores de práticas distintas e distintivas, mas também considerá-los como esquemas classificatórios.

Para Costa (2006, p.94):

“Algumas autoridades políticas e policiais, jornalistas e mesmo a população em geral têm aceitado a idéia de que há uma tensão entre a manutenção da ordem e o exercício democrático do poder por parte das polícias. O aumento das taxas de violência urbana acabaria por forçar, de algum modo, um “endurecimento” das polícias na “luta contra o crime”, o que acarretaria o uso mais freqüente da força para realizar o controle social. Em outras palavras, atribuem a variação na intensidade e no uso da força na atividade policial à necessidade de controle social.”

Há, portanto, uma percepção de que a violência urbana estimularia num endurecimento na conduta dos policiais. A sistematização do que é violento ou não para a polícia se insere em sistemas classificatórios que representam um alto grau de especificidade na compreensão do que é violência. Essa percepção implica numa valorização da violência, que se assume como poder simbólico.

Bittner (2003), ao focar a atuação policial, aponta que cada policial tem poder discricionário – não necessariamente fiscalizado pelo departamento de polícia – de agir ou não, de acordo com as circunstâncias, seguindo um tênue princípio de legalidade. Essa idéia também é sustentada por Monjardet (2002).

Bittner sustenta que a polícia pode ser vista como uma força corrupta; entretanto, também é vista como a opção mais recorrente para sanar os mais diferentes conflitos na sociedade. Há nesse paradoxo uma adequação do tratamento que a polícia oferece ao

cidadão, o que leva a uma possibilidade de um mundo sem força policial ou, em termos realistas, uma polícia que seja menos bruta no tratamento com as pessoas.

III.3.3 – A violência como poder simbólico da polícia

A violência é componente essencial, indissociável, da identidade da polícia. Não se concebe uma força policial que não tenha a violência como recurso legítimo de sua atividade, ainda que a percepção social desta atuação não contribua para uma significativa redução dos indicadores criminais.

A violência simbólica é exercida pelo Estado porque ele se encarna tanto na objetividade quanto na subjetividade. Bourdieu (2004) pensa o Estado como uma soma da concentração de capitais diferentes, entre os quais a violência. Essa característica incute no *habitus* dos profissionais de segurança pública um elemento fundador de sua identidade, em que a violência é parte constitutiva e indissociável.

A expressão simbólica do poder de polícia, enquanto instrumento de reivindicação estatal do monopólio da violência legítima, tem efeito social de intimidação, mas também pode significar o estabelecimento de um ciclo vicioso de crescimento da violência urbana.

Caldeira (2003) aponta que a própria polícia parece contribuir para o aumento da violência ao invés de controlá-lo. De acordo com Caldeira (2003, pp.139),

“Na verdade, toda a história da polícia brasileira indica claramente que a violência é a norma institucional. O mesmo vale para a violência que é constitutiva do universo doméstico, o espancamento de crianças e de mulheres, um tipo de violência que DaMatta tende a desconsiderar, ao desenvolver a noção da casa como um universo marcado por proteção. A polícia brasileira tem usado a violência como padrão regular e cotidiano de controle da população, não como uma exceção, e frequentemente o tem feito sobre a proteção da lei. É certamente verdade que as elites têm sabido usar seus contatos e seu status para evitar maus-tratos policiais – e nesse sentido seu comportamento coincide com a descrição de DaMatta –, mas para as classes trabalhadoras, o tratamento violento tem sido norma”.

Ainda que a violência seja a norma, sua aplicação não é homogênea a todas as camadas sociais, conforme indica Caldeira (2003). As classes populares tendem a estabelecer uma relação objetiva da atividade policial com conduta violenta, conforme defende Ferreira (2002), ainda que a própria população aprove o uso da força física contra criminosos. Essa tendência, apontada em estudo quantitativo de Almeida (2007), parece implicar numa instrumentalização da violência enquanto elemento normatizador da conduta humana.

Para Paixão (1997, p.236):

“Nesse sentido, o problema da polícia na ordem social democrática é garantir o consenso moral – seja fazendo o crime não compensar pela detenção rápida e certa do criminoso, seja comunicando à periferia social as regras públicas de comportamento da sociedade democrática –, a proscrição do ócio, do vício, do crime e da violência instrumental. Por outro lado, a polícia é objeto a ser contido, dado o potencial de ameaça ao pleno exercício, pelo cidadão, de suas liberdades negativas, representado pelo uso arbitrário de poder pelos agentes do estado no combate ao crime”.

Para Bittner (2003), a polícia deve ser considerada a partir da possibilidade de relativa independência em sua atuação prática, mas sem romper os limites da legalidade. Isso implica que “a independência institucional da polícia em relação ao judiciário está baseada na percepção de que os policiais inevitavelmente estão envolvidos em atividades que não podem ser totalmente exercidas sobre a regra da lei ou estado de direito” (BITTNER, 2003, p. 91).

Apesar desta observação, a polícia não é a “tênue linha azul” (*thin blue line*) que separa a civilização do caos e da barbárie. Esse aspecto decorre da pouca valorização do trabalho social como um processo historicamente construído e fruto da falta da obrigatoriedade de formação acadêmica específica ao policial, avalia Bittner. O grau de grosseria no tratamento com o público – apesar de tolerado na origem da instituição – não é mais aceito; portanto, se faz ainda mais necessária uma sólida formação do policial. Essa formação se reflete na representação da violência, que permeia a própria identidade da polícia.

Monet (2001) afirma que na representação do público e na dos próprios policiais a verdadeira polícia é a que visa aos comportamentos criminais. Isso causa uma “dupla natureza da polícia criminal”, que procura reprimir o crime ao mesmo tempo em que participa da proteção dos cidadãos. A polícia criminal aqui definida é semelhante à polícia civil. A polícia militar possui característica de patrulha e manutenção da ordem. Isso não a impede de participar dos trabalhos da polícia criminal, que serve à Justiça Penal o material necessário ao seu funcionamento.

Ao abordar o modelo europeu de polícia, Monet sugere que o policial faz uma representação de si como “justiceiro” (*crime fighter*), que acaba sendo redutora e mistificadora. Em teoria, todo mundo prefere a polícia prevenindo o crime que prendendo os autores após cometerem o crime.

Essa polícia preventiva poderia facilitar e legitimar a penetração dos policiais, de suas visões de mundo e de seus métodos em setores da vida social de onde estavam até então excluídos. Conforme visto no capítulo anterior, a coluna *Distrito Zero* reforça essa idéia de polícia preventiva, em que os policiais são representados como “pacificadores” dos conflitos que resultam em crimes.

Monet indica ainda que os policiais europeus fazem uma representação sombria da sociedade e de suas evoluções. De acordo com Monet (2001, pp. 275),

“Quer seja alemão ou inglês, quer espanhol ou francês, o policial convidado a expressar seu sentimento sobre a mudança social se exprime sempre com o mesmo registro: desiludido, pessimista quanto às evoluções do mundo e cético sobre a capacidade das autoridades para definir valores que possam basear a ação dos policiais na legitimidade”.

Essa representação negativa condiz com a sensação de insegurança que Michaud (1989) discute. Por outro lado, Brodeur (2002) afirma que uma das razões para o policiamento orientado para a solução de problemas seja difícil é que parte significativa dos problemas enfrentados pela polícia não admite uma solução definitiva.

Isso remonta à idéia de Durkheim de que é impensável uma sociedade sem violência e crime. Para tanto, o mandato policial teria de mudar o foco de evitar e reprimir o crime

para a *produção de segurança*. Isso evitaria o compromisso moral de uma segurança absoluta, que aconteceria se focar a erradicação absoluta do crime.

Para Durkheim (1999, p. 42), os atos criminosos são aqueles que parecem prejudiciais à sociedade que os reprime. Dentro da perspectiva weberiana, o crime é uma afronta ao Estado, uma vez que afeta a sociedade. Portanto, de acordo com o pacto social, não pode permanecer impune. Durkheim escreve que “a única característica comum a todos os crimes é que eles consistem em atos universalmente reprovados pelos membros de cada sociedade” (DURKHEIM, 1999, p.43).

Portanto, Durkheim define que um ato é criminoso quando ofende os estados fortes e definidos da consciência coletiva. Pode-se afirmar com segurança que o próprio Estado é uma forma representativa da consciência coletiva; é um conceito em que se engloba noções de territorialidade e identidade social. Nessa perspectiva, um crime contra o Estado é uma agressão contra todos os indivíduos representados por aquele. O monopólio da violência é instrumento necessário para assegurar ao Estado a ordem por meio da dominação racional da vida pública e privada de cada um dos cidadãos.

A polícia é o instrumento pelo qual o monopólio da violência pelo Estado se materializa; é sua força representativa. Conforme Durkheim (1999, pp. 52):

“Em outras palavras, não se deve dizer que um ato ofenda a consciência comum por ser criminoso, mas que é criminoso porque ofende a consciência comum. Não reprovamos por ser um crime, mas é um crime porque o reprovamos. (...) Se os sentimentos correspondentes são abolidos, o ato mais funesto à sociedade poderá ser não apenas tolerado, mas estimado e proposto como exemplo”.

A legitimidade do monopólio da violência pelo Estado pode ser percebida como forma representativa de um sentimento coletivo. Nas palavras de Durkheim (1999, p. 54):

“Por numerosas que sejam suas variedades, o crime é, em toda parte, essencialmente o mesmo, pois determina em toda a parte o mesmo efeito, a saber, a pena, que, se pode ser mais ou menos intensa, nem por isso muda de natureza. Ora, um mesmo fato não pode ter duas causas, a menos que essa dualidade seja apenas aparente e que, no fundo, ambas sejam uma só coisa. O poder de reação que é próprio do Estado deve, pois ser da mesma natureza do que aquele que é difuso na sociedade. (...) A dificuldade se resolve

facilmente se observamos que, onde quer que um poder diretor se estabeleça, sua primeira e principal função é fazer respeitar as crenças, as tradições, as práticas coletivas, isto é, defender a consciência comum contra todos os inimigos de dentro como de fora”.

Durkheim aponta que o crime não é apenas a lesão de interesses, mas uma ofensa a uma autoridade de certa forma transcendente. O recurso do monopólio da coação física pelo Estado implica uma coação coletiva quanto à prática delituosa. A polícia se estrutura como agente do Estado e é responsável pela forma com que a violência estatal se manifesta de maneira mais crua, no contato direto e físico.

III.4 – Representações na polícia goiana

III.4.1 – A segurança pública

A expansão e a consolidação do Estado brasileiro implicaram na elaboração de estratégias políticas que assegurassem a ordem social estabelecida. Tal processo não foi muito diferente em outras nações. O aspecto mais significativo reside em relação à razão pela qual tais medidas são elaboradas dentro de contextos muito específicos.

Há um padrão: praticamente todas as nações criaram uma polícia própria. Neste contexto, a polícia possui duplo papel: promove ordem social e assume o papel de representação da autoridade estatal. O planejamento estratégico da atividade polícia é definido por meio do planejamento de políticas de segurança pública.

Tavares (1997) indica que a polícia assume dois papéis: preservar o monopólio estatal da coerção física e firmar sua posição como agente de produção de consenso. As políticas de segurança pública são baseadas em indicadores criminais e na defesa da ordem pública. Silva (2008, p.778) define segurança pública como:

“Uma situação de preservação ou restabelecimento dessa convivência social que permite que todos gozem de seus direitos e exerçam suas atividades sem a perturbação de outrem, salvo nos limites de gozo e reivindicação de seus próprios direitos e defesa de seus legítimos interesses”.

A percepção da polícia goiana sobre segurança pública revela uma visão instrumentalizada, como um conjunto de medidas de natureza política para conter o crime. Uma das definições mais completas está na fala da escrivã Jaqueline, da Delegacia da Mulher:

“Segurança pública é o conjunto de políticas públicas e o trabalho desenvolvido em prol de evitar a criminalidade e, quando não evitada, apurar e aplicar a lei a quem é de direito que seja aplicada (Jaqueline, escrivã da Deam)”.

Há uma correlação direta entre a percepção de políticas públicas e o crescimento da criminalidade. Ainda que se pense como objetivo fundamental evitar a incidência – ou aumento – de crimes, o sentido atribuído na fala da escritã encontra apoio na tentativa de controle dos indicadores criminais. Também há uma clara manifestação legalista, em que o fato típico provoca a reação do Estado, que deve apurar o ocorrido e aplicar as sanções previstas. A visão eminentemente legalista perpassa todas as entrevistas cedidas por policiais civis. Para Jaqueline,

“Ela (*a segurança pública*) é uma responsabilidade do Estado, mas é um dever de todos (Jaqueline, escritã da Deam)”.

A fala da escritã implica numa dupla responsabilidade sobre a aplicação das políticas públicas. O Estado é tão responsável pelo equilíbrio da segurança quanto o próprio cidadão. Há na afirmação da escritã o sentido de que o cidadão não delega ao Estado a responsabilidade exclusiva de lhe assegurar segurança, mas uma atribuição de papéis que são divididos socialmente.

A tenente do 1º BPM Aline compreende o termo da seguinte maneira:

“A gente tenta dar para a população que está em volta, a população que a gente atende, uma sensação de segurança. Porque a gente não consegue dar para ela uma segurança. Então segurança pública é o que o Estado tenta fornecer para a pessoa. A segurança, a tranquilidade, um bem-estar. Então a gente tenta dar esta segurança, mas a gente trabalha sempre com a sensação. Por que? Porque a pessoa hoje pode se sentir segura, mas na verdade ela não está segura. Porque pode vir um doido da rua, vir e atirar nela, acontecer alguma coisa com ela. Mas ela tem a sensação porque o policial está ali perto (Aline, tenente do 1º BPM)”.

A tenente Aline aponta que a mera presença do policial proporciona uma sensação de segurança. Por outro lado, enfatiza que se trata de uma sensação falsa, já que há uma margem de imprevisibilidade na conduta alheia que não depende da mera presença e reconhecimento da autoridade policial constituída. Há, também, uma representação da polícia como agente social que deve proporcionar – se não segurança – ao menos a sensação de tranquilidade.

A idéia de segurança na preservação do direito de ir e vir parece uma constante na representação que a polícia faz da segurança pública. Como é o caso citado pelo sargento da Rotam Douglas:

“Para mim, segurança pública é o cidadão sair de casa, tranqüilo; os filhos poderem ir para a escola; uma sociedade onde tenha... uma sociedade completa. Segurança para sair às ruas, para trabalhar, ter uma vida (Douglas, sargento da Rotam)”.

A noção de segurança pública não é só compreendida como uma ação unilateral do Estado diante da população. Um dos exemplos mais emblemáticos desta perspectiva está na fala do soldado Alexandre, do 1º BPM:

“Segurança pública. Uma obrigação do Estado e um dever para com o cidadão que paga imposto. É uma definição de segurança pública. Mas tem que se lembrar que a segurança pública não é só dever do Estado e nem da Polícia Militar: é dever do cidadão. E o cidadão tem se esvaído muito do dever dele. Ele cobra muito e não faz a parte dele.

Pesquisador – O que o cidadão deixa de fazer para...

O cidadão, quando ele tem um problema, ele chama a polícia. Mas ele nunca reparou que ele é o causador do problema. Ele começa com estacionar em local indevido, brigas em finais de semana de casais... A Polícia Militar deve empenhar, eu acredito, que 80% das ocorrências não é roubo, assalto; são problemas pessoais, de família, que não vou falar que é bem uma obrigação da Polícia Militar. Mas você desvia dinheiro do Estado, porque você está ali trabalhando, a gasolina é paga pelo Estado – no caso nos pagamos imposto – para resolver briga de família, briga de casal, uma mãe que não concorda com a filha chegar de madrugada chama a polícia para resolver aquele problema que ela acha que é dever da polícia... Então, quase 80% das ocorrências durante o dia são desacordo familiar. Não são ocorrências que tinham realmente necessidade da segurança pública. É um despreparo da sociedade que estamos vivendo aí (Alexandre 1º BPM).”

A percepção do sargento indica que há um uso desnecessário da atividade policial para resolver conflitos da esfera privada. O questionamento do militar indica que há um prejuízo na ação da polícia ao abster de ocorrências relacionadas aos indicadores criminais para atender conflitos familiares – que, inclusive, é o principal mote da coluna jornalística

Distrito Zero. Mas há também uma representação legalista de segurança pública por parte da Polícia Civil. Para a agente policial Márcia, segurança pública significa preservar:

“Nossos direitos, preservar a cidadania, preservar a sociedade. E mais: o cumprimento das leis, a Constituição. Para mim é esse conjunto (Márcia, agente da Denarc)”.

As garantias sociais previstas em lei é o que parece justificar a necessidade de segurança pública na representação policial – ainda que a noção de ordem esteja subentendida, já que as próprias leis compõem o aparato de dominação do Estado sobre os indivíduos. Mas há momentos em que o Estado não supre plenamente ou, pelo menos, a contento os serviços em segurança pública. Decorre daí uma representação da segurança privada preenchimento de uma lacuna nas atividades estatais relacionadas à segurança. Para a escritã Jaqueline:

“A segurança privada aparece como um gancho onde falha a segurança pública. Soa aparecem empresas de segurança privada porque as pessoas não se sentem realmente protegidas. Então ela aparece em uma falha da segurança pública (Jaqueline, escritã da Deam)”.

A segurança privada não apenas é compreendida como agente que ocupa a lacuna do Estado na segurança pública como também atende a poucas pessoas. Os entrevistados associam a presença dos serviços de segurança pública a cidadãos com melhor poder aquisitivo. Há implícita uma representação de que a segurança pública é menos eficiente e, por isso, a população que não tem recursos deve se contentar com os serviços prestados.

A relação entre as políticas públicas e a criminalidade será discutida no próximo tópico.

III.4.2 – A polícia em seus próprios termos

O ingresso de todos os entrevistados na polícia se deu por meio de concurso público. Não são todos os que possuíam familiares na força policial antes do próprio ingresso. A explicação predominante pela opção de seguir a carreira está no gosto particular pela área de atuação e na estabilidade profissional. Praticamente todos os entrevistados

desejam galgar novas posições hierárquicas dentro das instituições. Não à toa, tanto policiais civis quanto militares demonstraram interesse em prosseguir com os estudos. O curso de Direito é o mais ambicionado porque permite o ingresso no curso de oficiais.

A idéia de polícia como instrumento que o Estado se vale para reivindicar o monopólio da violência legítima é cristalina na fala de alguns policiais. Há um padrão nas representações: a Polícia Civil tende a compreender a polícia dentro de um papel notadamente legalista; a Polícia Militar se vê como mecanismo de resolução de conflitos sociais.

“A polícia é uma função constitucional que o Estado tem para exercer o... é um braço do poder Executivo para exercer o que a legislação manda. Então, polícia para mim, ela nada mais é do que um braço da lei. É um assistente que o poder judiciário e que o poder legislativo têm para se fazer cumprir o que foi determinado (Jaqueline, escritã da Deam)”.

Agente da Denarc, Márcia considera a polícia como uma instituição que tenta cumprir a lei. Para ela, a vida em sociedade exige normas de conduta, que devem ser cumpridas. Portanto, cabe aos policiais a função de manter os cidadãos em ordem – ou conforme determinado por prescrição legal – e, assim, permitir qualidade de vida para todos. Márcia diz ainda que a polícia serve para atender o cidadão. Essa noção sobre o que é polícia se assemelha ao depoimento do sargento Douglas:

“Acho que ela serve para defender o cidadão e o Estado. Porque o Estado... O dever do Estado é defender o cidadão. Em todos os tópicos, não apenas na segurança: na saúde, educação... O dever do Estado é proteger o cidadão (Douglas, sargento da Rotam)”.

A afirmação de Douglas emana uma representação muito vinculada ao garantismo social característico da constituição de 1988. O sargento relaciona a segurança pública à atuação estatal, que deve ser acompanhada por outros serviços prestados ao cidadão, como educação e saúde.

A delegada da Denarc Rosane complementa a opinião anterior.

“Definir o que é polícia... Polícia, de uma forma geral, a qual pertence a instituição da polícia judiciária, é aquela instituição que visa garantir que, depois de cometido o crime, a gente consiga encontrar a materialidade e o autor daquele crime, bem como as circunstâncias (Rosane, delegada da Denarc)”.

É uma visão um pouco diferente da apontada pelo tenente da Rotam Cláudio, que atua em outra esfera, a Polícia Militar, mas ainda possui traços de uma representação legalista da atuação policial. Rosane define uma polícia que trata da identificação da autoria; Cláudio complementa o argumento da delegada da Denarc ao sugerir que os policiais também são responsáveis pela condução do autor, ou seja, na retenção do suspeito.

“Polícia seria o órgão fiscalizador, o operador da lei em si, né? Ah, pode se falar do Ministério Público, do Judiciário, mas se não for a polícia não tem o conduzido, não tem autor. Vai ter só vítima em todos os processos. Não vai ter autor definido, não vai ter mais nada. Não vai ter criminoso, o traficante. Acho que o operador da lei na verdade seria a polícia (Cláudio, tenente da Rotam)”.

A polícia também se manifesta na fala do tenente da Rotam como um agente de apoio às atividades do judiciário. Mas essa compreensão meramente legal não é regra. Há policiais que entendem a polícia de uma forma particular, pessoal, como uma missão de vida. É possível enxergar no teor da afirmação a seguir uma representação que procura unir vocação com objetivo de vida.

“Polícia, para mim, é a minha vida hoje. Foi a profissão que escolhi e sempre, desde garotinho, tive vontade de ser policial. Hoje trabalho numa unidade de ponta da Polícia Militar. Então, a polícia para mim é meu pai e minha mãe (Douglas, sargento da Rotam)”.

O sargento da Rotam representa a polícia como sua própria família. As relações sociais criadas dentro de um ambiente de hierarquia rígida parece estimular o surgimento de uma forma de solidariedade particular entre os policiais, que sugere uma representação similar a de um núcleo familiar. Não raro, são comuns manifestações de amor à instituição ou mesmo de que “Polícia, para mim, é a minha vida hoje”.

A percepção dos papéis da Polícia Civil e da Polícia Militar difere na maneira como é enfocada. Como a pergunta aborda a instituição de maneira generalizada, não se esperava separação de funções, mas a forma geral com que é representada. A Civil é identificada com aspectos burocráticos, de investigação criminal. A Militar na condução do acusado. São representações generalizadas, o que reforça a suspeita de que cada polícia tem sua atuação pública bem definida no imaginário coletivo de policiais civis e militares. São posicionamentos complementares, mas que permitem separação entre as forças policiais.

Para Bittner (2003), a polícia deve ser considerada a partir da possibilidade de relativa independência em sua atuação prática, mas sem romper os limites da legalidade. Isso implica que “a independência institucional da polícia em relação ao judiciário está baseada na percepção de que os policiais inevitavelmente estão envolvidos em atividades que não podem ser totalmente exercidas sobre a regra da lei ou estado de direito” (BITTNER, 2003, p. 97).

A noção de legalidade é fundamental para a compreensão dos discursos colhidos pelas entrevistas. Sem isso, a polícia se descaracteriza como instrumento estatal. A polícia é agente do Estado enquanto obedece às leis que regem o Estado; se ultrapassa esse limite, entra na ilegalidade. E, sendo ilícito, agride o Estado e deixa de ser polícia. Só que para atuar, a polícia precisa de relativa liberdade. Essa dicotomia é o cerne da legitimação da força física na atuação da polícia conforme os próprios policiais deixam no ar, como será percebido com mais clareza no próximo tópico.

A independência da polícia em relação às outras instituições do Estado – apesar de estar subordinada à legislação – permite a manutenção de uma definição própria sobre o que é violência. E, assim, se reafirma como polícia dentro do espaço social.

III.4.3 – A violência como recurso legítimo

A polícia goiana, conforme dados da amostragem, tende a ser tolerante com a violência em determinadas situações; o emprego do comportamento violento depende do contexto e sempre é representado como consequência intrínseca da própria natureza da atividade policial. Em um primeiro momento, os entrevistados são cautelosos quanto a associar a atividade policial com violência. Aos poucos, relatam que atos violentos são, por vezes, necessários.

Porto (2004) sugere o estabelecimento de um ciclo vicioso, em que a violência – inerente à atividade policial – funciona como estopim para outras formas de comportamento violento, praticado pelo cidadão comum. Seria mais ou menos como uma mimese social do excesso cometido por operadores da segurança pública. Legitimaria, em tese, os cidadãos a reproduzir comportamento semelhante. Algo como: “se a polícia pode, por que não eu”.

Antes de se dedicar à violência como aspecto essencial do *ethos* policial, se faz necessária a compreensão do que é considerado violento para os operadores de segurança pública. O conceito que a polícia possui de violência poderia ser resumido em relação a qualquer ato que atente contra o outro, ainda que sua representação extrapole o aspecto físico – objetivo – do que é considerado violento. A agente da Denarc Márcia afirma que a violência possui faces distintas.

“Se você vê a violência no sentido policial, de violência, agressão e tal. Mas você tem a violência com palavras, com atos. De várias maneiras existe a violência (Márcia, agente da Denarc)”.

A explicação da agente relaciona a violência objetiva, que sugere o uso de força física, com uma expressão menos óbvia, não-física. A agressão simbólica também está associada à violência que a agente admite como sendo no “sentido policial”. Essa relação pode indicar que a ação está vinculada ao uso da força física; o discurso ainda admite que a violência verbal – no caso, simbólica, vez que representa um plano não-físico –

complementa o conjunto que a agente define como múltiplo, dificultando uma definição precisa do que é violência.

Há uma dificuldade por parte dos policiais entrevistados em conceituar violência com clareza. Há um padrão em associar condutas tidas por violentas na mesma frase em que se define violência. Possivelmente isto ocorre porque há uma tendência em relacionar violência com verbos que indiquem ação – não necessariamente dentro de uma relação de causa e consequência.

Exceções foram notadas no discurso predominante. Uma das afirmações em que a definição de violência se dá de maneira objetiva é a formulada pela delegada da Denarc Rosane:

“Violência é tudo aquilo que agride o direito da pessoa, seja ele qual for”.

Pesquisador – O direito legalmente constituído?

“Isso (Rosane, delegada da Denarc)”.

O discurso da delegada permite depreender que a violência apenas existe no que está tipificado, o que está na lei. Entretanto, Bourdieu destaca que a violência pode ser simbólica, logo, deixa de ser objetiva – física – e passa a ser subjetiva – abstrata. Quando a delegada condiciona a violência como aquilo que agride um indivíduo, desde que esteja tipificado sob a forma de lei, sugere que outras formas de violência – ainda não absorvidas pela legislação – são desconsideradas.

Isso implica num problema de ordem conceitual. A interpretação sobre o que é violência limita-se ao fato concreto ou tangível. Formas simbólicas de violência, não constituídas sob a letra de lei, são anuladas conforme a interpretação que a delegada faz sobre o que é ou não violência. Se aqui há uma clareza na ordenação do raciocínio por parte da delegada, sua definição suprime as expressões simbólicas da violência.

Trata-se é uma relação complicada, considerando que abre espaço para uma legitimação de formas simbólicas de violência sob a ótica da polícia. Dentro desta lógica particular, o que é violento está tipificado; o que não está na lei não é, necessariamente,

violência. Esta definição técnica sobre violência, para a prática policial, permite uma atuação discricionária, conforme revela Bittner em um estudo sobre áreas deterioradas.

O policial, portanto, teria relativa liberdade para atuar, desde que não exceda os limites tipificados por lei. Entretanto, essa avaliação acaba sendo pouco clara quanto às formas simbólicas de violência que são colocadas na práxis policial. Talvez seja mais representativa a percepção de um sargento da Rotam:

“Violência é todo ato que constrange uma pessoa seja ela violência física ou psicológica (Adriano, sargento da Rotam)”.

O sargento não se limita ao aspecto legal em sua definição de violência. Basicamente, reproduz raciocínio simplificado similar ao proposto por Michaud (1989) e discutido anteriormente no item **I.1.2** deste estudo.

Há algo representação da violência que parece ser essencialmente indissociável da vida urbana. A escritã Jaqueline indica essa relação ao mesmo tempo em que tece uma análise sobre o aproveitamento da imprensa sobre a violência praticada em centros urbanos:

“A violência, ela é inerente, principalmente em relação às grandes cidades. Tem mesmo, seria utopia dizer que não acontece: acontece. É um coisa que a gente vê, igual aqui na delegacia (DEAM), a gente vê mulheres que estão no ponto de ônibus para trabalhar e são abordadas, estupradas... então tem mesmo esse ponto de violência. Mas a mídia, ela potencializa muito isso, porque o que vende é o sangue (Jaqueline, escritã da Deam)”.

Há aqui algo sintomático quanto à maneira com que a violência é representada pelos jornalistas, na visão dos policiais. A escritã indica que os jornais potencializam uma idéia de violência sintomaticamente sanguinolenta. Não se percebe no conteúdo da afirmação de Jaqueline referências aos atos violentos simbólicos. Novamente, remete à violência ao corpo, em que o sangue é a imagem que transubstancia o ato agressivo em materialidade. Segue a lógica: se há violência, há sangue; se há sangue, há imprensa.

A relação entre corpo e violência é implícita no discurso da polícia. Mesmo quando a violência é identificada em suas nuances psicológicas, os policiais a associam ao corpo. Restrições ao direito de ir e vir – à liberdade restringida por alguma ação policial – são

vinculadas à mobilidade do corpo. Há uma supressão temporária da possibilidade de escolha individual e à relativa disposição que cada um tem do próprio organismo quando, por exemplo, um policial aborda uma pessoa para procedimentos de rotina.

A limitação do direito de ir e vir decorre também da sensação de insegurança que perpassa diversas camadas e categorias sociais. O receio subjetivo de ser alvo de conduta violenta por terceiros estimula o que o tenente da Rotam Cláudio chama de “inquietude”:

“Violência na verdade, para mim, é psicológica. É a insegurança da sua pessoa no seu direito de ir e vir, e não se garantir a si. A pessoa não se sentir segura no exercício de sua profissão, no seu direito de ir e vir. Para mim seria isso, essa inquietude. Porque às vezes a pessoa até já sofreu um fato, só que aí superou. Tem pessoas que não sofreram e só de ver no jornal já se sente inquieta. Então, a violência em si está embutida nela. Na minha opinião seria isso (Cláudio, tenente da Rotam)”.

A sensação de segurança provocada por fatos violentos, divulgados pela imprensa, é posta à mesa pelo policial. Conforme visto, Cláudio entende que as notícias sobre violência causam um sentimento coletivo de falta de proteção. Há uma representação marcante na afirmação do policial, ao afirmar que a pessoa “só de ver no jornal já se sente inquieta”. O discurso sugere que a noção generalizada de violência presente nos jornais estimula o medo nos cidadãos e, conseqüentemente, entra em rota de colisão com a atividade policial.

Se há polícia, deveria haver segurança; se há insegurança, não há polícia ou a polícia realiza um trabalho inadequado. É uma lógica que estimula um conflito sobre a definição do que é violento ou não entre os campos da imprensa e o dos operadores de segurança pública.

Já o uso de recursos de força física é compreendido por todos os entrevistados como algo decorrente da atividade policial. Os policiais tendem a aceitar uma relativa dosagem de força para cumprir o que chamam de dever legal.

“A atitude da polícia, já partindo para o lado da energia, ela é uma atitude precisa. Algo que tenha de ser feito dessa forma mesmo. Às vezes, o cidadão pode reclamar... Um tempo atrás, o pessoal estava reclamando da abordagem da Rotam. Eu até concordo que às vezes eles usam até uma energia exagerada na forma de abordagem deles, mas é exatamente por estar lidando com o incerto. Eles chegam altas horas da noite aí, acham um cara no escuro aí, e não sabe se o cara tem um canivete, um revólver, alguma coisa na mão... Então, acredito que essa forma de abordagem, essa energia, é necessária (Cícero, agente da DEAM)”.

A expressão “energia exagerada” sugere o excesso na condução da atividade policial. Sua justificativa é “lidar com o incerto”, com condutas humanas que, em última instância, são impossíveis de serem previstas. Assim, o policial se antecipa à possibilidade do outro ser violento agindo com essa “energia exagerada”, que parece ser uma justificativa para a própria segurança pessoal dos membros da polícia. A violência socialmente estruturada parece encontrar espaço para se manifestar abertamente no trabalho policial; o que sugere a força física também como prática contumaz de legitimação da autoridade.

A violência urbana pode ser percebida em clara associação com imagens da rotina policial, em especial em seus símbolos mais extremos.

“Violência... na hora em que fala essa palavra, violência, você pensa em sangue, pensa em tiro, em defunto... É muito disso, né? Mas igual aqui, na nossa delegacia mesmo, tem muito a tal da violência psicológica. Às vezes a pessoa passa um, dois três, cinco, dez anos convivendo com uma pessoa e vendo aquilo ali a vida inteira, a violência psicológica. Só que ela não aparece com hematoma, não aparece com nada. Todo mundo acha que tá tudo bem...”

Pesquisador – A violência psicológica é pior do que a física?

Nossa. Demais da conta. Tem pessoas que chegam aqui em situações que você vê que ela pode fazer tratamento, acompanhamento psicológico o resto da vida que ela não vai se recuperar. Tem mulher que já tá assim com trauma mesmo. É quase que irrecuperável. Pode ser que consiga, mas recuperar mesmo... (Cícero, agente da DEAM)”.

As imagens da violência novamente se remetem ao corpo: “sangue” e “defunto” ilustram a representação do agente da DEAM sobre a *práxis* física. O policial cita as imagens acima para explicar que formas simbólicas da violência – aqui compreendidas por

ele como “a tal da violência psicológica” – são tão gravosas quanto a que incide sobre o corpo.

A violência simbólica é vista, de maneira quase absoluta pelos entrevistados, como a mais pernicioso. De acordo com a maioria, os danos físicos são curados pelo tempo; quanto à experiência traumática o indivíduo não se restabelece tão facilmente.

Brodeur (2002) afirma que uma das razões para o policiamento orientado para a solução de problemas seja difícil é que parte significativa dos problemas enfrentados pela polícia não admite uma solução definitiva. Isso remonta à idéia de Durkheim (2003) de que é impensável uma sociedade sem violência e crime. Para tanto, o mandato policial teria de mudar o foco de evitar e reprimir o crime para a *produção de segurança*. Isso evitaria o compromisso moral de uma segurança absoluta, que aconteceria se focar a erradicação absoluta do crime.

III.4.4 – A naturalização do crime

O comportamento individual em meio à coletividade é um dos instrumentos que a polícia se vale para aferir a um cidadão a condição de suspeito. A reação diante de um policial – desde que caracterizado – estimula um efeito no sujeito, que tende a reagir com sobressaltos. Pelo menos é a principal justificativa dos policiais em relação aos métodos de observação que estimulam uma abordagem nas ruas.

A polícia tende a negar um padrão típico dos suspeitos. Uma das preocupações manifestas pelos policiais é a de que tal técnica resulta de experiência pessoal e que varia para cada um, ainda que linhas gerais sejam traçadas em cursos de formação. A resistência inicial em caracterizar o tipo suspeito – dificuldade encontrada por Ramos et alii (2005) – logo permite a sugestão de um padrão comum:

“Não tem um padrão. A abordagem é feita de forma... Você vê a pessoa e a pessoa... Por exemplo: num dia quente, um indivíduo de jaqueta de couro às três horas da tarde – no ápice do sol – e ao ver a viatura dá aquele sobressalto. Quando você faz alguma coisa errada, você não consegue esconder. Os olhos da pessoa vão te incriminar. No patrulhamento, a experiência... A pessoa que ta cometendo um tipo de crime ou tem intenção de cometer ele muda a atitude, desconcerta. Então, não tem padrão. Desde pessoas bem vestidas a mal vestidas (Douglas, sargento da Rotam)”.

Há uma percepção do comportamento criminoso no plano subjetivo, na possível intenção de consumir o delito ou o ato violento – não em sua manifestação objetiva. O agente da Denarc Rogério afirma que é difícil definir um padrão, mas a atitude diante da presença da polícia é o que entrega o indivíduo com intenção de cometer um crime. Esse estudo é aprendido na prática da profissão, conforme afirma o policial militar. E pode ser resumido da seguinte maneira, nas palavras do tenente da Rotam Cláudio:

“(...) A gente vai treinar o policial justamente para isso: identificar o marginal no meio das pessoas, entendeu? Não tem um padrão. Não é corte de cabelo, não é o carro que anda, não é a roupa, não é a cor, não é nada disso. É a atitude. Você olha para a pessoa e fala: ‘aquele cara ali pode tá armado, pode tá com porção de droga, ele tem passagem é marginal’”.

Pesquisador – E como se identifica isso? O senhor pode me dar uma ou duas características?

“Ele se entrega, né? O marginal ele se entrega. A reação. Seria o olhar. O olhar do policial em relação a essa pessoa, a sua atitude. Tem alguns macetes que a gente tem. Por exemplo, a gente tem aquele velho jargão – que a gente vai passar para os alunos aqui – que funciona perfeitamente. A blusa num dia quente, uma roupa inadequada. O cara tá bem vestido num local periférico ou o cara tá mal vestido num local de alta. Esses jargões não funcionam mais. O vigia de carro, no Setor Oeste, no Marista, ele tá mal vestido mas não quer dizer que ele seja um marginal. Então, a maioria dos jargões hoje não funcionam mais. Então, assim, uma placa dobrada, ou com sinal de que foi dobrada, um carro todo amassado, um carro sujo, empoeirado, rodando no meio, de uma placa de fora, rodando no meio de um setor nobre... Então tem algumas situações que facilitam a suspeição. Mas o que realmente leva à suspeição a pessoa se entrega. Ela vê um policial, especialmente da Rotam, e... Se a gente rodasse em uma viatura que não fosse caracterizada, aí não perceberia o marginal. Na verdade, ele se entrega. Ele vê a viatura e a inquietude é na hora. Esses dias abordei três rapazes bem vestidos em uma caminhonete Hilux zero. Abordei três armas dentro porque eles se entregaram. Eles iam passar batido por mim. Eles viram a viatura e na hora o motorista viu, virou e endureceu. Os que tavam atrás abaixaram a cabeça. Só. Aí, falei: ‘olha aí, é ladrão’. (Cláudio, tenente da Rotam).”

As afirmações do sargento Douglas e do tenente Cláudio, ambos da Rotam, não revelam aspectos morfofisiológicos como critérios de suspeição. São cautelosos com o discurso a ponto de não definir um estereótipo. Mesmo assim são reveladoras as afirmações de que o comportamento do indivíduo em face à polícia determina as chances de ser ou não abordado.

O soldado do 1º BPM Alexandre afirma que não há uma divisão de tipos suspeitos por classes sociais. De acordo com ele, “não é porque um cidadão teve mais condições financeiras que ele vai deixar de cometer um crime”. Há em sua fala uma quebra de ligação entre condição de classe e delinqüência. O crime, para ele, pode ser cometido por qualquer. Apesar disso, o soldado identifica no espírito do goiano uma rejeição por moradores de rua. “Isso é um problema social, que não se resolve acionando uma viatura”. Cabe sempre a reação do suspeito diante da presença policial como padrão explicativo por parte da polícia:

“Não tem um padrão. A abordagem é feita de forma... Você vê a pessoa e a pessoa... Por exemplo: num dia quente, um indivíduo de jaqueta de couro às três horas da tarde – no ápice do sol – e ao ver a viatura dá aquele sobressalto. Quando você faz alguma coisa errada, você não consegue esconder. Os olhos da pessoa vão te incriminar. No patrulhamento, a experiência... A pessoa que ta cometendo um tipo de crime ou tem intenção de cometer ele muda a atitude, desconcerta. Então, não tem padrão. Desde pessoas bem vestidas a mal vestidas (Douglas, sargento da Rotam)”.

A dificuldade em se estabelecer um perfil padrão de suspeito a partir do conteúdo das respostas dos policiais entrevistados impede determinar categorias de suspeição. Entre os entrevistados, há duas situações geralmente determinantes: a presença do suspeito em um contexto no qual não se encaixa e seu comportamento diante da presença de policiais. Se há representação possível de naturalização criminógena talvez seja a reação imediata. A percepção – subjetiva – do policial em razão de sua presença é o que permite a construção de categoria de suspeitos.

Os entrevistados indicam como sinais do comportamento suspeito diante da presença da polícia, em particular da Rotam: tensão aparente nos traços do rosto, cabeça abaixada, expressão subitamente preocupada, olhar desviado, gestos forçosamente contidos e mudança repentina de rota. Não há nos resultados obtidos informações precisas sobre estereótipos clássicos: uso de tatuagem, boné, roupas pesadas, trejeitos específicos e cabelo extravagante. Há referências sutis a estes estereótipos, mas nenhuma assumida objetivamente pelos policiais.

A forma de abordar o suspeito também é apontada pelos policiais como algo delicado. E, caso ocorra abuso de autoridade, o policial terá de responder aos seus superiores. Para este estudo, não foram coletadas informações a respeito da quantidade de

policiais que respondem a processos na corregedoria interna da polícia para identificar casos concretos de excessos. Todavia, os policiais reconhecem que o excesso provoca uma resposta da instituição, que pode resultar em investigações e punições.

A fala do tenente da Rotam é reveladora. Ao afirmar que o criminoso se entrega ao perceber a presença do policial Cláudio aponta o capital simbólico da polícia. A identificação do policial pelo outro a partir de um conjunto de símbolos – uniforme, viatura, armas, conduta e emblemas – é o que intimida, o que provoca uma reação atípica e permite ao policial – pelo menos a partir das informações obtidas – o reconhecimento do suspeito.

Todo o aparato simbólico da autoridade policial é compreendido como fator estimulante para o próprio ingresso na carreira:

“A polícia de Goiás, acredito, tenho certeza, é uma das melhores polícias do Brasil. Em tudo: capacitação profissional, de material, equipamento... Então, demos um salto muito grande e deixamos muitas outras polícias para trás neste sentido. A maioria dos policiais hoje, em qualquer unidade, se sente orgulhoso de vestir uma farda da Polícia Militar de Goiás. Tanto é que hoje mostra os concursos aí. O tanto de pessoas que tem vontade de ingressar na carreira... O tanto que está concorrido hoje (Douglas, sargento da Rotam)”.

Os símbolos são o que fazem revelar o poder que a polícia tem sobre a definição legítima de violência, como operador de segurança pública. Essa autoridade profissional da polícia é o que faz o outro reconhecer e reproduzir a autoridade real, conforme atesta Monjardet (2002). Para a Rotam, a manifestação simbólica da autoridade por meio do aparato visual parece uma necessidade incontestável mesmo para os próprios policiais.

“Hoje, se você trabalha numa viatura, trabalha aqui na Rotam, é muito respeitado, mas você tá ali fardado, em serviço, caracterizado, quatro policiais... A pessoa te respeita. Você tá ali, mas tem que ver também que, a partir do momento que está fora da farda, a pessoa não te conhece. Você é um cidadão comum, entendeu? Seria mais difícil trabalhar sem a farda. É difícil definir se é um policial ou um bandido, porque você está com a arma na mão (Josias, soldado da Rotam)”.

A simbologia do aparato visível dos policiais legitima sua presença no espaço social. Essa visibilidade do que é visto, do que é real, implica no indivíduo uma reação quanto à presença da polícia. Essa reação determina o poder simbólico que a polícia detém sobre uma definição legítima da violência. A partir do prestígio do policial como unidade

de um corpo maior – o Estado – o poder simbólico se reproduz como mecanismo de tornar legítima uma definição própria da polícia sobre a violência.

III.4.5 – Crime e castigo

Os policiais distinguem a violência física da psicológica Também avaliam que uma pode influir na outra. Não há um consenso claro sobre valoração entre as duas categorias de violência. Do ponto de vista metodológico, pareceu necessário investigar com maior profundidade o discernimento que os operadores de segurança pública possuem sobre as manifestações simbólicas da violência. A questão a qual foram indagados os policiais era sobre qual o pior tipo de crime que uma pessoa poderia ser vítima.

O tenente da Rotam Cláudio avalia que a pior modalidade criminal é aquela que atenta contra a vida. Ele destaca estupro, nesta categoria, como o mais grave. Mas também identifica o tráfico de drogas e o furto como os primeiros passos para em direção à prática de outros crimes. O policial considera o ato de furtar como “porta de entrada para a criminalidade”. Percebe-se aqui que um tipo de crime relativamente comum, sem prejuízo aparente ao corpo do indivíduo, é considerado como o primeiro passo para uma gradação dentro de uma “carreira criminoso”. A intensidade da violência praticada parece estar associada à evolução nesta escala.

A delegada da Denarc Rosane também considera o furto como o primeiro passo para o crime. De acordo com ela, crimes que servem à escalada criminal são os piores. Ela também enumera estupro, homicídio e o roubo como muito graves. O raciocínio geral é o de que a base de ingresso ao crime – numa gradação em que se amplia o nível de violência – está no ato de furtar. Daí em diante o indivíduo entra num ciclo vicioso, nas palavras do agente da Denarc Rogério, em que a sensação de impunidade e as exigências cada vez maiores de obter algumas vantagens motivam a praticar delitos mais graves.

Crimes de menor potencial ofensivo tendem a ser associados à impunidade dos autores. Sem que exista uma penalidade concreta – vez que somente uma pequena parcela se transforma em que inquérito com autoria definida – há uma sensação de impunidade que estimula a prática de delitos cada vez mais graves. Pelo menos este é o raciocínio que se depreende dos dados obtidos com os policiais.

Os crimes sexuais, por sua vez, são considerados os piores e, seus praticantes, considerados na maioria dos casos como irrecuperáveis para o convívio social. Era uma posição esperada antes mesmo da realização das entrevistas semi-estruturadas. Crimes hediondos, em particular os de natureza sexual, tendem a ser associados com indivíduos sem vínculos com a realidade social em que está inserido – psicopatas e demais portadores de distúrbios psiquiátricos graves.

Essa representação da polícia pode ser percebida na fala do sargento da Rotam, que considera o estupro o pior dos crimes:

“Vamos começar: o estuprador, certo? Já conversei com vários estupradores, que cometeram não foi só um estupro, e perguntei: ‘Vem cá, bicho, com tanta mulher na rua você fica à vontade, paga uma dose de cerveja para ela e faz o que quiser’. Ele fala: ‘não vou com ela, tenho de violentar’. Aí passa pela cabeça: tem condições de se recuperar? Eu acho que não (Adriano, sargento da Rotam)”.

A notada descrença na capacidade de um autor de crimes violentos contra pessoa, em particular os de natureza sexual, voltar a ter convívio em sociedade tende a ser a mais comum. A dificuldade de ressocialização de um criminoso é associada pelos policiais às condições precárias dos presídios ou, nos crimes sexuais, de patologias mentais do indivíduo.

“Acho que o estupro, quando envolve crianças, esses crimes bem barra mesmo, que chocam a sociedade. Por mais que não pareça, a gente também fica chocado com esses crimes. Eu tava acompanhamento na televisão o julgamento daqueles indivíduos que arrastaram o garotinho – *o menino João Hélio, preso pelo cinto de segurança do lado de fora de um veículo e arrastado nas ruas do Rio de Janeiro em fevereiro de 2007*. Pegaram pena máxima. Aí, você vê a disparidade da Justiça brasileira. Um dos indivíduos tinha 17 anos na época. Vai ficar no máximo três anos em pena sócio-educativa e os outros pegaram pena máxima. Acho que devia ser o mesmo tipo de pena para todos (Douglas, sargento da Rotam)”.

Os crimes violentos também causam incômodo nos policiais, conforme expressam em seus depoimentos. Há uma clara insatisfação com o sistema penal – notadamente a legislação processual penal que permite a prescrição do delito com a possibilidade quase infinita de recursos. Para os policiais, as leis são brandas e o Estado não oferece condições adequadas para o criminoso se ressocializar.

A explicação para o comportamento violento é percebida de formas distintas pelos policiais. Há particularidades na percepção causal. Há um consenso de que a má distribuição de renda e acesso a serviços públicos de qualidade são fatores decisivos para que um indivíduo se torne violento. Também há ressalvas quanto às situações em que a emoção leva à prática da violência. O comportamento violento não é visto necessariamente como opção individual, mas os atos criminosos, sim.

A falta do tenente da Rotam Cláudio é reveladora sobre este aspecto.

“A origem do mal. Na verdade ela tá dentro do cidadão, né? Em determinadas classes sociais ela aflora por alguns motivos. Na verdade a gente não tem como provar. É como falei para você: como vou identificar um marginal, né? Ele está em todas as camadas. A potencialidade está em todas. Às vezes a situação da pessoa em não ter condições sociais dignas de educação e saúde e de segurança, é onde há ausência do Estado, é onde ela se projeta com maior força. Mas a origem dela na verdade é interna. A pessoa já nasce com ela, com essa tendência de ser violento (Cláudio, tenente da Rotam)”.

Pesquisador – Mas no final das contas ela é fruto dessa situação social ou o senhor acha que é uma escolha individual, a opção pela violência?

“Eu acho que existe a potencialidade em determinadas pessoas e existe a propulsão em determinadas mazelas sociais. Então, assim, ela já existe, só que é condicionada, bem mais elevada, quando a pessoa sofre das mazelas, né?”

Pesquisador – Então seria mais uma responsabilidade social do que uma opção individual?

“Isso (Cláudio, tenente da Rotam)”.

A fala do tenente não é isolada. A vida em sociedade, dentro de uma realidade urbana onde há grande discrepância no padrão de vida, é assimilada como a mais notável justificativa para a violência socialmente estruturada. Há uma percepção de que as limitações de direito ou dificuldades tendem a servir como incentivo para o ingresso na atividade criminosa.

“A má formação do cidadão. Digamos assim, aí entra a parte do Estado em si. Não está dando digamos um ensino de qualidade para o cidadão... já começa desde a época do nascimento. O cidadão de pouca renda

nasce num local humilde e já não tem assistência médica adequada... tudo isso daí vai contribuindo para que futuramente isso venha a explodir e a se tornar...

Pesquisador – Pensando nisso que o senhor está dizendo, a violência é mais um problema social ou mais uma ação do indivíduo?

Acho que o problema social leva o indivíduo a essa ação. Entendeu? Desde o nascimento da pessoa, no passar do tempo, ela vai tendo tanta deficiência dessa formação que acaba depois levando ela agir de tal forma (Cícero, agente da DEAM)”.

Mas não se trata somente de algo relacionado à vida em sociedade. O depoimento de um sargento da Rotam sugere uma conexão entre violência e predisposição biológica. Talvez seja, entre os entrevistados, a resposta que mais naturaliza o comportamento violento.

“Eu já pensei que isso é causado pela questão da sociedade, só que infelizmente alguns casos – isso a psicologia mesmo prova – já vem, foi gerado pelos pais, já nasce com certo lado mais violento. Tem alguns adolescentes que nasceram predestinados, por problemas na área de geração, tudo o que acontece para os pais passa para o feto. Não é psicologia, a ciência fala que sim. Então tem a questão do adolescente nascer com raiva, mais nervoso e tal.

Pesquisador – A violência tem uma base mais biológica ou cultural?

Acho que é mais biológico. Porque se pegar cultural, você vai ver o seguinte: se fosse assim, esses filhos de ricos não iam cometer crime. Porque o cara tem estudo, tem casa boa, tem tudo do bom e do melhor... Tem uma família, entre aspas, que a gente sabe muito bem que muitas das vezes o cara tem uma bela de uma casa, tem carro, tem tudo, mas não tem um diálogo em casa. O pai simplesmente casou por uma questão de família, porque a mulher era bonita e agora é cada um no seu canto; mal conversa um com o outro (Adriano, sargento da Rotam)”.

O sujeito violento, portanto, é percebido pelo sargento Adriano como fruto de um conjunto de fatores que tem na constituição biológica e na carga genética justificativas para o comportamento agressivo. A identificação da violência como algo biológico pelo sargento sugere também a deteriorização de valores morais, ainda que de forma implícita,

ao destacar filhos de uniões vazias se tornem pessoas violentas. O que, em essência, implica também como elemento do campo da cultura.

Uma ação violenta não resulta necessariamente em crime. E um crime não precisa ser necessariamente violento para constar sua tipificação. Esse raciocínio foi comum aos quatro entrevistados. A agente da Denarc Márcia resume o pensamento dos demais, ao ser perguntada se violência e crime são sinônimos:

“Estão ligados. Talvez não seja a mesma coisa (Márcia, agente da Denarc)”

Opinião similar é repartida pelo soldado Josias:

“Não são a mesma coisa, tem diferenças. O crime, se você comete... por exemplo, o cara pode estar cometendo o crime e a violência ao mesmo tempo, no caso que citei antes, do estupro, da agressão (Josias, soldado da Rotam)”.

Josias ainda estabelece uma relação entre violência e maldade:

“A maldade, a pessoa põe na sua cabeça, tá se imaginando que vai pegar o cidadão e faz assim com ele. Tá o tempo todo ali querendo fazer aquilo. É diferente do crime (Josias, soldado da Rotam)”.

Para a maioria dos entrevistados, o que diferencia violência de maldade é o excesso. A violência pode ser instrumentalizada – da mesma forma que a polícia faz – para atingir determinado objetivo. A maldade, por sua vez, reside na gratuidade ou no excesso. Maldade, portanto, é uma representação objetiva do exagero na aplicação da violência.

Monet (2001) afirma que na representação do público e na dos próprios policiais a verdadeira polícia é a que visa aos comportamentos criminais. Isso causa uma “dupla natureza da polícia criminal”, que procura reprimir o crime ao mesmo tempo em que participa da proteção dos cidadãos.

Essa característica nem sempre é percebida como um ato de manutenção da ordem. Os próprios policiais percebem na população receio em aproximar, medo. A imagem do policial passa a ser eminentemente repressiva, ainda que Monet aponte a dupla natureza da atividade policial:

“Se você passa na rua, vê uma mãe com uma criança: ‘você come ou eu mando a polícia te prender’. A criança já cresce com a estigma de que polícia é ruim, faz mal, de que polícia é uma pessoa que é repressiva. Nem sempre é o caso. Na maioria das situações, só age quando é necessário (Ricardo, soldado da PM 2 do 1º BPM)”.

Faz-se necessário a aplicação de estigma no discurso de Ricardo. A criança não cresce com a estigma de que a polícia seja ruim, mas atribui aos policiais essa representação que é, por sua vez, o próprio estigma. Logo, a criança crescerá com uma visão distorcida, maculada, sobre a polícia.

A representação negativa da polícia se manifesta na esfera das relações privadas, como forma de coibir condutas inadequadas. A polícia se torna símbolo de punição imediata. A fala da mãe, apontada pelo soldado, implica numa construção social negativa da polícia dentro do imaginário coletivo. Percepção está que também é compartilhada ou mesmo assimilada pelos próprios policiais.

Por outro lado, a proximidade da população com a polícia ainda é ambígua:

“As pessoas têm medo. Não se aproximam. Muitos se aproximam porque já tem aquele hábito, gosta de conversar, é bem extrovertido. E outros já não chegam porque tem medo e pela forma do policial se porta, muito fechado, né? Eu acho que a polícia também não pode ser durona. Tem que ser na hora certa de agir, mas em certos tipos de policiamento, porque o policial não pode sorrir? (Josias, soldado da Rotam)”.

Entre os entrevistados, há uma representação particular de que a aproximação da população com os policiais depende de variáveis, como faixa etária.

“A maioria das pessoas que se aproximam dos policiais são as idosas, para conversar, geralmente trocar informação. As crianças que não tem medo são simpatizantes, se aproximam e querem pegar, perguntar... As pessoas entre 18 até 50 anos é muito difícil ter aproximação de conversar. Acha que a polícia está ali cumprindo a função dela e que não tem de se intrometer, conversar (Ricardo, soldado da PM 2 do 1º BPM)”.

A relação estabelecida pelo soldado indica curiosidade por parte da população que, em tese, julga nada dever. Ao longo dos depoimentos, a percepção que predomina sobre o receio diante da polícia é o de ser tachado como bandido ou criminoso, conforme

representação dos policiais. Os operadores de segurança pública tendem a justificar esse medo coletivo à representação que a imprensa faz da polícia:

“Eu acho que a população não precisa ter medo.

Pesquisador – Mas por que a população tem esse medo?

Por falta de informação. Por acompanhar matérias que... Por exemplo, você vê uma situação onde ocorre um confronto e o bandido sai vitimado da situação. Com certeza a polícia não está na rua para procurar confronto com ninguém. Primeiro, porque ninguém gosta de correr riscos. Nós somos pais de família. Então, como diz o ditado, o mesmo risco que corre a árvore corre o machado. A gente não quer o confronto, mas caso ocorra aí os jornais colocam no título da matéria: ‘Jovens são mortos pela Polícia Militar’. Aí, nas entrelinhas baixinhas... A maioria da nossa sociedade não tem costume de ver um jornal, de ler. Ele vê só a manchete e não lê as entrelinhas. Não sabe como se deu o fato. Então, vão adquirindo esse medo da polícia. Mesmo resquícios da ditadura, né? (Douglas, sargento da Rotam)”.

Talvez a memória coletiva recente sobre o regime militar instaurado em 1964 estimule uma representação social de duplo sentido: os policiais sentem-se tolhidos ao serem equiparados à polícia existente no período militar e identificam nas pessoas representação semelhante. Ao não se aproximar da polícia – exceto no caso muito específico da polícia comunitária – a população tende a preservar e retroalimentar os “resquícios da ditadura” como estigma e, dessa forma, também mantém o *status quo* da polícia como força de repressão. Vale a ressaltar de que este efeito é mais comum na polícia fardada.

III.4.6 – Violência e criminalidade

As relações entre violência e criminalidade são percebidas pela polícia a partir representações bastante peculiares de sua atividade, especialmente na rua. O crime é, ainda que não compreendido como sinônimo de violência, parte componente daquilo que é violento. Os próprios policiais acreditam que o limite para a ação violenta é o respeito – ou, em outras palavras, o receio diante da autoridade policial.

“A violência é o seguinte: se for analisar direito essa questão da origem dela, é complicado você vai achar várias ramificações até chegar ao ato de violência. O usuário de drogas precisa da droga, de alguém para comprar, vai dispensar violência. O bêbado tem violência. Aquele cara sem cultura parte para violência. A falta de diálogo em casa com a família vai gerar uma violência. Então os tópicos para falar como surge a violência são inúmeros. Se for parar para falar aqui vamos passar um bom tempo. Mas acho que o principal é a falta de respeito entre as pessoas. A partir da hora que você respeita minha posição, a minha opinião e eu respeito a sua, não vai te preocupação (Adriano, sargento da Rotam)”.

Há casos em que a violência extrapola a atividade policial e se aproxima da vida privada dos policiais. O agente da Denarc Rogério, no trecho a seguir, procura definir violência e conta uma história sobre como uma pessoa de sua família foi vítima de atos violentos praticados por policiais.

“Existe aquela violência efetiva e essa que todos nós recebemos no dia-a-dia. Para mim essa é a mais eficaz. Ela acontece todos os dias. Quando acontece uma violência paralela, um tipo de agressão, você se sente agredido também. Porque você se coloca naquele lugar e se imagina que aquilo pode acontecer com você. E tem aquele tipo de violência que você mesmo tá acontecendo no dia-a-dia e fere seus direitos. Esse tipo de violência, sim, a gente toma cuidado, a gente tenta prevenir, corre dele. Quando alguém morre, quando sua casa é assaltada, é levado algum bem de seu vizinho, alguém perto de você é agredido, você se sente agredido. Você se vê naquele lugar.

Pesquisador – Violência, para você, seria então tudo aquilo que te agride?

“É. Mesmo direta ou indiretamente”.

Pesquisador – Teve alguém em sua família que foi vítima de algum tipo de violência? Você ou alguém da sua família?

“Eu já fui, a minha família. Recentemente, a minha irmã foi até agredida fisicamente por policiais que estão respondendo à corregedoria, que eu sei que não vai dar em nada. Ela foi agredida fisicamente, se machucou. É onde você fala daquele negócio da vingança. Por mim, eu acabaria com eles todinhos. Eu mataria todos. Não adianta. É uma corporação. Mal administrada, mal orientada. São policiais despreparados. E quem fez isso com ela fez mais ainda. Até no momento do meu... eu disse: ‘Poxa, mas é um flagrante’. Eu sabia que não ia dar um TCO. Não existe flagrante, criminalmente. Aquele policial que está ali batendo, batendo, não há flagrante ali. Ele vai responder pela ação arbitrária, mas não tem como você pegar ele aqui e pá-pá (Rogério, agente da Denarc)”.

Porto (2004) analisa as representações sociais das elites policiais sobre a violência policial, tendo a cultura organizacional da polícia como foco. A violência faz parte do *ethos* da polícia. Portanto, pode ser compreendida como elemento que constitui a representação da identidade da polícia. Paixão e Beato (2004) apontam os métodos violentos de trabalho da polícia e indicam que não devem ser negligenciados seus efeitos sociais devastadores.

Entre os entrevistados, Rogério teve alguém da família que foi vítima de ação truculenta dos policiais. Os demais afirmam que já sofreram agressão verbal ou física, mas no cumprimento do dever. Geralmente, o revide violento ocorre nas ações da polícia, por parte dos suspeitos. Todos os entrevistados concordam que é tolerável o uso de força física para conter alguma situação. Depende da reação alheia, como resistência à prisão ou troca de tiros. Todos os entrevistados são contra arbitrariedades e afirmam que os direitos devem ser respeitados.

Os depoimentos sobre violência sofrida durante a ação policial são constantes. É o caso abaixo:

“já cheguei a vivenciar. Já fui vítima de um arranhão, já fui vítima de embate físico. Por sorte não foi uma coisa mais grave, mas foi um rapaz, que estava com um ferrinho, e riscou vários carros na avenida 85. Tipo morador de rua. Os carros que estavam à exposição em lojas ele riscou tudo. Tipo uma mola meio dura. Eu tava de patrulhamento no dia. Aí, o pessoal chamou e explicou a situação. Nós fomos abordar o camarada, que estava quase deitado na sarjeta. Inclusive o soldado que estava comigo deu voz para ele levantar e nisso ele avançou nela. Aí, fui intervir e ele me atacou (Ricardo, soldado da PM 2 do 1º BPM)”.

Ações como esta estimulam os próprios policiais a agirem com cautela ou mesmo a se valerem da força física antes de serem agredidos pelo suspeito. A violência tem duplo uso: atesta a autoridade e a preserva diante do acusado.

III.5 – A informação na atividade policial

III.5.1 – Fontes de informação básicas da polícia

O ato de conceder entrevistas e municiar a imprensa com informações sobre a atividade policial é encarado com cautela pelos operadores de segurança pública. Há um receio generalizado de que os dados sejam deturpados ou ainda que implique em censura velada por parte dos colegas de profissão. O tom alarmista da cobertura policial – em que a violência é representada de maneira sensacionalista – intimida a cessão de dados ou mesmo falas para os jornalistas. Trata-se também de cautela hierárquica. Na polícia, as relações com a imprensa se dão em instâncias de alta patente.

A delegada da Denarc Rosane avalia que as matérias publicadas no noticiário policial são exageradas. Há ainda casos em que a policial concedeu entrevistas para jornalistas e o conteúdo de sua fala foi reproduzido fora de contexto. O trecho abaixo exemplifica melhor esta situação:

Pesquisador – Teve alguma vez em que a senhora informou a imprensa, passou alguma informação para a imprensa, serviu como fonte, deu entrevista...

“Sim, várias vezes”.

Pesquisador – E qual foi o resultado quando a senhora leu a matéria ou assistiu? O que a senhora percebeu? Teve alguma distorção no que a senhora disse?

“Não, a maioria não. A maioria foi até realmente o que a gente tinha relatado. Mas em um caso específico eles tendenciaram demais”.

Pesquisador – A senhora pode citar esse caso?

“Posso. Foi até um candidato a prefeito na cidade de Valparaíso que tinha tido uma tentativa de homicídio contra ele. E, concomitantemente, encontraram uma casa, que foi chamada ‘A casa da Moeda’, a maior apreensão de moeda falsa até então. Foi chamada a Polícia Federal, tinha máquinas lá... Era, por exemplo, uma sala desse tamanho com uma quantidade de dinheiro até o teto, falso, entendeu? Então, quando eu dei entrevista, informando que talvez o crime poderia ser sim político, com motivação política, porque nos

estávamos em campanha eleitoral na época, o país passa por esta situação, e que ele era candidato forte a vencer as eleições. Tanto que venceu. E me perguntaram se esse candidato tinha relação com a moeda falsa. E eu disse que não, mas que a polícia não descartava nenhuma hipótese naquele momento. De nada. Nem de motivação política, nem de vingança ou de relação com algumas vítimas de qualquer outro tipo de crime. Porque estávamos iniciando as investigações e saiu que ‘A delegada disse que pode haver relação’... Você entendeu? Ficou que eu tinha dito que ele tinha relação com a casa da moeda”.

Pesquisador – Então houve distorção na fala?

“Completamente (Rosane, delegada da Denarc)”.

O que é dito e o que é de fato veiculado preocupa os policiais. Alguns são cautelosos quando falam sobre os jornalistas. Temem que o conteúdo de suas falas seja editado de maneira equivocada. Não deixaram claro o motivo pelo qual isso incomoda tanto. Há uma possibilidade de que seja apontado de forma negativa pelos colegas. O ato de comunicar, para Marcondes Filho (2000), é complexo e cheio de ciladas.

Talvez os erros resultem da falta de conhecimento do jornalista sobre o tema a ser abordado. Pelo menos é uma das possibilidades apontadas pelos entrevistados. O agente da Denarc Rogério sugere que antigamente os jornalistas freqüentavam mais a delegacia e que buscavam a notícia nos acontecimentos. De acordo com ele, os profissionais da imprensa não questionam o trabalho dos policiais em si.

Hoje, afirma Rogério, os jornalistas apenas buscam a informação caso ocorra algum fato e não mais aguardam que aconteça algo diferente. Trata-se da especificidade na área de cobertura jornalística, em que o repórter hoje, especialmente em início de carreira, não atua em setor especializado, conforme atesta Marcondes Filho (2000).

Aquilo que Portão (1980) considerava como complicado na relação entre jornalistas e policiais – o risco da parcialidade – Rogério entende por problema. Nas palavras do agente da Denarc:

“Quando eles querem alguma coisa, vão para a assessoria de imprensa. A não ser quando você desenvolve um trabalho, eles vêm, e falam com você. Mas eu procurei nunca dar

entrevista. Em televisão, só sai quando a gente está em operação. Infelizmente, a própria imprensa pega a gente no foco da ação (Rogério, agente da Denarc)”.

O tenente da Rotam Cláudio afirma que já percebeu distorção em suas falas quando concedeu suas primeiras entrevistas. Com o tempo, afirma ter aprendido a evitar “armadilhas” preparadas pelos jornalistas. Isso tem a ver com o receio de ser criticado pelo comando de sua unidade. A passagem a seguir é um exemplo muito interessante dessa preocupação.

“Tomo cuidado ao prestar um esclarecimento. Tinham me falado e eu não acreditava. A utilização das palavras que você diz. Esses dias teve aqui um aspirante – um policial recém-formado – criticado pelo comando porque ele deu uma entrevista aí e o repórter montou o que ele teria dito. O negócio é que ele pegou uma frase aqui e uma ali e montou o que saiu. Então a gente acaba se defendendo. A gente dá uma entrevista na defensiva. O repórter sempre instiga e a gente na defensiva. A gente vai aprendendo. As minhas primeiras entrevistas foram assim (Cláudio, tenente da Rotam)”.

O modelo teórico baseado na teoria do campo de Bourdieu permite compreender essa preocupação dos policiais com o que a imprensa publica sobre suas atuações. A violência abre espaço para disputas de poder. Nessa luta, o foco se concentra sobre como a violência é representada: a polícia questiona a imagem de si que enxerga na imprensa e os jornalistas se valem do resultado das ações policiais – particularmente as violentas – para a produção de notícias.

Portanto, a violência – seja pela percepção que polícia tem de si sobre o que é veiculado pela imprensa ou pela maneira com que a vivência na prática cotidiana – é objeto de luta simbólica que permite disputas de poder. O controle da polícia sobre informações relacionadas à violência – tanto a praticada pelos policiais quanto a praticada pela

população – é ponto de conflito com imprensa. Há uma luta em busca da informação; quem a detém, também possui mecanismos relativos de controle social.

A produção e divulgação de dados sobre violência permitem que a polícia mantenha controle sobre o que Michaud chama de sensação social de segurança. A divulgação das notícias sobre violência pela imprensa altera essa equação. Se um ato violento, praticado contra pessoas ou contra patrimônio, desperta a atenção da imprensa também se infere aí que a violência é fato, que não está sendo omitido. Isso amplia a sensação de insegurança a partir da constante veiculação de notícias desta natureza pelos meios de comunicação social.

III.5.2 – “Rádio munguba”

A troca de informação sobre as rotinas policiais se dá quase sempre de maneira informal, indireta. A estrutura hierarquizada da polícia – em especial a militar – infere certa especificidade na distribuição das tarefas e rotinas da instituição. Por outro lado, é comum que os policiais troquem informações sobre suas atividades em uma estrutura de comunicação que se assemelha a uma rádio ao pé-do-ouvido.

A troca de confidências sobre ocorrências policiais e investigações criminais entre os próprios policiais se dá no trato cotidiano, nas conversas dentro da viatura e por meio das chamadas de rádio das viaturas. O relato da tenente Aline atesta a informação:

“A gente sabe muito o que acontece. O policial trabalha 12 por 36 (*horas*). Essas 12 horas de serviço ele sabe o que aconteceu no batalhão porque tudo passa pelo rádio. O Copom alerta uma viatura via rádio: “Viatura tal, vai atender a ocorrência de roubo, de furto...”. Então, a gente sabe pelo rádio.

Pesquisador – Isso acontece em dois momentos: na hora de informar e no desfecho também, né?

É. Olha Copom, aqui é ocorrência de homicídio e encaminhamos para a delegacia. Foi homicídio mesmo e tal e tal. Então, eles sabem o que acontece. É claro que um ou outro passa despercebido na hora em que fala da ocorrência e não estava prestando atenção. Em geral eles tem esse conhecimento. De ocorrências graves eles sabem. Agora, por exemplo, não na área do batalhão ou no meu dia de folha. No meu dia de folga pode ser que eles fiquem sabendo... Ah, um colega me passou ou do outro batalhão li pelo jornal ou saiu no site da polícia (Aline, tenente do 1º BPM)”.

Essa variedade nas fontes de informação dos policiais está presente em toda a estrutura da polícia militar. O depoimento do sargento da Rotam Douglas corrobora a versão da tenente:

“Quando acontece um crime a gente acompanha pelo rádio. No horário de folga você fica sabendo por estes meios de comunicação normais (Douglas, sargento da Rotam).”

As ocorrências consideradas mais graves logo são repassadas aos colegas por meio de uma rede de troca de informações, que engloba site da polícia, rádio, conversas de corredor e os próprios jornais. Mas as informações trocadas não se referem somente aos procedimentos policiais. A tenente Aline aponta que a principal fonte de informação ainda é o rádio, que até possui apelido:

“Sempre que é muito grave, ouvi falar que a polícia é a rádio peão, rádio munguba.

Pesquisador – Rádio munguba?

Porque sim. Dizem que aconteceu isso e você sempre fica sabendo. As notícias correm. Aconteceu lá no sei aonde. O policial está em serviço...

Pesquisador – Isso num circuito fechado...

É. Ele e os policiais. A gente fica sabendo o que acontece. Oh, o policial tal ta namorando com a policial tal... Sabe? Sempre chega a informação (Aline, tenente do 1º BPM)”.

Há uma representação interessante sobre a “Rádio Munguba”. A tal rádio nada mais é do que o sistema de rádio patrulha das viaturas, que costumam ficar estacionadas sob a frondosa sombra das árvores. A mais comum nas ruas da capital é a munguba. Entretanto, a rádio não é aproveitada somente para os policiais se municiarem de informação sobre a rotina de ocorrências na capital. Há espaço também para comentários da vida privada, como o relacionamento amoroso entre dois profissionais.

Há, notadamente, uma mistura de esferas. O público confunde-se com o privado na atividade policial. A troca de informações pessoais é compreendida pelo sargento da Rotam

Adriano como algo normal das relações de amizade firmada entre os companheiros de tropa. De acordo com o militar, essas informações permitem inclusive que ocorra unicidade entre os policiais, um tipo de cumplicidade tácita que não avança para fora dos distritos e quartéis.

III.5.3 – O noticiário policial

O jornalismo especializado na cobertura policial nem sempre atende às expectativas dos operadores de segurança pública. Há uma miríade de assuntos que despertam a atenção e nem sempre possui vínculo direto com o trabalho da polícia. Os veículos de comunicação de massa ainda são as principais fontes de informação dos policiais; ocorre que nem sempre os temas ligados à atividade policial são os que mais chamam a atenção.

Há indícios nos resultados de que parte das informações específicas sobre a práxis policial é divulgada pelo método boca-a-boca. Isso implica traços de informalidade, uma vez que a imprensa policial é vista pelos operadores de segurança pública entrevistados com reservas.

O tenente da Rotam Cláudio afirma que a representação da atividade policial na imprensa não valoriza a atuação dos operadores de segurança pública. A percepção que os policiais têm de sua atividade, quando noticiadas pela imprensa, é negativa. Nas palavras do oficial da Rotam:

“Vejo a imprensa hoje – não vou dizer uma inimiga, não – como uma equipe que fica torcendo por um erro policial para ter uma manchete a mais. Uma coisa, como falei para você, é você mostrar uma coisa boa da Rotam, uma ocorrência que foi deflagrada e que houve êxito. Outras coisa é você falar de uma ocorrência que é evocada na imprensa como um erro. Acho que para a imprensa o erro policial dá muito mais Ibope do que uma operação que deu sucesso. Então, no tom de ajudar, acho que a imprensa não ajuda em nada (Cláudio, tenente da Rotam)”.

A imprensa não ajuda a edificar uma imagem positiva da polícia para a opinião pública ou para sua audiência, de acordo com os entrevistados. A explicação que o agente da Denarc Rogério fornece para essa “distorção” da imagem que a polícia tem de si com a

veiculada pela imprensa merece citação. Quando questionado se os programas noticiosos valorizam a atuação da polícia, o agente é direto:

“Para te falar a verdade, só tem uma maneira de valorizar o nosso trabalho: salário digno e condições de trabalho. Nada do que a imprensa diga, relate ou faça... É o seguinte, dar boas notícias é maravilhoso; você dá más notícias para chamar a atenção e desenvolver alguma coisa. Você sabe que a notícia ruim desperta um interesse maior do que a notícia boa. Às vezes você pega um jornal e lê: ‘Olha, a polícia ontem fez um trabalho excelente e efetuou a prisão de dois marginais que estavam cometendo crime em Goiânia’. Aí, amanhã você lê a mesma coisa: ‘A polícia desenvolveu um trabalho na região norte’. Quando a notícia vem chocando, seja ela negativa ou positiva para a polícia, essa desenvolve maior... E as pessoas que fazem esse tipo de jornalismo eles visam isso. É o mal-feito (Rogério, agente da Denarc).

Portanto, há entre os policiais a noção de que notícia boa – no sentido de interessar a imprensa – é a que retrata a tragédia, a desgraça alheia. Marcondes Filho diz que os critérios que determinam se um fato é ou não notícia não são tão óbvios. “Há, naturalmente, um consenso no meio jornalístico que o fato tem de ter algo de espetacular e sensacional, tem de trazer emoção e testemunho” (MARCONDES FILHO, 2000, p.107). As notícias que os policiais consideram como negativas podem ser vista sob esta luz.

Portão (1980) identifica essa possibilidade por uma característica peculiar, em que as notícias sobre crimes abrangem maior área de influência e várias escalas da estratificação social. A notícia policial, para Portão, narra uma ocorrência, dentro de uma técnica de estilo que varia de acordo com o veículo de comunicação. O caráter negativo, de destaque, é explicado pela possibilidade de causar sensação com um acontecimento que extrapola a dignidade humana com suas características mórbidas ou exageradas.

O soldado do 1º BPM Ricardo, que faz parte do braço de inteligência da Polícia Militar de Goiás, questiona os excessos noticiados da atividade policial. O militar aponta

que a publicação da história de um PM corrupto – ele cita o caso de um policial que participava de uma quadrilha de roubo de cargas – acaba por repercutir de forma negativa em toda a corporação.

“Isso agride a imagem nossa, da PM. Aí, as pessoas tem você como criminoso. Aí, começa a ter muito, então todo polícia é criminoso. Nós também generalizamos. Infelizmente, nós somos assim. A população também generaliza a respeito da gente (Ricardo, soldado do 1º BPM).”

Portão faz ainda uma ressalva importante. O repórter, ao ser informado pelo policial, corre o risco de publicar uma versão parcial ou incorreta dos acontecimentos. Isso ocorre de maneira mais comum em crimes contra a vida, pessoas e patrimônio, desde que se trate de um acontecimento excepcional, raro, sem precedente, único, de marcar época. Ou, simplesmente, que fuja do banal ou destoe de idéias pré-concebidas.

III.5.4 – O caso do Distrito Zero: duas leituras

Os dados qualitativos preliminares, obtidos a partir das entrevistas com operadores de segurança pública, revelaram um fato inusitado na hipótese inicial desta pesquisa. Nem todos os policiais lêem ou sequer conhecem o *Distrito Zero*. Foram poucos os policiais entrevistados que assumiram a leitura freqüente da coluna.

Um deles, agente da Denarc, confundiu em um primeiro momento a coluna com as notícias policiais normais, que compõem a editoria de Cidades do *Diário da Manhã*.

Márcia afirma que não lê a coluna porque considera os textos como piadinhas. Ela informa que, quando está em casa, assiste aos programas policiais que são exibidos em Goiás, destacando nominalmente *Chumbo Grosso*, *Segurança em Ação*, *Goiânia Urgente* e *Jornal Anhangüera*. Ao ser questionada pelo pesquisador sobre o *Distrito Zero*, ela responde:

“Ah, umas notinhas. Não leio, não. Aquela parte eu não leio. São notinhas engraçadinhas. É a única parte do jornal que eu não leio. Não me chama a atenção. Não é porque me desagrada, mas porque não me interessa. Não leio. Às vezes é muita bobagem e a minha vida é muito corrida. Sou dona-de-casa e trabalho. Faço as minhas coisas e cuido da minha mãe. (...) Vê que o bêbado chegou e não sei o que. Acho que ali é mais piada. Não sei se é verdade ou não. Para mim, é meio piadinha” (Márcia, agente da Denarc).

A delegada da Denarc Rosane informa que costuma ler as notícias publicadas no site da Polícia Civil e da Polícia Militar, mas afirma não gostar dos programas policiais televisivos. Ela conhece a coluna *Distrito Zero*, mas diz que não a lê frequentemente. A delegada não se recorda da maneira como as histórias são escritas. Rosane informa que sequer escutou comentários acerca da coluna por parte de outros membros da Polícia Civil. Ao ser perguntada se as notícias da coluna são exageradas, a delegada responde:

“Não especificamente o Distrito Zero, mas tem uma... Eu acho que a imprensa tende a fazer uma... Como vou usar a palavra... Me fugiu agora. Mas é... Me fugiu a palavra agora. Mas eles tendem a exagerar até mesmo para puxar o público. Entendeu?”

Pesquisador – Em fatos relacionados à polícia?

“Mostrar o corpo de uma pessoa esfaqueada no chão, sabe? É o tipo de coisa que você não precisa de tanto (Rosane, delegada da Denarc)”.

O agente da Denarc Rogério diz que não costuma ler jornais, mas assiste programas policiais na televisão. Ele destaca o *Chumbo Grosso*, que considera como “muito bom”, porque “você vê coisas criativas e engraçadas”. O policial também cita o programa *Goiânia Urgente*, da TV Record Goiânia, como opção: “aquele programa da Rachel (*Azaredo*) também é tanta palhaçada que você acha graça”. Rogério afirma que assiste a “coisas boas” e “coisas ruins” para que possa ter elementos críticos para fazer um julgamento sobre esses programas.

O agente afirma que não lê jornais porque as notícias já podem ser vistas na internet ou na televisão. De acordo com ele, a notícia que lê hoje no jornal já sabia dela desde ontem. Rogério afirma que não lê o *Diário da Manhã*, o qual considera “um porre”. O policial diz que conhece o *Distrito Zero*, mas que lê jornal superficialmente. Sobre a coluna:

“Eu já olhei. Eu olho o jornal muito superficialmente. Sabe por quê? Não gosto muito de ficar debatendo as coisas que acontecem no dia-a-dia e não tem solução. A menos que você me prove o contrário, pelo menos que seja razoável”.

Pesquisador – Você acredita no que é publicado nos jornais, você tem alguma dúvida em relação aos jornais?

“Não, porque tudo é de acordo com os interesses. Você não estaria aqui se não houvesse um interesse seu e uma situação imposta pela faculdade. É uma situação que você precisa. Mas tudo é um jogo de interesses. A notícia também é assim. Tudo na vida é uma questão de interesses. Mas aquilo que te tenta fazer uma mudança de opinião eu não gosto, prefiro não mexer (Rogério, agente da Denarc)”.

O tenente da Rotam Cláudio diz que concede muitas entrevistas aos programas policiais, mas que não gosta de assisti-los. O oficial se refere aos programas jornalísticos televisivos. De acordo com ele, nunca viu uma entrevista sua na televisão. “O dia em que sei que vou aparecer, não gosto de ver”, enfatiza. Em relação aos jornais impressos, ele destaca a leitura dos cadernos de Política, Esportes e Classificados.

Pesquisador – O senhor lê o Distrito Zero, do Diário da Manhã?

“Eu nem sabia que existia isso”.

Pesquisador – Não?

“Não. Nem sabia que existia”.

Pesquisador – É aquela coluna do Edson Costa, que tem umas tirinhas...

“Não, nunca vi. Você já viu, fulano (pergunta para outro policial próximo, que confirma que conhece a coluna e explica mais sobre seu conteúdo)? Mas eu não leio o Diário da Manhã, também. Eu leio só O Popular (Cláudio, tenente da Rotam)”.

A amostra aponta que a relevância do *Distrito Zero* no meio policial é muito menor do que estimado no projeto de pesquisa. Mas ainda é possível identificar leitores da coluna. Um desses casos é o do sargento da Rotam Douglas, que explica o que mais o agrada na leitura dos textos de Edson Costa:

“A forma com que ele trata as situações. Ele consegue transformar uma coisa às vezes ruim numa coisa até engraçada. Principalmente quando se trata, não que ele faça comédia de uma tragédia, daqueles ladrões que dão mal, às vezes quer dar uma de esperto... Essa parte dele (Douglas, sargento da Rotam)”.

Por outro lado, o sargento não considera que a coluna mostre a rotina policial de maneira verídica. De acordo com ele, o jornalista dá “uma floreada” na ação policial, ainda que o fato no momento de sua ocorrência nada tenha de engraçado. Douglas detalha que o momento em que se deu o fato reportado pelo jornalista é carregado de tensão por parte dos policiais envolvidos. “A história acaba se tornando engraçada pela maneira com que ele escreve”, disse.

O soldado do 1º BPM Cristiano foi citado em uma das notinhas publicadas no *Distrito Zero*. De acordo com ele:

“Uma vez fiz uma ocorrência e um trechinho das minhas palavras tava lá.

Pesquisador – Mas como é que foi?

Olha, nós estávamos no Setor Universitário em uma ocorrência lá. Briga de marido e mulher. Aí, o rapaz tava brigando com a mulher lá e falou que só acalmasse depois que pagasse a pinga para ele. Aí, saiu no *Distrito Zero*. Ele falou que não faria isso mais se ela pagasse a pinga para ele.

Pesquisador – E ela pagou?

Não sei. Acho que pagou porque não voltamos lá mais (Cristiano, soldado do 1º BPM)”.

Trata-se de uma história envolvendo o âmbito da vida privada. O soldado confirma que lê ocasionalmente a coluna e não o faz com mais frequência porque não possui acesso ao jornal. Há uma clara manifestação de prazer do militar ao relatar o episódio. Isso o coloca numa situação equidistante de outros policiais. O modelo humorístico da coluna parece estar mais ligado ao gosto pessoal do que às possíveis equivalências quanto ao *habitus* da polícia.

IV – Considerações finais

Antes de tecer considerações sobre o teor do assunto proposto para esta dissertação, creio que se faça necessária uma derradeira discussão – sem a pretensão de encerrar o assunto – sobre a dificuldade de se estabelecer relações entre dados obtidos por métodos diferentes. Nota-se, ao longo da análise dos resultados obtidos, que há pontos de difícil vinculação entre as representações da polícia e as contidas no conteúdo editorial do *Distrito Zero*.

Os dados obtidos a partir do *Distrito Zero* foram por meio de análise de conteúdo, a partir de uma amostragem representativa dos textos publicados ao longo de um ano. Não houve entrevista com o autor, que recusou prestar esclarecimentos sobre a rotina de produção da coluna. Tal lacuna, por sua vez, acaba por dificultar o cruzamento de dados ao deixar questões em aberto. Mas, como se trata de estudo sobre representações sociais, o estudo foi focado neste aspecto – e nada mais.

Ainda que a estrutura das entrevistas semi-abertas, realizadas com os policiais civis e militares, tenha se consumado com único roteiro se faz, agora, clara a percepção de que as duas categorias poderiam ter sido sabatinadas em pontos específicos. Se as representações do *Distrito Zero* estão no campo impresso, as obtidas com os policiais residem na esfera da oralidade. Há uma notável diferença circunstancial – inclusive no tocante à espontaneidade – que poderia ter sido melhor aproveitada. Assim, tendo em vista esses esclarecimentos, se fazem premente as considerações finais.

A violência retratada no *Distrito Zero* parte do pressuposto de que há na agressão – em particular a doméstica – situações que evocam o riso, aqui não elevada ao sentido de comicidade que Bérqson empresta ao conceito, mas ao chiste aventado por Freud. A título de discussão, Edson Costa representa situações em que há clara fusão de espaços públicos e privados, em particular quanto ao alcance da atividade policial. Predomina a agressão do homem contra a mulher nos textos.

O perfil masculino que predomina na coluna é o do homem, idade entre 30 e 40 anos; geralmente desempregado ou trabalhador informal, com pouca qualificação e baixo nível de instrução; não há traços explícitos que permitam elaborar uma média em relação à

incidência de agressores quanto à cor de pele ou religião. Em relação ao comportamento subjetivo, é possível identificar um indivíduo valente, alcoólatra e irritadiço.

O perfil padrão do agressor no *Distrito Zero* é, por sua vez, absolutamente distinto do elaborado pelos policiais, que são evasivos quanto a classificar o tipo suspeito. Os operadores de segurança pública afirmam que a suspeição reside na atitude do indivíduo perante a própria polícia – desde que esta última esteja identificável. Não há, contudo, um perfil claro do agressor; os entrevistados foram por demais cautelosos em se referir a um padrão estético, etário ou social dos suspeitos. É um resultado similar ao identificado por Ramos e Musumeci (2005).

Por outro lado, a representação da violência estruturada como recurso resolutivo dos conflitos interpessoais é, conforme identificado no estudo de Souza (2006), presente tanto no discurso dos entrevistados quanto nas notinhas da coluna. O Distrito Zero faz coro à violência enquanto traço da identidade policial, ainda que a utilize ocasionalmente como chiste e até chegue, em alguns momentos, a soar ofensivo, como quando descreve a situação do delegado que foi alvo de zombaria dos presos.

A própria linguagem estabelece as bases da representação da violência. Enquanto os termos do *Distrito Zero* variam entre a coloquialidade da gíria e brutalidade de termos chulos, a Polícia, de maneira geral, estrutura suas representações em uma linguagem quase sempre formal. É um contraponto curioso. Em tese, representações em texto escrito tendem a ser mais formais do que as obtidas a partir do discurso oral.

A violência que resulta da atividade policial é defendida pelos operadores de segurança pública como algo normal, ainda que vez ou outra ressalvem o excesso como algo condenável. A posição do *Distrito Zero* neste caso é ambígua. Ora ridiculariza, ora aprova. Não há uma posição fixa. Parece ser representada ao gosto da conveniência do teor das notícias ou do próprio jornalista, mas é impossível afirmar isto por falta de dados.

O jornalismo, por se situar em campo por vezes antagônico ao da polícia, depende de informações oficiais para elaborar sua produção editorial. Pode-se, sim, afirmar que ambos os campos – o da polícia e o da imprensa – possuem representações particulares sobre a violência. A maneira com a definição do que ou não violento é construída dentro dos discursos dos dois campos implica também numa tentativa de manter a hegemonia sobre o conceito de violência – inclusive afetando outros campos.

O controle desses dados pode ser percebido na cautela com que os operadores de segurança pública informam os jornalistas. A atividade policial em sua totalidade não é apreendida pela imprensa, já que informações vitais tendem a ser omitidas ou amenizadas. Há, assim, um filtro das informações que são divulgadas, que resvala no discurso técnico e no jargão profissional da polícia.

Essa preocupação reflete na tentativa de controle do que é veiculado sobre violência. Ao restringir informações relevantes, os policiais asseguram para si o domínio do monopólio da violência enquanto informação. A imprensa, por sua vez, busca burlar o controle ao permitir que a atividade policial seja – como no caso do *Distrito Zero* – transformada em humor.

Os policiais são cautelosos em relação aos jornalistas e receiam oferecer informações que comprometam sua credibilidade junto ao comando da Polícia. Temem que suas falas sejam distorcidas. Há casos dessa natureza relatados nos depoimentos. Outro detalhe relevante: entre os entrevistados, a maioria não lê o noticiário policial; preferem outras editorias, como esportes e política.

O ecletismo substancia uma preocupação holística diante da necessidade de se municiar com informações. Talvez essa característica da sociedade contemporânea seja fruto do monopólio que a imprensa reivindica para si das informações que devem ser consideradas necessárias à população, conforme clássica proposição de Bourdieu (1997).

Um dado curioso é baixa incidência de leitura entre os policiais entrevistados. A maioria se declara informada pelo noticiário televisivo; os poucos que declaram ter o hábito de leitura assumem que se concentram apenas em áreas específicas de interesse – o que nem sempre se refere aos temas associados à Segurança Pública. Tal situação reflete uma tendência quase monopolista da televisão, que permite a imagem individual do policial se destacar e, assim, produzir efeitos dentro da corporação.

O *Distrito Zero* traz em si uma ambigüidade quanto à atividade policial. Ao mesmo tempo em que afaga suas fontes – indicando os policiais como árbitros do conflito proveniente das relações sociais – também se permite achincalhá-las – ainda que os próprios policiais o tenham informado do fato.

O recurso do humor na coluna sugere uma imagem de entretenimento, que é superficial em aparência; na essência legitima os policiais como guardiões da ordem

pública e da paz na vida em sociedade. Em alguns momentos, o próprio jornalista se vale da citação do nome da fonte como garantia de que o leitor tomará a notícia como verdade, ainda que marcada pelo chiste.

A violência urbana que se manifesta – tanto no *Distrito Zero* quanto nas representações policiais – atende ao modelo proposto por Michaud (1989), razão pela qual tem no conflito e na limitação das liberdades sua natureza. Trata-se de um claro pressuposto do controle da informação como estratégia de manutenção do poder simbólico.

O conflito entre os campos da imprensa e dos operadores de segurança pública – ainda que com naturezas e *habitus* diferenciados – se torna factível diante da possibilidade de reinsserir no ambiente social a dominação sobre o que deve ser considerado ou não violência. Tal efeito insere-se na constante maneira de aproximar a noção de crime da de violência – os aspectos da violência simbólica, ainda que sentidos, são amenizados em sua representação objetiva.

Por fim, é possível afirmar com segurança que a relação da Polícia goiana com o *Distrito Zero* é ambígua. Ao informarem que não têm a coluna como leitura obrigatória, os policiais reduzem a valoração dada ao *Distrito Zero*. Por outro lado, continuam municiando o jornalista com informações sobre ocorrências.

A manutenção desta prática sugere que a polícia admite o espaço editorial como meio de ridicularização de agressores, acusados e suspeitos. Essa conduta dos operadores de segurança pública reforçaria a importância da atividade repressora do Estado ao mesmo tempo em que, conscientemente ou não, reduzem a violência não praticada por policiais à condição de piada. Em suma, o *Distrito Zero* legitimaria a atividade policial ao menosprezar formas de violência cotidiana como menor, relegada ao sarcasmo e ao chiste, e, portanto, justificáveis de serem resolvidas por meio da força representada pelo Estado.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea*. In MICELI, Sérgio (org). *O que ler na ciência social brasileira*, volume IV. São Paulo, Editora Sumaré, 2002.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A Cabeça do Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue – Um estudo do sensacionalismo da imprensa*. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

ASSIS, Simone Gonçalves de e NJAINE, Kathie. *A imagem do policial na mídia escrita*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2006.

BALZAC, Honoré de. *Os Jornalistas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BANDEIRA, Manuel. *Libertinagem & Estrela da Manhã*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. São Paulo, editora CID, 2004.

BERGSON, Henri. *O Riso – Ensaio sobre a Significação da Comichão*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BITTNER, Egon. *Aspectos do Trabalho Policial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003

BRANDÃO, A. J. Costa. *Almanach da Província de Goyaz* (para o anno de 1886). Goiânia, Editora da UFG, 1978.

BRASIL, Americano do. *Súmula de História de Goiás*. Goiânia, Unigraf, 1982.

BRODEUR, Jean-Paul. *Como reconhecer um bom policiamento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 2005.

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus Editora, 5ª edição, 2004.

_____. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; São Paulo, Editora 34, segunda edição, 2003.

DEMO, Pedro. *Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo*. *Rer. Latino-americano de enfermagem, Ribeirão Preto*, v.6, n.2, p. 89-104, abril de 1998

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Editora Martins, 1ª edição, 3ª reimpressão, 2003.

_____. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Editora Martins, 2ª edição, 1999.

_____. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Editora Martin Claret, 2003.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana. *Classes populares, polícia e punição*. Dissertação de mestrado em Sociologia defendida em 2002 na Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e governadores de Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1980.

FERNANDES, Newton e FERNANDES, Valter. *Criminologia Integrada*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FILHO, Ciro Marcondes. *A Saga dos Cães Perdidos*. São Paulo, Hacker Editores, 2000.

_____. *O Capital da Notícia*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

FLICK, Uwe. *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre, Bookman, Segunda edição, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 22ª Edição, 2006.

FREUD, Sigmund. *Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente (1905)*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 2006.

GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo, Editora Planeta, 2007.

- GOMES, Modesto. *Os degraus da perdição*. Goiânia: Gráfica e Editora Vieira, 2006.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul*. São Paulo: Edusp, 2002.
- LANE, Roger. *Polícia Urbana e crime na América do século XIX*. In TONRY, Michael e MORRIS, Norval (orgs.) *Policimento Moderno*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- MELUCCI, Alberto. *Por Uma Sociologia Reflexiva*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- MENEZES, Sidraki da Silva. *Atividade Policial: Direitos e Garantias Individuais*. Belo Horizonte, Del Rey, 2004.
- MERTON, Robert K. *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.
- MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica*. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- MONET, Jean Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 3ª edição, 2003.
- PINA FILHO, Braz Wilson Pompêo de. *Goiás: História da Imprensa*. Goiânia: Dec, 1971.
- PORTÃO, Ramão Gomes. *Criminologia da comunicação*. Santos: Traço Editora, 1980.
- SANTIN, Valter Foletto. *Controle Judicial da Segurança Pública*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso – A representação humorística na história brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOUZA, Dalva Borges de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2006.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, Volume I*. Florianópolis, Editora Insular, 2ª edição, 2005-A.

_____. *Teorias do Jornalismo, Volume II*. Florianópolis, Editora Insular, 2005-B.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O Mundo dos Jornalistas*. São Paulo, Summus Editorial, 3ª edição, 1992.

TONRY, Michael e MORRIS, Norval (orgs.) *Policimento Moderno*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. Brasília, 2008, Ministério da Justiça.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais – Parte I*. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992-A.

_____. *Metodologia das Ciências Sociais – Parte II*. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992-B.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Editora Martin Claret, 2002.

_____. *Economia e Sociedade – volume I*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 4ª edição, 2003.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo, Editora Martin Claret, 2001.

9.2 – Artigos e Periódicos

ASSIS, Simone Gonçalves e NJAINE, Kathie. *A imagem do policial na mídia escrita*. Brasília, Senasp, Ministério da Justiça, 2006.

BRETAS, Marcos Luiz. *Observações sobre a falência dos modelos policiais*. In Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, volume 9, 79-94, maio de 1997

CARDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. In Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, volume 9, 249-265, maio de 1997.

COSTA, Arthur T. M. *Polícia, Controle Social e Democracia*. IN: COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Entre a lei e a ordem*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DA SILVA, Jorge. *Representação e ação dos operadores do sistema penal no Rio de Janeiro*. In Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, volume 9, 95-114, maio de 1997

DOS SANTOS, José Vicente Tavares. *A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência*. In Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, volume 9, 155-167, maio de 1997

PAIXÃO, Antônio Luiz e BEATO, Cláudio C. *Crimes, Vítimas e Policiais*. In Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, volume 9, 233-248, maio de 1997.

PORTO, Maria Stela Grossi. *Polícia e violência: representações sociais de elites policiais no Distrito Federal*. Revista São Paulo em Perspectiva, nº 18, 132-141, 2004.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, IZUMINO, Eduardo A. e FERNANDES, Maria Cristina Jakimiak. *Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89)*. In Revista USP, volume 9, 79-86. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

SADEK, Maria Teresa e ARANTES, Rogério Bastos. *Delegados de polícia: quem são e o que pensam*. In Cadernos Adenauer IV, nº 3, 129-150. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro de 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência*. Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, volume 9, 155-167, maio de 1997.

ZALUAR, Alba. *Democratização inacabada: fracasso da segurança pública*. **Estud. av.**, São Paulo, v.21, n.61, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

40142007000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 março 2008. doi: 10.1590/S0103-40142007000300003

Análise das Ocorrências Registradas Pelas Polícias Cíveis, publicada pelo Ministério da Justiça em setembro de 2006 e disponível no endereço eletrônico: <http://www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={42595482-B0DD-4185-918E-80E4BAFAFC72}&ServiceInstUID={B78EA6CB-3FB8-4814-AEF6-31787003C745}> . Última consulta em 10 de fevereiro de 2007.

9.3 – Jornais

Edições da coluna Distrito Zero, publicadas no caderno de Cidades do jornal Diário da Manhã no período de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006.

APÊNDICES

Apêndice I



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás pelo telefone 3521 1076 ou 3521 1023

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Violência Urbana no Estado de Goiás

Meta referente a este termo de consentimento: Perceber as representações que os operadores de segurança pública têm do problema da violência e da criminalidade no Estado de Goiás.

Pesquisador Responsável: Victor Hugo Lopes, UFG

Telefone para contato: 8433-6044 / 3221-3192

- ◆ **Esta meta da pesquisa Violência Urbana no Estado de Goiás pretende entrevistar delegados e agentes da Polícia Civil.**
- ◆ **Visa por meio de entrevistas captar o seu saber profissional, perceber como foram construídas as suas carreiras e como compreendem a violência e a criminalidade em Goiás.**
- ◆ **Os entrevistados foram selecionados de forma a contemplar o número de delegacias existentes nos municípios pesquisados. Em cada delegacia serão entrevistados um delegado e um agente.**
- ◆ **Como são profissionais que enfrentam diretamente a criminalidade, as suas informações e opiniões nos ajudarão a complementar os dados estatísticos de que dispomos.**
- ◆ **A sua participação na pesquisa não acarreta riscos, pois será garantido o seu anonimato e, embora os resultados da pesquisa devam ser publicados em livros e em**

artigos, os nomes e qualquer outra característica que os identifique não serão divulgados.

- ◆ Caso você concorde em participar da pesquisa, estará contribuindo para a compreensão do quadro de violência urbana no estado de Goiás e com o objetivo de propor políticas públicas de segurança.
- ◆ As entrevistas se iniciarão no mês março 2006 e encerrando-se em outubro de 2008.
- ◆ Você poderá retirar o seu consentimento a qualquer tempo, e por qualquer motivo.
- ◆ Nome e Assinatura do pesquisador _____

Victor Hugo Gomes Lopes

- ◆ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo Violência Urbana no Estado de Goiás, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Victor Hugo Gomes Lopes sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade.

Local e data _____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Apêndice II



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás pelo telefone 3521 1076 ou 3521 1023

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Representação da violência e da criminalidade pela Polícia goiana

Meta referente a este termo de consentimento: Perceber as representações que os operadores de segurança pública têm do problema da violência e da criminalidade no Estado de Goiás.

Pesquisador Responsável: Victor Hugo Lopes, UFG

Telefone para contato: 8433-6044 / 3233-0010

- ◆ **Esta meta da pesquisa A Coluna Distrito Zero como Representação da Violência pela Polícia pretende entrevistar policiais de rua, da Rotam e do Gate, da Polícia Militar.**
- ◆ **Visa por meio de entrevistas captar o seu saber profissional, perceber como foram construídas as suas carreiras e como compreendem a violência e a criminalidade em Goiás.**
- ◆ **Os entrevistados foram selecionados de forma a contemplar a atuação da Polícia Militar em Goiânia. Serão entrevistados quatro policiais em cada um dos três grupos citados – policiamento de rua, Gate e Rotam.**
- ◆ **Como são profissionais que enfrentam diretamente a criminalidade, as suas informações e opiniões nos ajudarão a complementar os dados estatísticos de que dispomos.**
- ◆ **A sua participação na pesquisa não acarreta riscos, pois será garantido o seu anonimato e, embora os resultados da pesquisa devam ser publicados em livros e em artigos, os nomes e qualquer outra característica que os identifique não serão divulgados.**

- ◆ Caso você concorde em participar da pesquisa, estará contribuindo para a compreensão do quadro de violência urbana no estado de Goiás e com o objetivo de propor políticas públicas de segurança.
- ◆ As entrevistas se iniciarão no mês julho de 2007 e encerrando-se em outubro de 2007.
- ◆ Você poderá retirar o seu consentimento a qualquer tempo, e por qualquer motivo.
- ◆ Nome e Assinatura do pesquisador _____

Victor Hugo Gomes Lopes

- ◆ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade.

Local e data _____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

ANEXOS

Anexo I

Roteiro para entrevista semi-estruturada com operadores de segurança pública

1 – Histórico

1.1 – Descrição geral (sexo, nome, idade, estado civil, número de filhos, ocupação, escolaridade, religião, filiação e partido).

1.2 – Há quanto tempo ingressou na polícia? Por que optou pela polícia? Pretende continuar nesta carreira? Você gosta do que faz?

1.3 – Há na sua família alguém que faz ou fez parte da polícia?

2 – Segurança pública

2.1 – Como você define segurança pública? Para que serve isso?

2.2 – A política de segurança pública estadual atende aos interesses da polícia? Atende aos interesses dos cidadãos?

2.3 – Você se sente adequadamente preparado para atuar nas ruas como policial? Quais suas maiores qualidades? E as maiores dificuldades?

2.4 – A segurança pública é um dever do Estado ou responsabilidade do cidadão? Por que?

2.5 – Como você define estar seguro? Há um excesso de violência nas ruas ou as pessoas estão paranóicas?

2.6 – A tecnologia e a profissionalização podem racionalizar a ação da polícia por meio da técnica? Há espaço para tratamento humanista neste contexto?

2.7 – Caso lhe fosse concedido o poder de resolver os problemas de segurança pública, o que você faria? Quais seriam suas estratégias?

3 – Cidadania

3.1 – Vou lhe indicar alguns grupos e gostaria de saber se merecem o mesmo tratamento? (ricos/pobres, adultos/jovens, empregados/desempregados, brancos/negros, homossexuais/não-homossexuais, bandidos/trabalhadores, alcoólatras/sóbrios).

3.2 – A vingança pode ser aplicada em algum caso? Há alguma exceção?

3.3 – O que você pensa da frase “Quem pode manda, obedece quem tem juízo”?

3.4 – O que você pensa quando dizem que as pessoas têm direitos? O que significa direitos para você?

3.5 – As pessoas deveriam ter os mesmos direitos? Há algum grupo que não deveria ter alguns direitos?

3.6 – O que você pensa da seguinte frase: “Para os amigos tudo, para os inimigos a lei”? Concorda? Discorda? Por quê?

4 – Polícia

4.1 – Como você define a polícia?

4.2 – Você acredita que a polícia serve para defender o cidadão ou o Estado? Por que?

4.3 – O que você pensa sobre a polícia?

4.4 – A polícia poderia deixar de existir?

4.5 – Como deve ser atuação adequada para a polícia?

4.6 – Você concorda com a separação da polícia civil da militar? Por quê?

4.7 – Quem deve ser detido pela polícia?

4.8 – Você percebe se as pessoas têm medo da polícia? Por que isso acontece?

4.9 – Há situações em que a polícia deve utilizar da força física? Quais são essas situações? Você já viveu alguma delas?

4.10 – A polícia trata todos igualmente?

4.11 – Há algum tipo de indivíduo específico que a polícia considera suspeito e tende a abordar para verificação rotineira?

4.12 – Você se sente seguro como policial? Sua família tem receio de sua profissão?

5 - Violência

- 5.1 – O que é violência para você?
- 5.2 – Você ou algum membro de sua família já foi vítima de violência? Como foi?
- 5.3 – Qual a origem da violência?
- 5.4 – Qual o pior tipo de violência que uma pessoa pode passar?
- 5.5 – A violência psicológica é tão grave quanto a física? Cite um exemplo?
- 5.6 – Você se considera violento? Alguém já afirmou que você é violento?
- 5.7 – Faça uma escala dos piores tipos de crimes que uma pessoa pode cometer, na sua opinião, em ordem de gravidade.
- 5.8 – É preciso ser criminoso para ser violento?
- 5.9 – Violência e crime são a mesma coisa? Por quê?
- 5.10 – Violência e maldade são a mesma coisa?
- 5.11 – Há crime que possa não ser violento ou violência que não seja crime?
- 5.12 – O indivíduo nasce violento ou isso é causado pela sociedade?
- 5.13 – Há algum tipo de indivíduo com maior tendência a cometer crimes? O que sua experiência indica?

6 – Punição

- 6.1 – Você concorda com a frase “pau que nasce torto morre torto”?
- 6.2 – Você acredita que a lei atende todos os casos? Há algum caso que você já vivenciou que a lei não resolveu a situação?
- 6.3 – Um criminoso consegue se ressocializar plenamente? Por quê?
- 6.4 – Qual o pior tipo de crime para você, o que mais te incomoda?
- 6.5 – Há algum tipo de criminoso que você considera que não há conserto?
- 6.6 – Quando uma pessoa pode ser punida? Qual o tipo de pessoa que pode ser punida?

7 – Humor

7.1 – Você se considera uma pessoa bem humorada? Defina seu tipo de humor.

7.2 – Quais os tipos de piadas que você gosta de ouvir? Você costuma contá-las ou ouvi-las?

7.3 – O humor é fundamental para enfrentar a vida? Como o humor já fez com que você visse alguma coisa boa em uma situação ruim?

7.4 – O humor faz parte da vida? Há algum limite para o humor?

7.5 – Você concorda com a frase “de tão trágico chega a ser cômico”? Por que?

7.6 Há alguma situação de violência ou tragédia em que você se viu rindo ou achando graça? Como foi essa situação?

8 – Distrito Zero

8.1 – Você lê a coluna Distrito Zero, do jornal Diário da Manhã? Há quanto tempo?

Caso a resposta seja negativa, o entrevistador apresenta ao entrevistado alguns textos da coluna e pede para dar uma olhada.

8.2 – O que você mais gosta na coluna? A coluna mostra a vida como ela é?

8.3 – Você acredita nas histórias publicadas pela coluna? Acredita que há exageros?

8.4 – A coluna valoriza o trabalho policial? O que você sentiria se fosse citado pela coluna? De que forma essa citação é comentada entre os policiais?

8.5 – Os personagens citados na coluna são naturalmente violentos? Há alguma situação em que isso é fruto da vida em sociedade?

8.6 – Como você percebe a violência na coluna? Até que ponto é mais violenta do que sua rotina de trabalho?

8.7 – Você se diverte com os textos da coluna? Quais os tipos de notícia que você mais gosta (briga de casais, bêbados, prostituição, travestis, bares, etc)? Essas assuntos são os mais comuns também no cotidiano de sua atividade?

8.8 – O que mais faz você se divertir na coluna? Como você considera o humor da coluna?

8.9 – Conte algum episódio dentro de sua atividade em que você achou uma ocorrência ou situação engraçada.

8.10 – Alguma dessas histórias aconteceram em situações violentas e trágicas? Essa relação entre violência e humor ocorre na realidade também?

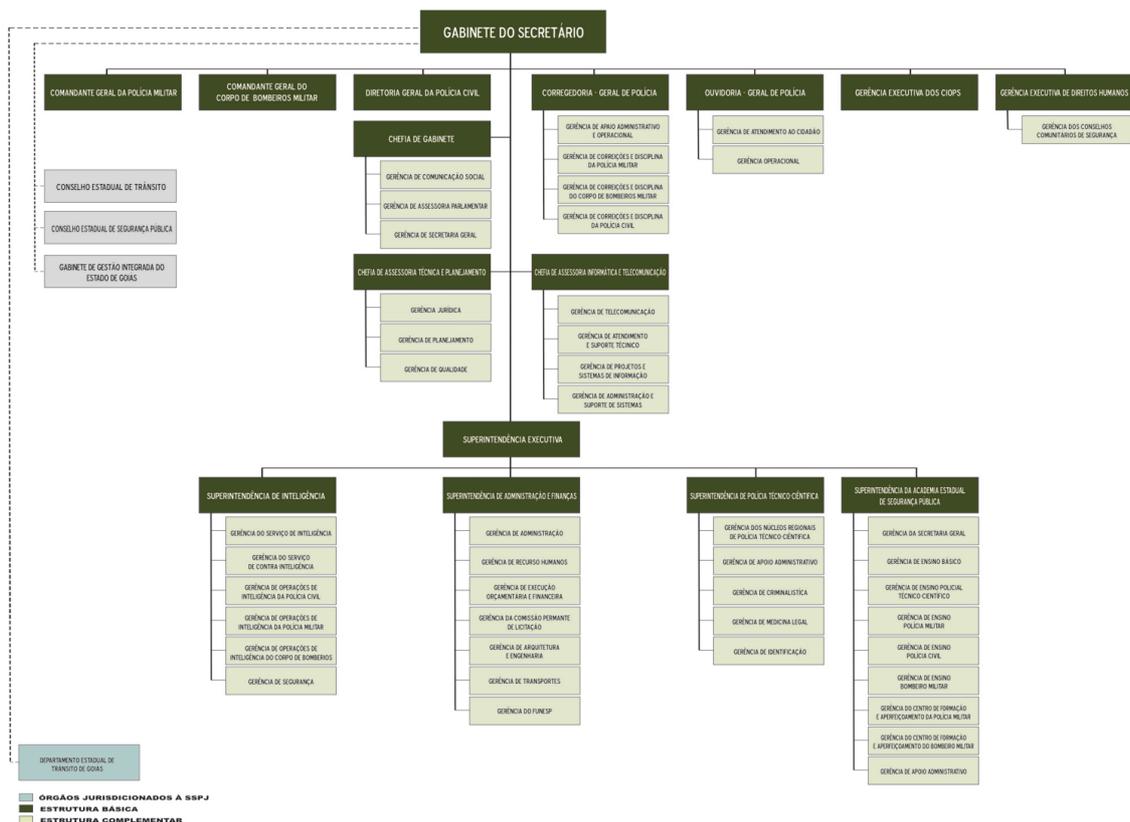
8.11 – As tiras (charges) da coluna também são lidas? Você gosta mais delas ou do texto? Você acredita que a visão de mundo contida no texto e na charge é equivalente?

8.12 – Você já informou alguma notícia para a imprensa ou foi entrevistado? Como foi a experiência e qual o motivo?

Fonte: Baseado quase integralmente no modelo de Ferreira (2002)

Anexo II

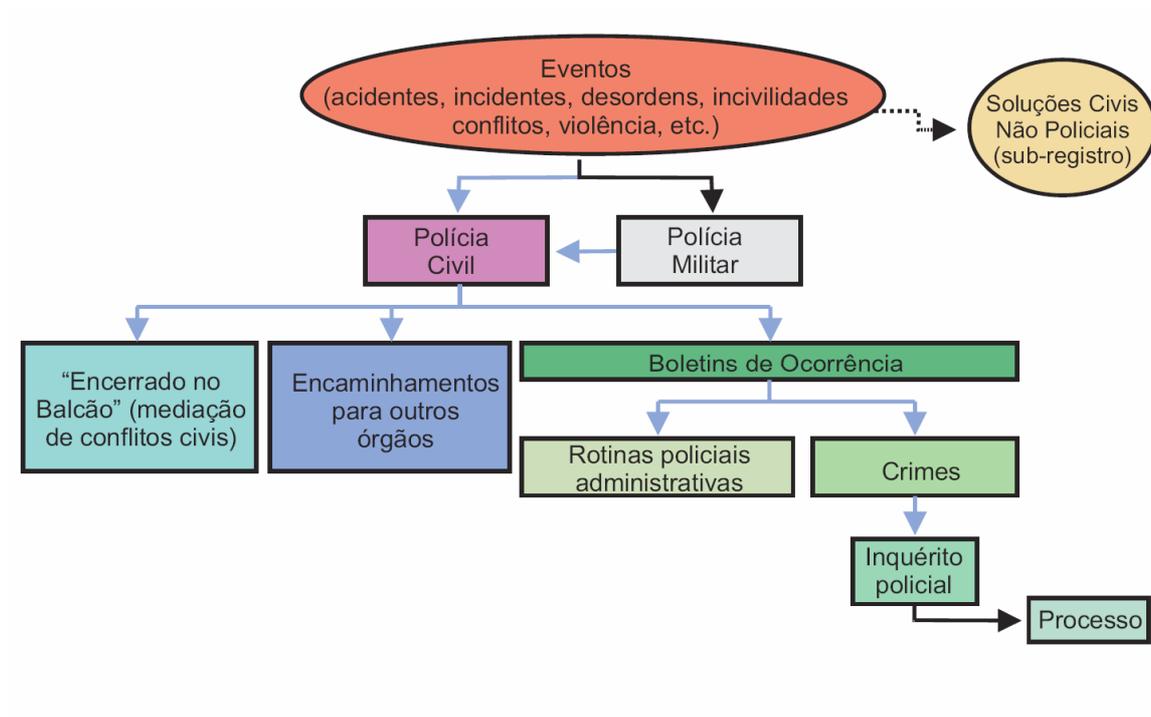
Organograma da Secretaria de Segurança Pública de Goiás



Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Goiás

Anexo III

Fluxo de elaboração dos boletins de ocorrência por parte da Polícia Civil.



Fonte: Ministério da Justiça, no sítio:

<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={E6F2033E-7659-470F-9FE0-9C5530A6DA36}&ServiceInstUID={B78EA6CB-3FB8-4814-AEF6-31787003C745}>, cujo último acesso foi em 2 de julho de 2008.

Anexo IV

Ocorrências criminais em Goiânia entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005

Especificação	2 0 0 4												2 0 0 5												TOTAL	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV		DEZ
Crimes contra a Pessoa	88	81	82	88	78	108	77	114	112	106	86	119	1.118	119	127	109	75	83	85	80	83	108	107	89	27	
Homicídio Doloso																										
Homicídio Culposo	75	58	63	70	83	79	86	93	77	80	121	98	982	99	78	75	91	74	112	80	93	100	98	63	40	
Homicídio Tentativa	87	101	109	86	81	109	97	88	103	84	99	102	1.156	111	123	110	111	106	106	103	116	141	124	88	56	
Lesão Corporal Culposa	440	390	397	391	429	417	379	367	327	310	432	432	4.700	398	374	382	459	253	681	381	434	385	385	318	157	
Lesão Corporal Dolosa	943	846	1.213	1.033	1.383	1.151	898	1.074	980	1.157	1.288	1.133	13.159	1.057	1.281	1.293	1.398	899	1.603	1.162	1.483	1.437	1.374	1.247	324	
Sequestro e Cárcere Privado	4	1	2	3	2	1	2	2	3	1	5	13	39	2	1	3	2	4	4	4	3	4	5	2	2	
Crimes Contra o Patrimônio																										
Estelionato	431	484	523	522	573	672	557	592	421	480	498	470	5.994	594	489	656	680	557	592	637	680	574	629	710	277	
Extorsão	17	14	7	10	11	11	12	11	9	15	11	5	133	5	8	11	10	5	11	8	12	20	10	14	2	
Extorsão Mediante Sequestro	1	-	-	-	1	1	1	2	2	-	-	-	8	-	1	2	1	-	-	-	-	-	2	-	-	
Furto	7.821	7.311	7.538	7.673	7.617	8.278	7.794	7.597	6.495	6.587	7.383	7.390	89.104	7.399	7.102	7.470	7.046	4.192	8.462	7.714	8.573	7.471	7.724	6.890	3.227	
Furto Tentativa	120	118	131	143	122	157	137	109	84	116	127	146	1.505	141	120	115	127	99	150	122	143	140	167	130	67	
Roubo	1.755	2.043	2.301	2.435	2.141	1.865	1.742	1.902	1.572	1.460	1.739	1.835	22.676	1.759	1.788	1.961	1.894	993	2.233	1.965	2.342	1.962	2.272	1.844	971	
Roubo Latrocinio	0	4	5	8	0	0	4	3	4	0	3	0	61	5	3	6	10	4	3	0	3	3	3	2	-	
Roubo Tentativa	28	38	40	42	55	40	28	35	40	29	31	24	428	26	38	68	25	29	23	24	34	38	32	31	19	
Crimes Contra os Costumes																										
Corrupção de Menores	0	2	7	0	4	3	4	3	0	1	-	-	42	2	1	3	1	3	4	3	4	0	5	5	-	
Estupro	45	48	60	64	70	57	45	53	69	58	59	86	694	57	58	59	51	45	55	38	44	58	68	50	20	
Estupro Tentativa	3	12	11	15	13	0	8	8	9	11	10	12	121	15	17	15	12	8	5	12	14	15	14	14	4	
Sedução	3	2	2	1	4	5	3	3	2	1	5	5	38	4	5	5	-	-	2	1	-	-	-	-	1	
Lei 8.389/76																										
Comércio Fac. Uso de Tóxicos	59	80	69	66	86	66	52	77	83	53	67	69	817	87	59	71	77	70	83	77	90	80	83	123	36	
Uso de Tóxicos	171	181	220	197	226	202	167	179	188	122	198	126	2.146	176	178	198	146	84	207	110	210	168	183	180	102	
Suicídio	13	17	23	12	19	21	9	24	12	20	19	198	198	20	6	17	15	17	17	12	17	22	27	7	5	
Suicídio Tentativa	-	3	5	4	3	3	3	2	5	3	4	2	37	4	1	1	4	2	-	2	1	2	1	-	-	
TOTAL	11.912	11.784	12.778	12.270	12.965	13.451	12.193	12.190	10.617	10.677	12.107	12.061	145.165	11.919	11.783	12.559	12.083	7.394	14.238	12.574	14.338	12.746	13.311	11.607	5.327	
Furto e Roubo de Veículos	424	440	468	468	398	355	350	415	425	472	398	392	5.011	434	353	400	383	240	501	405	433	382	438	395	250	
Furto e Roubo de Motocicletas	199	137	175	128	172	156	137	163	145	199	180	183	1.884	159	168	177	159	91	299	192	187	154	171	169	133	
TOTAL FURTOS E ROUBOS	593	577	641	596	568	511	497	598	570	671	578	575	6.895	593	519	577	522	331	770	617	620	538	607	584	383	
Roubo a Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2

Fonte: Delegacias Distritais / Especializadas Regionais

Obs: ** Total somente de Capital